



16/Nov./2005

ÍROHÍN

Brasília, ano X, nº 12,
ago./set. 2005

Foto: Carlos Moura/CB



Em 1998, Nelson Mandela e Fernando Henrique Cardoso assinaram a placa a ser colocada na pedra fundamental do Centro de Informação e Referência da Cultura Negra. Até hoje, além da placa, só existe capim em um terreno altamente valorizado no Setor de Clubes Norte de Brasília. Desvalorizada mesmo é a cultura negra. Pág. 12

Estamos chegando!

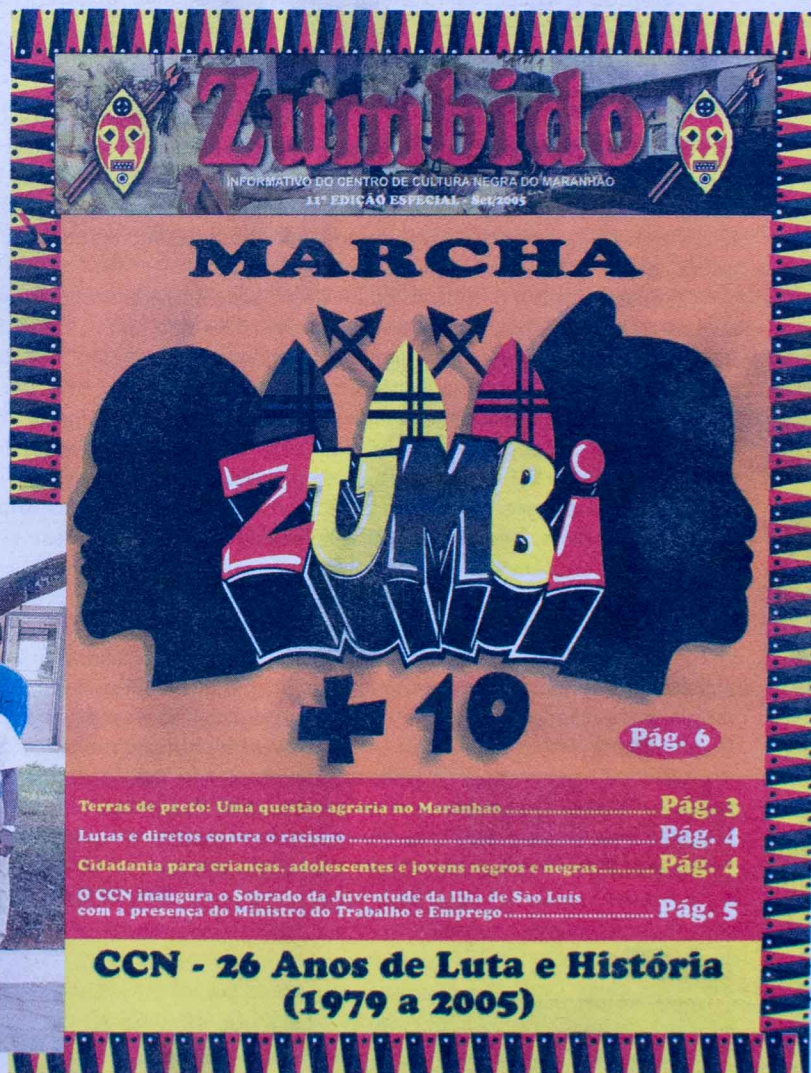


Foto: Daniel Cardoso



ISSN 18085369



9 771808 536003 >

À esquerda, participantes da reunião da Coordenação Nacional da Marcha Zumbi + 10, em 22 e 23 de outubro, no Centro Cultural de Brasília, para definição do Documento da Marcha e as últimas tarefas de organização e logística. À direita, capa do jornal "Zumbido", do Centro de Cultura Negra (CCN), do Maranhão. Em todo o país, cresce a adesão ao grande ato político do dia 16 de novembro.

Contra o racismo, pelo direito à vida!

Que circunstâncias extremas vive uma população que vai à rua clamar pelo direito à vida? A reportagem do jornal "A Tarde", de Salvador, edição de 28 de setembro, serve como exemplo para ilustrar o assassinio em massa a que está submetida a população negra no Brasil. Só em Salvador, nos primeiros oito meses de 2005, foram 631 vítimas de homicídios (negros em quase sua totalidade).

Digamos sem rodeios: o Brasil é um país que mata negros. E o faz há muitas décadas, sem que este extermínio deliberado sensibilize ninguém, nenhuma autoridade ou instância de governo, nenhum partido.

Como consentimos? De que forma o racismo conquista a nossa tolerância e nossa condescendência? Como fomos convencidos de que devemos aguardar passivamente a notícia de mais uma chacina como a que fulminou e humilhou três jovens de Recife? (Veja reportagem nesta edição.).

Estamos fartos dessa acomodação, que é cumplicidade e colaboração com os atos de genocídio praticados escancaradamente em todo o país.

Talento e vocações humanas, afetos, vínculos familiares, sonhos, potencialidades, possibilidades de realização – despidos, algemados, os corpos crivados de balas. Como conseguimos naturalizar isto? O racismo produz a rejeição que mata e a acomodação que consente.

"Desde que perdeu seu filho Tássio (20 anos, morto a tiros em 13 de maio, na Rua Santa Bárbara, Saramandaia) a dona de casa Grace Maria de Góes Andrade Vaz sente como se o tempo tivesse parado no dia da morte do rapaz. 'Tem sido difícil conviver com a idéia de que meu filho foi assassinado friamente, sem que nunca tivesse envolvimento com nada errado ou entrada em delegacias, e que não tenha sido feita a justiça ainda'".

A mãe que sofre o impacto da perda e congela a vida acaba por expressar aparentes "justificativas" para outros assassinatos que não os de seu filho. Se uma pessoa negra tiver envolvimento com tóxicos, ou fizer algo "errado", estará justificadamente condenada à morte.

Podemos matar Maluf pai e Maluf filho, que passaram alguns dias na cadeia? Por que não podemos? O ordenamento jurídico os protege, não é verdade? O artigo 5º (XLVII, a) da Constituição afirma que não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada. É disso que se trata então. Uma guerra declarada contra os negros permite a aplicação da pena de morte.

Assusta a intensidade da adesão a esta guerra desumana. Quase não há testemunhos de dissensões. Prevalece o Consenso macabro, produzido pelo racismo, que nega a humanidade dos afro-brasileiros.

Só nos resta lutar, nenhuma crítica será demasiada diante de instituições políticas que aceitam o extermínio daqueles que descendem de homens e mulheres que tornaram o país possível, com seu trabalho e sacrifício extremos. A Marcha Zumbi+10, no dia 16 de novembro, deve expressar todo o nosso repúdio à escalada genocida, à omissão dos governos e à cumplicidade quase generalizada. "Quero nascer, quero viver", é um verso de Candeia. Mas não só isso. Queremos participar, atuar nos espaços onde se tomam as decisões que afetam o coletivo. Precisamos marchar pela nossa emancipação política.

Edson Lopes Cardoso.

ESTA EDIÇÃO
7 cadernos
84 páginas
Valor de venda: R\$ 1,70
Distribuição: R\$ 1,50
Ano 02 nº 31.354 www.irohin.org.br

A TARDE

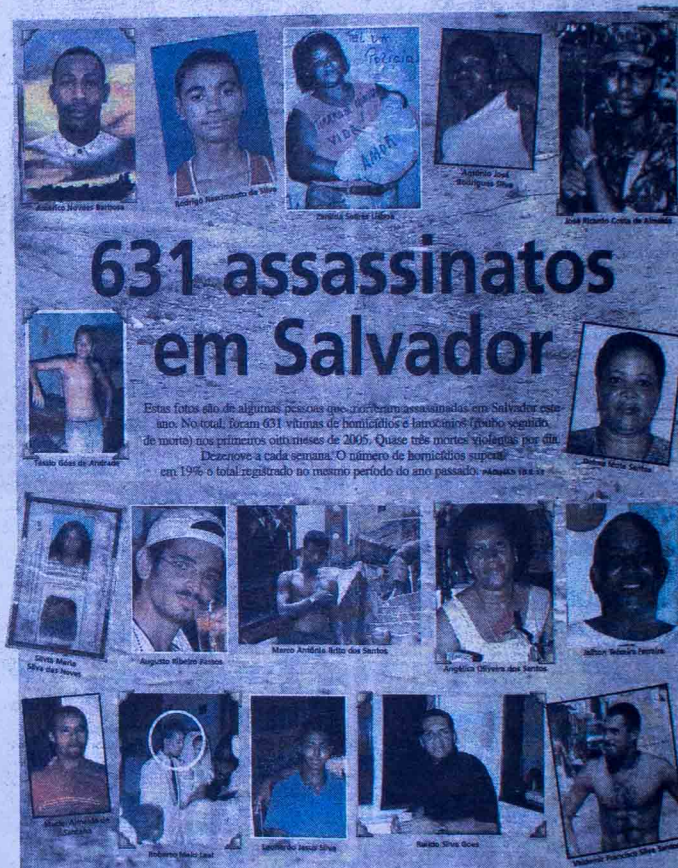
EDITORIAL
Imagem positiva
Lula e Nelson de Oliveira
Acordo por programa de
Fundo de Investimento
Apostrophe, Adama e

FUNDADOR: ERNESTO DIAS FILHO (1886/1977)

Salvador, Bahia, 28 QUARTA-FEIRA 28/09/2005

Ônibus aumenta para R\$ 1,70

A partir de sábado, a tarifa de ônibus em Salvador passará de R\$ 1,50 para R\$ 1,70, um aumento de 13,3%. O acordo que definiu a nova tarifa foi fechado ontem. Os empresários, que chegaram a recorrer à Justiça para reajustar a passagem para R\$ 2,20, não gostaram do valor.



631 assassinatos em Salvador

Estas fotos são de algumas pessoas que morreram assassinadas em Salvador este ano. No total, foram 631 vítimas de homicídios e latrocínios (roubo seguido de morte) nos primeiros oito meses de 2005. Quase três mortes violentas por dia. Deserve a cada semana. O número de homicídios superou em 19% o total registrado no mesmo período do ano passado.

Lula vem inaugurar fábrica de celulose

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca hoje em Salvador, no centro sul da Bahia, para inaugurar a fábrica de celulose da Votorantim, um investimento de R\$ 1,2 bilhão. Encontrará pontos de venda para o produto e trabalhadores sem-terra. PÁGINA 18 E 19

Estado condenado a indenizar bancária

A Justiça condenou o governo do Estado a pagar uma indenização de R\$ 3 milhões e uma pensão vitalícia de R\$ 1,500 à ex-bancária Cleide Maria de Jesus Costa. Ela foi presa por um crime que não cometeu: o assassinato de seu filho. PÁGINA 14

Governo faz tudo para eleger Rebelo

O governo está jogando tudo para eleger Aldo Rebelo presidente da Câmara dos Deputados: liberação de cargos, pressões e ameaças. A eleição será hoje à noite e os candidatos disputam o cargo. PÁGINA 14

Greve de 24 horas fecha bancos

Os bancos brasileiros aderiram ao movimento nacional e param hoje por 24 horas, em protesto contra a Federação Nacional dos Bancos, que se recusa a responder o salário dos funcionários em 11,7%. O movimento é proposto de reajuste em 4%. O TEXTO NA PÁGINA 14

O mito James Dean persiste até hoje

O homem morreu há 50 anos, mas o mito James Dean persiste até hoje. Colocado no pedestal do ídolo, o mito de James Dean, que se recusa a responder o salário dos funcionários em 11,7%, o movimento é proposto de reajuste em 4%. O TEXTO NA PÁGINA 14

ÍNDICE: 1. LULA VEM INAUGURAR FÁBRICA DE CELULOSE; 2. ESTADO CONDENADO A INDENIZAR BANCÁRIA; 3. GOVERNO FAZ TUDO PARA ELEGER REBELO; 4. GREVE DE 24 HORAS FECHA BANCOS; 5. O MITO JAMES DEAN PERSISTE ATÉ HOJE

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 10.000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohín, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohín: Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria (MT5299), Fernanda Felisberto,

Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Regina Adami, Wania Sant'Anna e Wesley Alcides Lucas.

Editoração Eletrônica: Formato 9 produção gráfica Ltda.

Impressão: Correio Braziliense.

Site: www.irohin.org.br (em construção).

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio: Fundação Ford.



16/Nov./2005



Marcha Zumbi+10 Protesto e Autonomia

Wania Sant'Anna*

Fizemos, como há séculos, a parte boa da história. No último século, nenhum outro segmento organizado da sociedade civil brasileira logrou instituir uma data nacional de protesto e reclame à consciência nacional – nenhum, somos únicos e absolutos.

O Vinte de Novembro é uma realização social e política negra e uma realização política de dimensão incomparável. Incomparável porque retorna à história ancestral de homens e mulheres que, escravizados, não perderam o senso de dignidade e, portanto, lutaram como puderam para manter um ideal máximo: a liberdade! Nenhum outro sentimento pode ser mais caro ao ser humano do que o exercício de sua liberdade, a liberdade de sua comunidade, a liberdade de realiza-se como ser humano.

Talvez tenha sido por isso que, nessas últimas três décadas – período que marca a organização política contemporânea da população afro-brasileira – poucos ousaram diminuir a importância e o valor do Quilombo dos Palmares e suas lideranças. Poucos resistiram à idéia de render-lhes as justas homenagens e relembrar sua história como merecedora de todas, todas as glórias. Palmares e outros Quilombos são na história do Brasil o que há de melhor a **relembrar** como resistência e exemplo de afirmação da dignidade humana. Palmares e os outros Quilombos são o que há de melhor para **não deixar esquecer** sobre a história da escravidão no Brasil.

Se Palmares e outros Quilombos fizeram a sua parte, cabe a nós, na atualidade, fazer a nossa. **Palmares e os outros Quilombos foram, ao seu tempo, protesto.** Cabe a nós

relembrar-lhes a história e manter viva a idéia e o ideal de protesto – comemoração/protesto. E, na minha opinião, é isso que representa ocupar, em protesto, as ruas para sua justa homenagem.

Encontros, seminários, conferências, audiências, assinaturas de planos, acordos e protocolos não são protestos. Têm importância e valor, mas não são protestos. Manifestações públicas são protestos e parece bastante transparente que os afro-descendentes no Brasil têm motivos, de sobra, para protestar.

No caso da Marcha Zumbi+10 – definida para o dia 16 de novembro – parece também bastante transparente que ela é resultado de uma decisão equilibrada e respeitosa de ativistas e instituições que, por muitos anos – ou toda a sua vida adulta, têm dado o melhor de si para que o preconceito, a discriminação racial e o racismo sejam banidos como prática da vida nacional – em todas as instâncias. Isso tanto é verdade que, na sua primeira reunião de organização (julho de 2004), ninguém (ativista ou instituição) ousou negar-lhe a importância e a necessidade. Ninguém ousou pensar que a Marcha não deveria ser feita no mesmo local de há 10 anos atrás – na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O que se passou e vem se passando depois são as disputas que, no mínimo, maculam o respeito que devemos manter por nossas decisões e história política.

Naquela ocasião, para refrescar a memória de muitos e informar aos demais, teve-se a preocupação de verificar a “folhinha”, dar-se conta que o 20 de Novembro, em 2005, aconteceria em um domingo e que, neste caso, o ideal era realizar uma Marcha em data anterior ao domín-

go, 20 de Novembro. Agora, quando somos chamados a tomar posição, parece digno não deixar passar, literalmente, em branco as decisões tomadas em uma reunião, ninguém duvidou, respeitável e responsável. Respeitável e responsável porque foi convocada, exclusivamente, para este fim, para esta finalidade. Respeitável e responsável porque, tendo esta finalidade, foi assim informada ao país e, em especial, às organizações e ativistas da luta anti-racista no Brasil.

O nível de observância e críticas lançadas sobre essa iniciativa, especialmente às instituições e ativistas dedicados a sustentar o dia 16 de Novembro como data ideal para a realização da Marcha Zumbi+10, marcará a todos nós por alguns anos. Veladas ou diretas, a desqualificação, as ameaças e os boicotes foram lançados de forma a construir um cenário de terra arrasada. Não por acaso, transparece, restando menos de 30 dias para a sua realização, a marca forte da autonomia como um dos pilares éticos da Marcha Zumbi+10 no dia 16 de novembro. Autonomia frente ao quê?

Autonomia como direito fundamental à organização da população afro-brasileira para a defesa exclusiva dos seus interesses. E por defesa exclusiva sublinha-se a insubordinação a qualquer outro interesse de grupo e/ou problemática. Se para a população afro-brasileira, como bem sabe a militância anti-racista, o preconceito, a discriminação racial e o racismo são os entraves mais essenciais à realização dos seus direitos humanos – e, portanto, obstáculo à sua cidadania plena – não há porque se subordinar a qualquer outro interesse de grupo e/ou problemática. Então, autonomia frente a qualquer insidiosa tentativa de diminuir

esse ideal, e macular esse pressuposto ético fundamental à luta anti-racista.

Não fossem todos esses os motivos para me convencer da justeza do dia 16 de Novembro como a data de realização da Marcha Zumbi+10, há meses um outro motivo se somou. Dezesesseis de Novembro é data ideal para dizer ao país, à nação, que a República que temos hoje está longe, muito longe, de ser a Nossa República. A República proclamada em 15 de Novembro de 1899 traz, para a população afro-descendente no Brasil, a mesmíssima seqüela do dia 14 de maio de 1888 – o não-lugar, a desqualificação e a desclassificação da dignidade afro-descendente. Povo forte, transformado em estorvo. Povo criativo, transformado em folclore. Povo forte, eternamente lembrado como ex-escravo e, jamais, tido como escravizado. Povo levado a ter vergonha de seu passado, de sua origem. Povo constantemente submetido às práticas insidiosas de rejeição – um problema, sempre; jamais, a solução.

Na versão século XXI de solidariedade e engajamento às causas sociais, é inimaginável não desfrutar da imagem de uma menina ou um menino negro beneficiados com a melhor ação social do momento. Fica então a pergunta que não quer se calar: o que fariam as boas almas nacionais, não fosse essa porção inestimável de pobres pretos para cuidar e, assim, sentir-se bem e realizados em seu clichê de “responsabilidade social”? País inimaginável esse que, ainda na pobreza, possamos dar aos “bem sucedidos” algo mais “elevado” que a sua satisfação material, damos-lhes, também, a “satisfação moral”.

País inimaginável esse que, para obter o que nos seria óbvio

como direito, como cidadãos e cidadãs, tenhamos que nos preocupar em atender, também, aos interesses da população branca e pobre. Em duas décadas de luta pela desagregação dos indicadores sociais por "cor/raça", ninguém lembrou de justificar esta desagregação em nome dos interesses da população branca e pobre. Fizemos, assim, mais uma graça: descobrimos, com os nossos esforços (e intermitente ridicularização de nossas propostas) que, no Brasil, existem, também, brancos pobres. Portanto, também aqui, na situação de pobreza, esses não devem ser es-

quecidos – ou melhor, precisam ser, forçosamente, contemplados. É justo? Sim, é justo.

O que não é justo é que os benefícios sejam colhidos sem que sejam nomeados os autores das propostas. O que não é justo é que passemos, ainda que na situação de pobreza extrema, a ter que cuidar do bem-estar de todos, quando do nosso bem-estar só se têm ocupado alguns poucos – notadamente nós, os pretos e pretas, os ativistas anti-racistas, os chatos, esses perigosos personagens unicamente interessados em

instituir o racismo ao contrário, os que não compreendem, por pura ignorância, o valor de viver em um país onde o racismo é antes, e acima de tudo, "cordial". O princípio da distribuição, curioso, só é lembrado quando parece haver, no fundo, algo que possa elevar, de fato, a condição dos afro-descendentes. E isso não é nada justo!

Enfim, 16 de Novembro, como protesto, como autonomia, como direito inalienável à livre organização da população afro-brasileira. Enfim, 16 de Novembro como expressão de nosso direito de viver

com dignidade, de exigir seguridade às nossas famílias, às nossas comunidades, de respeito à nossa ancestralidade. Dia 16 de Novembro pela Vida, pela Ética e pela Verdade Histórica.

Os tubinhos e os terninhos – fotos e sorrisos – são para outra ocasião, agora é chão!

**Historiadora, 44 anos, feminista e ativista negra. Presente à primeira reunião de organização da Marcha Zumbi+10 (Bsb, 03 e 04/07/04).*

Este artigo foi divulgado por: <http://marchazumbimais10.blogspot.com>

Manifesto: As razões da Marcha

Mário Theodoro*



16/Nov./2005



O Direito à Vida como mote principal da Marcha Zumbi +10 é, sobretudo, a celebração da fé. Uma fé irrestrita em que nosso país pode e deve ser melhorado, e que nele cabem todos os brasileiros, de todas as cores e raças, origens e crenças. O Brasil não será um país melhor se nele não estiverem incluídos, com justiça e dignidade, as mulheres e os homens negros.

O grito do povo Negro, sincronizado pela Marcha, é o sinal de alerta para a sociedade brasileira. Seu significado não deve ser mitigado: nós, mulheres e homens negros, não estamos, e nem poderíamos estar, satisfeitos com nossa condição hoje, no Brasil. Mais pobres, com menores oportunidades de trabalho e renda. Desprotegidos pelo Estado, com acesso restrito à educação, à saúde, enfim, aos serviços e às políticas públicas em geral. Menores são nossas expectativas de vida, estamos submetidos a situações de violência extrema, sofrendo diuturnamente os golpes do racismo e da discriminação.

A incômoda e mesmo inaceitável condição de mulheres e homens negros traz em si o germen da mudança. A vitalidade, a força vital de um povo inconformado com o quadro atual e que vem às ruas para lutar por mudanças. É esse o espírito de nossa marcha.

E por que marchamos?

Marchamos pela vida. A nossa, a de nossos filhos, netos, bisnetos. Queremos pôr um fim na escalada de violência que ameaça a sobrevivência de nosso povo.

Marchamos para que nunca mais tenhamos que conviver com a desigualdade racial. Pelo fim da discriminação em função da cor da pele. Pelo fim do preconceito. Pela proscrição do racismo, que tanto mal e tanta cizânia tem engendrado em nossa sociedade.

Marchamos também por uma escola aberta e multicultural, onde meninos e meninas de todas as raças, cores, etnias convivam e aprendam o respeito à alteridade. Uma

escola adequada a todos, que considere a História do povo negro como parte integrante e mesmo fundamental da História do Brasil. Uma escola que ensine e transmita aos mais jovens os valores éticos e morais tão necessários à construção de uma sociedade plena em direito e cidadania.

Marchamos para que a injustiça para com o próximo seja ela mesma a nossa indignação em prol de uma sociedade mais democrática em sua diversidade ampliada.

Marchamos por uma universidade aberta também a mulheres e homens negros.. Hoje, como resultado da adoção de cotas, amanhã como caminho natural de uma sociedade que busca a inclusão. No Brasil que sonhamos para um futuro próximo as cotas não serão mais necessárias, por força de uma igualdade conquistada. Este é o país que projetamos para os anos vindouros. Mas até lá, ações afirmativas e políticas de cotas devem ser adotadas. Marchamos, assim, pelas cotas nas Universidades, no Serviço Público,

nos serviços concessionários, nas grandes empresas.

Marchamos também pela ampliação das políticas de combate à discriminação e à desigualdade racial, que não podem ficar restritas às cotas. E pelo direito à terra, com apoio, assistência e fortalecimento das comunidades quilombolas.

Marchamos ainda por uma maior participação de mulheres e homens negros nas instâncias decisórias e por mais verbas públicas para o imenso leque de políticas que precisam ser implementadas em benefício dos afro-descendentes.

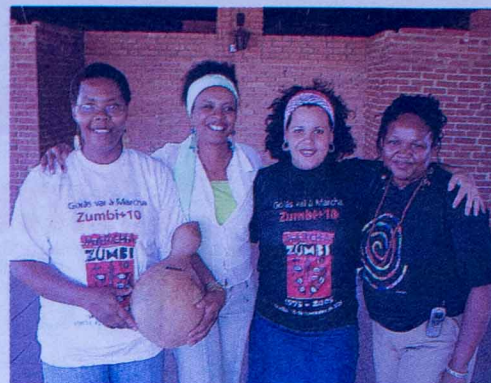
Marchamos enfim, para construir o Brasil de todas as caras e de todas as cores. O Brasil multirracial em sua plenitude, onde o espaço de mulheres e homens negros, em todas as dimensões da vida nacional, esteja à altura de sua importância para a História e para vida do país.

Viva Zumbi!

**Doutor em Economia e consultor do Senado Federal.*

Goiás em Marcha: rumo a Brasília

Silvany Euclênio*



Ieda, Ivana, Rosiane e Silvany



16/Nov./2005

Sim, estamos em marcha...
Através do cerrado, ainda de aparência esmaçada e sem vida, como muitos dos olhares vazios e desesperançados que cruzamos pelo caminho. Mas enquanto a chuva não vem para devolver à natureza o verde e o viço, o Ipê e tantas outras árvores típicas da savana brasileira estão a florir, imponentes como muitos de nós, lembrando que a vida continua por aqui. É tempo da polinização e da disseminação das sementes, e o roxo, amarelo, laranja e vermelho das flores se sobressaem exuberantes, enquanto as abelhas, os pássaros e o vento espalham as sementes e transportam os gametas que garantirão a renovação e multiplicação da vida quando a chuva chegar. E isso nos enche da certeza de que estamos no caminho certo.

Nessa caminhada, temos assistido o tempo todo à dura realidade que as estatísticas denunciam. E, ao contrário da frieza como elas se apresentam no papel, a sua constatação é dura e dolorosamente sangrenta. Passamos por bairros de maioria negra, onde o total abandono por parte do poder público é perceptível nas ruas poeirentas, no esgoto a céu aberto, nos baracos sem estrutura e muitas vezes de lona e na ausência aparentemente natural dos equipamentos sociais necessários para uma vida digna.

Nos deparamos o tempo inteiro com a dor das mães e viúvas que perderam seus filhos e maridos jovens no enfrentamento diário com a violência institucionalizada, através da ação policial, da falta de estrutura e de epidemias impensáveis em pleno século XXI. Vemos na expressão dos adultos o desânimo e a



falta de perspectivas frente a um mercado de trabalho que insiste monotonamente em nos excluir e nos olhares das crianças a insegurança, a confusão e o tormento típicos daqueles que pensam não terem história e valores próprios.

Encontramos pessoas dos mais diversos matizes de pele, de todas as texturas de cabelo, que não têm qualquer dúvida "metafísica" sobre a sua identidade negra, e sabem o preço social, político, econômico, cultural e emocional que pagam cotidianamente

por serem afro-descendentes. Ouvimos depoimentos marcados por uma trajetória de muita luta, conquistas e derrotas. Vemos muitos se emocionarem diante das imagens da Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 1995. E nesses momentos fica ainda mais evidente a real dimensão da Marcha Zumbi+10, nessa perspectiva de construí-la também enquanto conscientização e mobilização política, e não apenas como um passeio numericamente menor ou maior a Brasília.

As dificuldades materiais são muitas, mas como não enfrentá-las se a realidade descrita acima nos compromete até as entranhas e nos dá a certeza da necessidade de realização da Marcha Zumbi +10? Gostaríamos de ter capital em mãos para fazer milhares de camisetas, plásticos colantes, bolsas, bandeiras, botons, canetas e outros, e distribuir fartamente para o uso geral, como tantos segmentos e tantas organizações podem fazê-lo.

Mas, na falta de dinheiro temos muitas vezes que apelar para a solidariedade e criatividade, traduzida em uma série de iniciativas, que valoram ainda mais o que têm sido feito, pois sabemos do sacrifício de cada pessoa que contribui: um artista negro que doa parte do seu tempo e talento, desenvolvendo as artes finais; um pequeno empresário negro do ramo da serigrafia enfrenta o desafio de fazer a camisetas pelo menor preço possível; retalhos ganhados desta ou daquela fábrica são transformados numa série e materiais de divulgação (tiaras, bandanas, bolsas, etc.); uma espécie de "consórcio" de negros contribui para um pequeno fundo que nos permite aumentar a produção de material a preço mais acessível para as comunidades com maiores dificuldades financeiras; entre outras. E nós vamos aos poucos vestindo Goiás com os símbolos da Marcha.

Orgulhosamente, pessoas ostentam a sua adesão ao Movimento, no peito, na cabeça e nas indumentárias em geral. Com certeza, Goiás está em Marcha...

*Professora de história, integrante do Quilombo Goiás Marcha Zumbi + 10



Eliete



Ana Flávia

Planaltina na Marcha Zumbi +10

Professores e ativistas reagem contra a violência racial

Eliete da Costa Marim¹

Ana Flávia Magalhães Pinto²

No dia 16 de novembro, Planaltina, cidade-satélite do Distrito Federal, irá à **Marcha Zumbi +10**. Até lá, os trabalhos em curso para o fortalecimento da população negra local, em especial de sua juventude, serão intensificados. São atividades desenvolvidas com o público das escolas da rede pública, em sua maioria. Localizada a 45 km da rodoviária do Plano Piloto, Planaltina responde pelo segundo pior índice de desenvolvimento humano do DF (0,764), mesmo sendo a mais antiga das cidades, com 146 anos. Não por acaso, esses dados dialogam diretamente com expressiva presença de negros nessa localidade.

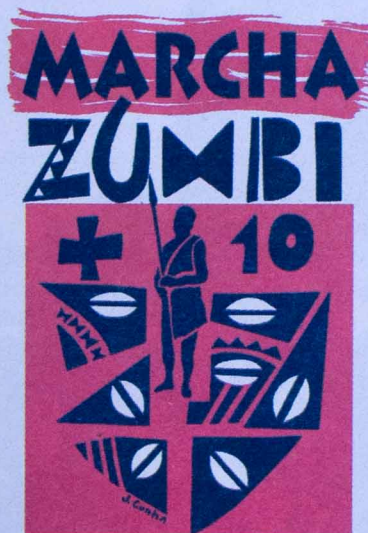
No esforço de dizer não a esse histórico projeto de invisibilidade e opressão às pessoas negras, educadoras e educadores têm eleito o combate ao racismo como ponto fundamental de seus trabalhos, e acabam atestando o óbvio: é o racismo que impede, dificulta ou afasta o povo negro do ambiente escolar.

Sendo uma dessas educadoras, além de discutir textos que abordam a resistência negra frente à violência racial, eu, Eliete da Costa Marim, compartilho com meus alunos os anseios e sofrimentos advindos das mais variadas situações de preconceito. Desde 2003, tenho promovido saraus que contam com grande apoio dos alunos do ensino médio, residentes no bairro Mestre D'Armas. As apresentações envolvem poesia, teatro, mú-

sica, dança e capoeira. Contrariando a visão arraigada de que os alunos negros dão menos retorno, são esses que têm fortalecido as atividades.

Outra atividade que prospera nessa mesma escola é a do professor André Teles Guedes, que promove a discussão acerca dos textos e imagens de pessoas negras nos livros didáticos. Os alunos pesquisaram diversos materiais didáticos que abordam a história dos negros. A partir daí, os alunos apresentaram questionamentos e se posicionaram diante das imagens propostas pelos livros. Como conclusão dos próprios alunos, foi percebido que a escola ainda é um dos responsáveis pela perpetuação da discriminação e do preconceito contra os negros.

Essas experiências se conectam às "Quintas do Cinema Negro", organizadas pela professora Márcia Regina Lopes e pela ativista do EnegreSer Ana Flávia Magalhães e desenvolvidas numa escola da Vila Buritis, voltada para a educação de



16/Nov./2005

jovens e adultos (EJA), desde maio deste ano. As sessões têm por fim produzir um crescente amadurecimento do debate sobre o enfrentamento do racismo nas relações cotidianas na cidade. Os eixos temáticos remontam a demandas do povo negro brasileiro, como a invisibilidade do negro nos meios de comunicação, a fragilidade da idéia de superioridade branca, a violência policial, a afirmação da religiosidade afro-brasileira etc.

São nessas ocasiões que a proposta da **Marcha Zumbi +10**, como uma ação do povo negro para o povo negro, tem se disseminado. Nosso próximo passo será a multiplicação desses grupos, por meio de reuniões menores, seguida do encontro maior com os envolvidos nesses trabalhos. No dia 30 de outubro, faremos uma tarde de debates e apresentações culturais dos alunos já comprometidos, na qual a comunidade planaltinense será convocada. Nesse dia, fortaleceremos nossa reação contra o racismo, pelo direito à vida, ao emprego, à

moradia, ao saneamento básico, à saúde e à educação. Também Planaltina, pela primeira vez, terá um espaço para se articular contra a intolerância religiosa e a favor da aprovação do Estatuto de Igualdade Racial, com fundo orçamentário.

Essas ações representam, no nosso contexto específico, o começo de uma luta contra o racismo e pela igualdade de oportunidades tão negada ao povo negro. Consideramos primordial o trabalho no ambiente escolar, pois a escola ainda é um espaço privilegiado na disseminação de práticas racistas e que, portanto, pede ações de resistência. Os estereótipos que nós negros, ainda, carregamos são amplamente reafirmados nos materiais didáticos e na postura docente. Por isso estamos preparando a participação de Planaltina na **Marcha Zumbi +10**, não como um número a mais para a contagem de participantes, mas como participação efetiva, consciente dos problemas e da luta que enfrentamos. Esperamos reafirmar para o Estado brasileiro e para os seus cidadãos que queremos uma democracia verdadeira, com valorização da pluralidade racial e com igualdade de oportunidades.

¹ Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Centro de Ensino Pompílio Marques de Souza, Mestre D'Armas, Planaltina-DF.

² Jornalista, ativista do EnegreSer, mestranda em História/UnB.



16/Nov./2005

Foto: Carlos Moura



Marcha Zumbi +10 16/11/2005: Não há mais lugar para a desfaçatez da velha política!

Fátima Oliveira*

Car@s

Haverá duas Marchas Zumbi +10 porque há duas concepções de Marchas diferentes que foram se configurando como duas propostas irreconciliáveis. E são irreconciliáveis porque têm a ver com algo que se chama HONRA.

E honra é um atributo moral pessoal e intransferível, e não é para quem quer, mas para quem tem!

Na verdade, haverá duas Marchas porque muita gente de bem resistiu, a exemplo das mulheres negras que construíram o *Encontro Nacional Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi +10* (Guarulhos, 11 e 13 de maio de 2005).

Haverá duas Marchas Zumbi +10 porque não sucumbimos ao mau caratismo sonhado por muita gente de detonar a idéia da Marcha, de medo de que ela fosse contra o governo.

RECORDANDO...

IbaseNet – Já há uma mobilização para a Marcha Zumbi +10, em 2005, não é mesmo?

Fátima Oliveira – Em 1995, realizamos, em Brasília, a *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida*. Em 2001, não à toa, a delegação brasileira era a maior em Durban, na III Conferência Mundial Contra o Racismo. De lá para cá, temos acumulado vivências, aprendizados. Dez anos depois, em 20 de novembro de 2005, pretendemos ocupar Brasília com a nossa cara preta, objetivando reavivar a memória do poder de que existimos: a que será que se destina? A Marcha Zumbi +10 foi idealizada e está sendo conduzida exclusivamente por lideranças negras autônomas. Isto é, aquelas que deliberam sobre seu

destino político, numa condição, parafraseando Steve Biko, de quem está na luta por sua própria conta.

A idéia da Marcha Zumbi +10 tem recebido a solidariedade de personalidades anti-racistas e outros movimentos sociais libertários. A Marcha é política, mas não deve ser partidarizada. Não é um ato contra o governo, mas tem como princípio não ser governista, portanto temos o direito e o dever de, em sua preparação, proceder a uma análise cuidadosa da conjuntura nacional e internacional. Então, a Marcha parte de um lugar no qual não cabem pessoas que no momento estão dando sua contribuição ao governo, mesmo aquelas que estão lá travando a luta interna para pautar as nossas bandeiras de luta. Não se desconhece o empenho de muita gente que está no governo. Mas também há quem está na Esplanada a passeio, inclusive negros.

Não é ético que ocupantes de cargos no governo, em nome da *questão racial*, e os partidos políticos queiram se apoderar da condução política da Marcha. Seria desrespeitoso da parte deles. A Marcha está aberta à solidariedade de todas as pessoas que com ela se identificarem, mas não abrimos mão de conduzi-la à nossa maneira.

FONTE: Fátima Oliveira. Entrevista a Jamile Chequer. A liberdade é uma conquista/IBASE, 19 de novembro de 2004

E não adiantou para velhos trogloditas que se dissesse que a Marcha não era governista, mas também que não estava sendo preparada para ser contra o governo!

O medo dessa gente era tanto e tamanho (e hoje sabemos os porquês do medo!) que caiu em campo, usando os velhos métodos (e métodos expressam concepções po-

líticas também!), que verbalizaram em muitas ocasiões (e se o negócio são as provas, há provas disso!) que o empenho era IMPEDIR a realização da Marcha. Marcha, pra que Marcha, se estamos vivendo a AURORA dos negros no Brasil nesse governo?!...

Sim, a idéia tacaña e mesquinha era que não houvesse nenhuma Marcha e que no 20 de novembro de 2005 se promovesse em Brasília ou na Serra da Barriga mais uma festa falsa com dinheiro público. Isso é público. Nesse país, de "mamando a caducando" sabe disso. E não adianta fazer ar de ofendido. Vamos deixar a máscara cair. Não é possível mais segurá-la.

Não temos mais idade para persistir na mentira e nem para ficar inventando subterfúgios e nem rodeios.

Portanto, considero risível e ridícula, e precisamos desmascarar (UFA! Mais uma desfaçatez a ser desmascarada!), ousar dizer que a Marcha do dia 16 se enquadra na fórmula "Semana da Consciência Negra 2005", com duas marchas sim: uma de abertura no dia 16.11 e outra no dia 22.11."

Senso de ridículo faz falta! É uma proposta de "empurrar com a barriga" a necessária depuração de quem é quem e a serviço de que. Ainda bem que é apenas uma proposta. Mas é RIDÍCULA! Mas, vamos discutir. Todavia, sou CONTRA a proposta!

O detalhe é que esqueceram, mais uma vez, como de costume, de combinar com quem está na Marcha no dia 16. Eis outra demonstração da velha forma de fazer política.

Não podemos esquecer de buscar entender a conjuntura. É preciso saber antes se até as datas po-

postas haverá no comando do governo em Brasília alguém para recebê-la, pois pelo andar da carruagem... só as deusas sabem.

Pois bem companheir@s, a Marcha do dia 16 começa e encerra em si enquanto ato político. Jamais será abre-alas de qualquer coisa que seja. Não deixaremos que esse engodo seja repassado à mídia para criar confusão política. Cada Marcha é uma Marcha e tem a sua finalidade própria, seus significados, ritos e místicas. Uma não tem NADA de NADA a ver com a outra.

Eu só não entendo porque tanta vergonha de dizer a verdade! É bom quem ainda não aprendeu começar a aprender que essas velhas formas e fórmulas de fazer política – na calada da noite, passando a perna e se portando como "papa-gaio de pirata" não tem mais lugar no Brasil de hoje, não mesmo, sobretudo depois desse mar de lama que sociopatas cevados na esquerda foram desnudados. Ou a gente entende isso ou vai para casa dormir, sem esquecer de antes chorar na cama que é lugar quente. Pois a vida segue.

Axé feminista,
Fátima Oliveira

P.S.: encerro aqui a minha contribuição de dar uma olhada no significado das duas "Marchas Zumbi +10". Acabo de chegar de 24 horas de plantão em um Pronto Socorro e tenho o direito de dormir. E tenho orgulho de dizer que vou dormir, mais uma vez, como tenho feito em meus quase 53 anos, diariamente, o sono das JUSTAS.

*Médica e secretária-executiva da Rede Feminista de Saúde

7
MARCHA



Nosso palco, nossa voz

A militância do Movimento Negro, em todo o país, trabalha incansavelmente para vir a Brasília no dia 16 de novembro. Homens e mulheres negras que querem ter voz e participação real. Que querem também dizer à representação política do Estado brasileiro que ela está obrigada a prestar contas de suas ações e omissões. E mais, querem reafirmar a autonomia do Movimento Negro perante os diretórios e os comitês centrais, quaisquer que sejam eles. Na Esplanada dos Ministérios, vamos fazer história!

Concentração a partir de 9 horas na Catedral Metropolitana

Palco

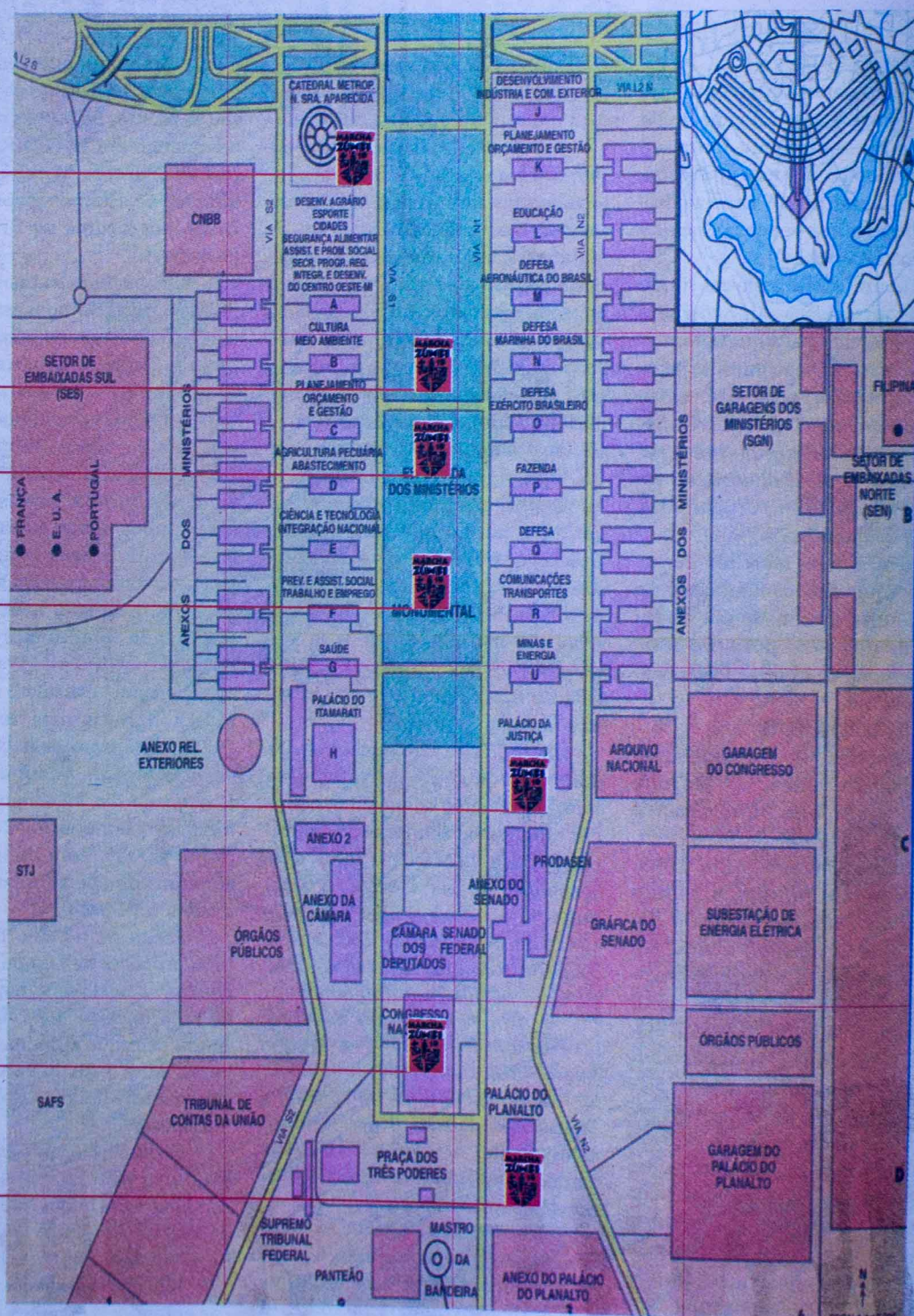
Coordenação e apoio

Praça da alimentação

Audiência com o Ministro da Justiça e outros

Audiências com os Presidentes da Câmara e Senado

Entrega de documento ao Presidente da República





16/Nov./2005

Estamos chegando!

Estamos chegando, com alegria e disposição para superar todos os obstáculos. (1) Dia 26 de outubro, em Salvador, no auditório Jurandir Oliveira/Uneb, Marcos Guellwaar, coordenador do ERÊGege fala sobre a importância da autonomia do MN. Na mesa, Edson Cardoso (Ìrohìn) e Ana Fátima dos Santos(Ubuntu). (2) João Jorge confirma a participação do Olodum. (3) Vovô chega à frente do Ilê Aiyê. (4) Alzira Rufino, da Casa de Cultura da Mulher Negra, mobiliza em todo o Brasil. (5) os estudantes do EnegreSer agitam a juventude do Distrito Federal.



Foto: Mário Neto



Foto: Carlos Moura

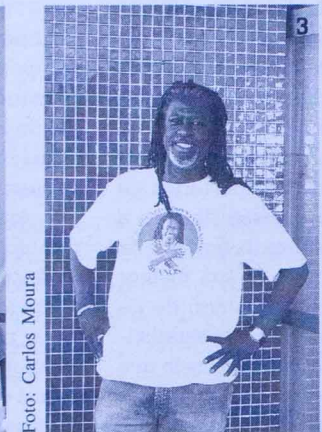


Foto: Carlos Moura



4



5

9
MARCHA



16/Nov./2005



Em legítima defesa

Sueli Carneiro*

Marcharemos em 16 de novembro próximo sobre Brasília em ato de indignação e protesto convocado pelo Movimento Negro Brasileiro. Por que o faremos? Muitas são as razões que advêm de uma realidade inaceitável contra a qual a militância negra vem historicamente lutando e frente à qual as respostas do Estado permanecem insuficientes, exigindo permanente esforço de compreensão.

Assim, contrato racial, biopoder e epistemicídio, por exemplo, são conceitos que se prestam como contribuição ao entendimento da perversidade do racismo. São marcos conceituais que balizaram a tese de doutorado que defendemos junto à USP em agosto passado sob o título "A construção do outro", como não-ser como fundamento do ser. Nela procuramos demonstrar a existência no Brasil de um contrato racial que sela um acordo de exclusão e/ou subalternização dos negros, no qual o epistemicídio cumpre função estratégica em conexão com a tecnologia do biopoder.

É o filósofo afro-americano Charles Mills quem propõe no livro *The Racial Contract* (1997), que devemos tomar a inquestionável supremacia branca ocidental no mundo como um sistema político não-nomeado, porque ela estrutura "uma sociedade organizada raci-

almente, um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o status de brancos e não brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume". Um tipo de sociedade em que o caráter estrutural do racismo impede a realização dos fundamentos da democracia, quais sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, posto que semelhante sociedade consagra hegemonias e subalternizações racialmente recortadas.

A branquitude, enquanto sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesiásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privadas etc.

Por seu lado, Michel Foucault entende ser o racismo, contemporaneamente, uma dimensão do poder soberano sobre a vida e a morte. Operacionaliza-se, segundo Foucault, por meio do biopoder, conceito que descreve uma tecnologia

de poder, uma biopolítica que permite a eliminação dos segmentos indesejáveis. Foucault sintetiza essa operação na expressão "deixar viver ou deixar morrer."

Assim, para ele, "(...) o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros, a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo" (Foucault, 2002, p. 306). A análise dos dados relativos à mortalidade, morbidade e expectativa de vida sustentam a visão de que a negritude se acha inscrita no signo da morte no Brasil, sendo sua melhor ilustração o déficit censitário de jovens negros, já identificado estatisticamente em função da violência que os expõe prioritariamente ao "deixar morrer", além dos demais negros e negras, cujas vidas são cerceadas por mortes, preveníveis e evitáveis, que ocorrem pela omissão do Estado.

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenô-

meno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (Carneiro, 2005).

Assim a marcha de 16 de novembro será realizada contra a persistência dessa lógica que informa o Estado brasileiro que, quando não mata, mantém a maioria de nossa população em condições de indigência material e cultural, refém do paternalismo e do assistencialismo. Marcharemos contra o racismo, pela cidadania, pela vida e por reparações. Em legítima defesa. E convocamos a todas e todos que não são signatários desse contrato racial perverso a marcharem conosco, em honra à memória de Zumbi dos Palmares e pela conquista da plena cidadania para todos.

Texto publicado no Correio Braziliense, edição de 29/10/05.

**Doutora em Filosofia da Educação pela USP e diretora do Geledés — Instituto da Mulher Negra*



16/Nov./2005

MARCHA ZUMBI + 10

BRASÍLIA, 16 DE NOVEMBRO DE 2005 - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
CONCENTRAÇÃO A PARTIR DE 9 HORAS NA CATEDRAL METROPOLITANA
CONTRA O RACISMO, PELO DIREITO À VIDA



Juventude e Resistência Religiosa

Nos diversos bairros de Salvador e do Brasil, novos Templos Evangélicos surgem na mesma proporção em que os grupos de extermínio matam jovens negros e negras.

Marcos Rezende*

Apesar do longo histórico de discriminação e repressão, nunca, no passado, as raízes mais profundas da nossa identidade e cultura, originária da África, foram objeto de tão planejado e sistemático processo de desvalorização, demonização e aniquilamento como está acontecendo hoje pela ação das seitas evangélicas. Ao tempo em que abrem-se templos neopentecostais com a mesma facilidade em que se matam fisicamente e culturalmente jovens negros e negras, demonstrando assim a forte tendência social de se aniquilar toda a história de um povo.

A cada dia, segmentos cada vez mais numerosos da população afro-descendente são atraídos e manipulados por discursos que aproveitam a crescente situação de aflição, insegurança e carência, resultante do agravamento da pobreza e do desemprego, em situações de crescimento urbano desordenado, perda do convívio social e aumento da marginalidade e violência. Estas seitas propagam a afirmação de novos modelos e sistemas de valores totalizantes, pautados na ideologia de um sucesso pessoal que só pode ser alcançado através da plena entrega nas mãos do Deus Salvador, conduzidos então pelos seus legítimos representantes: bispos e pastores. Estimulam, agressivamente, o distanciamento, a rejeição e o abandono das tradições e das

raízes culturais da nossa gente, apontando-as como principais responsáveis do insucesso, da pobreza e do sofrimento humano em geral.

Nos diversos bairros de Salvador e do Brasil, novos Templos Evangélicos surgem na mesma proporção em que os grupos de extermínio matam jovens negros e negras.

Colados aos Terreiros de Candomblé, e disputando com estes em condição de desigualdade, tanto pela disponibilidade cada vez maior de recursos, como de infra-estrutura, influência política e controle dos meios de comunicação.

Esta ação agressiva e a todo campo (religioso, cultural, econômico, político e social) das seitas integralistas está produzindo paulatinamente o esvaziamento e isolamento das nossas comunidades tradicionais. Como efeito, o que é mais grave, a perda de relação com as novas gerações afro-descendentes, que são induzidas a encarar o nosso próprio e peculiar patrimônio cultural e religioso como algo negativo, herança demoníaca, causa de atraso e perdição, sendo motivados pelos falsos profetas a serem cordeirinhos educados e anti-reflexivos.

Paralelamente, num outro âmbito, como efeito do crescimento da economia do turismo na cidade do Salvador, e da sua lógica mercadológica, assistimos com tristeza ao esvaziamento e a

banalização das nossas profundas raízes culturais e da nossa religiosidade, através da sua folclorização.

No intento de defender-nos destas ameaças, a comunidade afro-brasileira está alerta e junta-se para denunciá-la, combatê-la e contrasta-la, nos seus múltiplos e diferentes planos, afirmando o seu pleno direito a existir e ser reconhecida como expressão original e valiosa da população brasileira e da própria identidade nacional. Ao mesmo tempo queremos também divulgar, para toda a sociedade, os princípios e valores que norteiam, desde a ancestralidade, a nossa religiosidade e visão de mundo, convencidos do seu extraordinário e atualíssimo significado.

Uma religião que sabe vivenciar os convívios com a juventude, os princípios e valores que fundamentam a visão de mundo da religiosidade afro-brasileira, o respeito e integração com a natureza e pelos anciãos em geral, sedimenta valores e o poder matriarcal e do seu papel sagrado na reprodução da vida, descortina o reconhecimento pleno do direito à diversidade, em todos os campos e situações (sexual, religioso, político, etc..) e respeita a busca individual e a liberdade de escolha (negação do proselitismo) resgatando e fortalecendo o senso de pertencimento, a unidade e o coletivo, como valores norteadores das ações, não é algo comum e fá-

cil de encontrar hoje em dia.

As Religiões de Matrizes Africanas são o que há de mais ancestral e moderno em concepção filosófica religiosa na atualidade.

Sendo assim, torna-se urgente e imediato à elaboração mais precisa de um movimento afirmativo de resgate, identificando como sujeitos e protagonistas da sua ação a juventude afro-descendente, das comunidades populares e propondo-se a trabalhar em articulação estratégica com todos os diferentes segmentos organizados do movimento negro, e suas expressões religiosas, desenvolvendo assim, ao longo de anos, um processo sistemático de formação e fortalecimento de jovens lideranças negras, instrumentalizando-as com os mais avançados recursos tecnológicos, para que possam atuar como multiplicadores na defesa e na afirmação do nosso legado cultural.

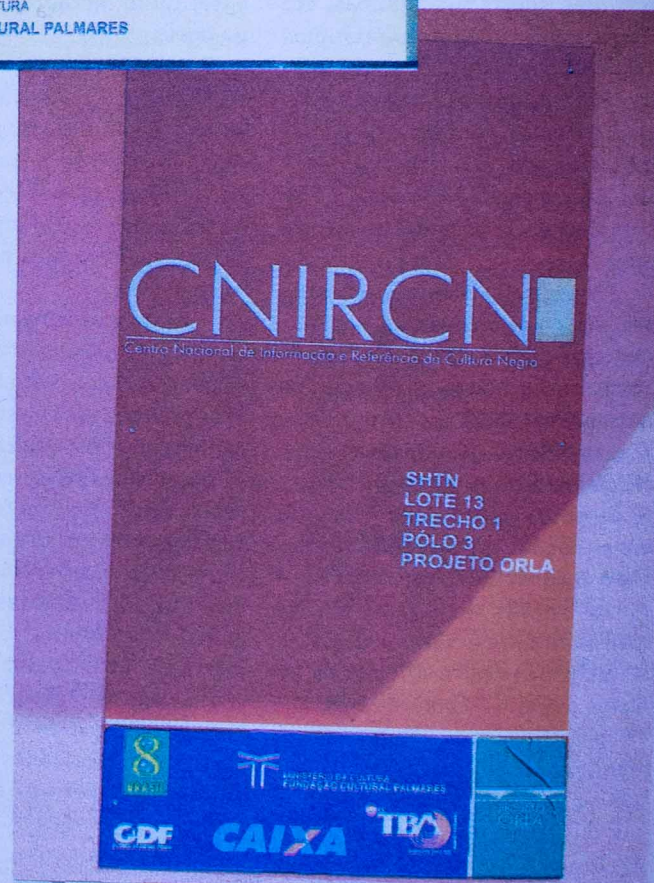
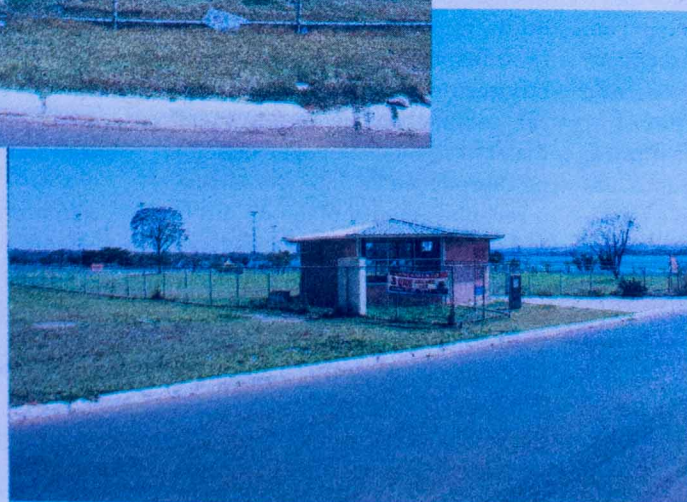
*Ibá Egum, Ibá Exu,
Ibá Orixá,
Ibá ô!
(Honra aos ancestrais,
Honra ao que nos liga,
Ao que nos mantém em
comunicação,
Honra aos Orixás,
Para todo o sempre!)*

* Professor de história e Ogã do Terreiro YIÊ Axé Oxumarê / Salvador - BA

Ninguém sabe, ninguém viu

A finalidade do Centro de Informação e Referência seria a valorização, divulgação e preservação da cultura negra. Era um projeto da Fundação Cultural Palmares do governo FHC e previa a criação de espaço multimídia, contendo banco de dados para sistematizar informações sobre nossas referências históricas, culturais e sociais, pelo menos é o que consta de mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em 1999.

O Ìrohìn procurou informar-se, até agora sem êxito, junto à Fundação Palmares. O lote no Setor de Clubes Norte foi cedido pelo então governador do Distrito Federal, atualmente senador Cristovam Buarque (PDT-DF). É objeto de intensa sedução aos olhos da insaciável cobiça imobiliária. Assim inspirado, posso até dizer que as águas do lago refletem o céu azul de Brasília como esse esqueleto reflete a incúria das políticas públicas brasileiras. Até que não saiu mal. Vamos ver o que conseguimos apurar para a próxima edição. (ELC)



Também quero meu dinheiro, das Reparações!

Fernando Conceição (*)

O telefone tocou novamente, enquanto estou concentrado lendo entrevista em um jornal.

- Diga! - atendi, mas não era o meu amor.

- Aqui é o Edson, de Brasília. Soube que você esteve em São Paulo participando de um ato pelas Reparações. Queria que você escrevesse um artigo para o Irohín.

(Grande coincidência: o jornal que tinha em mãos, sentado no vaso sanitário - o lugar mais tranquilo para se ler jornais numa casa - era justamente o Irohín de número 11).

Ok. Aceito a tarefa.

Não tanto pelos 10 mil leitores potenciais desse jornal, entre os quais alguns por quem não nutro qualquer simpatia - sabendo ser a recíproca verdadeira. Tampouco pelos caraminguás a que faria direito, que declino.

Aceito-a pelo respeito e consideração que tenho por gente como o editor deste jornal, ainda que divergindo dele em certos procedimentos táticos da luta do chamado movimento negro brasileiro nesses dez ou quinze anos.

Maiores divergências tenho para com outros tipos de militantes, os chapas-brancas ou esses que transformaram a luta negra numa bolsa. Numa moeda para seus negócios particularistas, embora encetados sob o verniz de causa política.

Desde o êxito que foi o Movimento pelas Reparações dos afro-descendentes no Brasil (MPR), entre 1993 e 1996, decidi por razão própria não mais me meter em picuinhas de supostas "lideranças" do eclético e, em grande medida, exótico movimento negro. Digo exótico de boa vontade, para não parecer bizarro.

Falei em razão própria mas poderia ter escrito outra coisa.

Quando, a partir da Universidade de São Paulo, de dentro do Núcleo de Consciência Negra ali existente, lançamos o MPR, por parte do *establishment* do movimento negro a idéia foi recebida a pontapés! As figuras carimbadas do movimento negro brasileiro - facilmente reconhecíveis na foto de capa da edição que marca o retorno desse mesmo jornal Irohín ano passado -, essas figuras rejeitaram a idéia das reparações com argumentos os mais diversionistas, e atacaram ferozmente os idealizadores do MPR.

Entretanto, o mesmo Edson Cardoso que edita este jornal, à época articulou a organização da Marcha Zumbi, em 1995. A grande repercussão - positiva e negativa - que teve a proposta de cobrar do Estado brasileiro uma indenização em dinheiro, pelos 4 séculos de trabalho escravo sofridos pelos ancestrais dos quase 70 milhões de afro-descendentes que hoje formam a população do país, garantiu a presença do MPR entre as entidades coordenadoras daquela marcha.

Naquele 20 de novembro, paralelamente ao ato que marcou a data - cuja maior palhaçada foi a brevíssima recepção de Fernando Henrique Cardoso recebendo as lideranças no Palácio do Planalto (dali, alguns já garantiram seus cargos, suas migalhas) - o MPR entregou em discurso no Congresso Nacional uma proposta de projeto de lei respaldada por 10 mil assinaturas colhidas nos meses anteriores em vários Estados brasileiros.

A proposta, acolhida pelo então deputado e hoje senador Paulo Paim, estabelecia uma série de políticas de ação afirmativa pelas reparações - cotas educacionais, no emprego e nos meios de comunicação -, sendo a mais importante, sob

a lógica do MPR, a indenização financeira de US\$ 102.000,00 (em dólares mesmo!) a que cada um daqueles 70 milhões de afro-descendentes, independentemente da cor da pele, faz jus.

A idéia das Reparações, assim colocada, foi a voz dissonante no conjunto das falas expressas por aquela Marcha Zumbi em 1995. Portanto, os "capos" do movimento negro brasileiro, que gravitam em torno do oficialismo governamental ou dos aparelhos partidários-religiosos, de ONGs financiadas com verbas ditas públicas ou estrangeiras, eles o quanto puderam desqualificaram a proposta. "Onde já se viu", reagiram os reacionários travestidos em socialistas de meia-tigela, "pagar US\$ 102 mil a cada pessoa para quê e com qual dinheiro, se dinheiro não paga os sofrimentos dos nossos ancestrais, blablablá..." Enquanto isso, os Jorges Bonhausen, Paulos Maluf, Marcos Valério/Delúbios Soares e Dirceus da vida vieram se locupletando...

Passados 10 anos, o mote "Reparações" tornou-se quase unanimidade no movimento negro. Bandeiras e camisetas, até mesmo nos Carnavais, tremulam com a palavra grafada. Até prefeituras do PFL, como em Salvador, oficializaram a idéia, assim denominando uma Secretaria Municipal. Com a chegada ao Planalto do metalúrgico que só fuma Cohiba (uma caixa com 12 charutos chega a custar doze salários mínimos), ex-rivais das Reparações se apresentam hoje como seus patrocinadores.

Legal que assim fosse, se no fundo todos os neo-reparacionistas não "esquecessem" da primordial reivindicação do MPR, isto é, que o Estado brasileiro pague - ainda que em suaves prestações e mesmo não

simplesmente em moeda corrente, estamos abertos a negociações - os US\$ 102.000,00 a que, pelos cálculos feitos em 1993, cada afro-descendente tem direito no Brasil.

Foi para discutir isso que em 29 de junho de 2005 o Ministério Público Federal, pelo procurador dos Direitos do Cidadão em São Paulo, Sérgio Suiama, organizou uma audiência pública em sua sede, na Avenida Paulista, para a qual este que vos escreve foi um dos convidados. A Assembléia Legislativa de São Paulo, pelo deputado da região de Campinas Tiãozinho do PT, co-patrocinou o evento.

O que ali esteve em debate foi não aquele projeto original, mas uma representação apresentada naquela Procuradoria em 13 de maio de 2005 pela vereadora Claudete Alves Souza (PT). Ela quer que o Ministério Público ajuíze ação civil pública em face da União Federal, "buscando o pagamento de indenização individual aos negros afro-descendentes no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em virtude dos danos sofridos no período da escravidão e no período pós-escravidão."

Aqui em minha casa, sobre a mesa de trabalho, tenho um ofício do procurador Sergio Suiama solicitando que redija um parecer sobre questões que ficaram pendentes durante a audiência. O farei no prazo dado por ele, enfatizando que, reajustados aos valores de hoje, dez anos depois é possível que aqueles US\$ 102 mil equivalam aos R\$ 2 milhões que as pretensões eleitorais da vereadora quer estabelecer como reparação. Sem mesadas, mensalão ou caixa dois.

*Jornalista, professor da Faculdade de Comunicação/UFBA.



Fotos: Fernando Gomes

Assentamento Dom Helder/BA

A força da parceria

Gil Nunes Maia Júnior, da Care Brasil, fala sobre o assentamento Dom Hélder Câmara, no sul da Bahia, exemplo bem-sucedido de parceria entre um conjunto de instituições para viabilizar a ocupação da terra, a resistência, a produção, a comercialização e os direitos de cidadania. Em dois anos os assentados, negros em sua maioria, eliminaram o analfabetismo e duplicaram a produção de cacau.

Irohìn- Qual é seu nome e sua função na Care?

GN – Gil Nunes Maia Júnior, sou coordenador regional do CARE na Bahia.

Irohìn – Na Bahia. Então todo o Estado da Bahia. Não é só aqui no sul da Bahia...

GN – O projeto CARE, quando veio para o Brasil, escolheu exatamente o sul da Bahia para fazer a primeira experiência.

Irohìn – E o Dom Helder? Como é que começou a participação da CARE no assentamento?

GN – Bom, para historiar a participação da comunidade Dom Helder Câmara no projeto da CARE, é interessante recuperar o início do trabalho da CARE no Brasil e na Bahia. Quando a CARE decidiu vir ao Brasil, contratou consultores para fazer a parte, digamos assim, de prospecção e a primeira atividade foi identificar *ongs* que atuam no sul da Bahia. Minha entidade de origem é uma entidade de advogados, AATR, Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais. A AATR foi convidada, assim como a Fase foi convidada, a Escola Agrícola, um conjunto de *ongs* que atuam aqui no sul da foi convidado pela CARE para discutir a possibilidade de implantação de um projeto da CARE no Brasil, iniciando-se pelo sul da Bahia. A missão da CARE no mundo é o combate à pobreza, somar forças para o enfrentamento da pobreza.

Irohìn – Somar forças. Daí a idéia da parceria?

GN – Exatamente. A CARE não veio ser mais uma *ong* que vai fazer um trabalho específico. A idéia da CARE é poder contribuir como agente catalisador de proces-

so que articulem parcerias para que se faça o enfrentamento da pobreza. Então esse conjunto de *ongs* dos movimentos sociais se reuniu várias vezes aqui em Ilhéus e desses seminários foi construído um plano de intervenção, foi aprovada a idéia da vinda da CARE e esse conjunto de *ongs* identificou onde estava a pobreza no sul do Bahia.

Irohìn – O que as *ongs* destacaram?

dos, que é o caso das fazendas de cacau da região que foram atingidas pela vassoura de bruxa.

Irohìn – Por que a escolha da comunidade Dom Helder?

GN – Por ser um movimento de reforma agrária composto por jovens, a maioria afro-descendentes. Tratava-se de jovens em situação de risco social na periferia de Ilhéus, os filhos dos trabalhadores que foram expulsos das fazendas de cacau pela vassoura de bruxa. Essas

em que o Incra foi fazer a imissão de posse para legitimar as famílias no assentamento, houve uma fala bastante interessante dos representantes do Incra, que disse algo assim: "Por quê? Como uma *ong* teve a coragem de fazer o que um órgão público não pode fazer? Até essa comunidade ser legitimada, o Estado não poderia investir aqui. Felizmente vocês contaram com a contribuição de *ongs*". Então por isso essa comunidade foi selecionada. Eles estavam nessa fase, sem nenhum apoio do poder público ainda, o Incra não tinha feito nenhum investimento, inclusive a alimentação daquelas famílias foi uma contribuição da CARE.

Irohìn – Ontem eu perguntava a Bernadete de Souza, uma das lideranças do assentamento, que dissesse, numa palavra rápida, sem pensar muito, o que é que ela destacaria após todos esses anos de luta. Ela me disse assim: "Saber que está todo mundo comendo, se alimentando." Eu fiquei impressionado com isso.

GN – É, porque inclusive quando a gente montou essa matriz de intervenção junto com os parceiros, a gente trabalhou essa linha de segurança alimentar, atividades produtivas, esforço para viabilizar a comercialização e a capacitação. São esses os pilares da intervenção: temos que pensar em produzir para a segurança alimentar e produzir para a geração de renda. Criar canais mais eficazes de comercialização, por isso a relação com as cooperativas, e, na base de tudo isso, um grande esforço de capacitação, que é a capacitação para a produção, a disseminação de um novo paradigma tecnológico de



GN – O problema da concentração da renda e da terra. Decidiu-se que era importante trabalhar com reforma agrária. Por isso foi escolhido um assentamento antigo, dos anos 80, que é um assentamento francamente falido, com todas as dificuldades e todos os erros das políticas públicas descontinuadas, e um assentamento recente, que nesse processo já dos novos movimentos sociais do campo, trabalha com a ocupação dos latifúndios abandonados,

famílias migraram para Ilhéus, os filhos foram criados na periferia e já estavam todos em risco social, alguns com passagem na polícia. E a reforma agrária foi vista como uma alternativa para esses jovens. Por isso essa comunidade foi selecionada para receber os investimentos da CARE. A comunidade Dom Helder Câmara ainda estava em processo de acampamento, não haviam recebido ainda a imissão de posse. Até foi interessante, no dia

produção, e na produção agro-ecológica, de sistemas agro-florestais, a cultura orgânica, um esforço de cooperativas sérias que podem fazer a comercialização e toda essa lógica de capacitar. O programa tem uma intervenção muito forte em educação. Educar para produzir, educar para comercializar e educar para a cidadania. Por isso um programa como o Jurista Leigo, um programa de formação em políticas públicas.

Irohìn – Fale um pouco mais sobre o programa.

GN – É um programa de educação jurídico-popular. Essa *ong* que é parceira da CARE, a AATR (Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia), há muitos anos desenvolve esse programa. Houve um tempo, nos anos 70, anos 80, em que os movimentos sociais contratavam muitos advogados. A Igreja e a CPT contratavam advogados para os conflitos no campo, sindicatos contratavam advogados para as questões sindicais, as greves... Nos anos 80, com a redemocratização do Brasil, isso refluí. Muitas entidades que contratavam advogados deixaram de contratar. O Estado já estava democratizado, e isso, a defensoria pública, é um dever do Estado, não. Então a AATR, congregando mais de cem advogados no estado, percebeu que não tinha mais pernas para acompanhar todos os conflitos, todas as greves, tudo o que requeria um advogado. Começou a aparecer uma demanda muito grande. "Precisamos de um curso de Direito Agrário, um curso de Direito Trabalhista para o sindicalista saber fazer um cálculo da sua base social..." Então, claro, qual foi a idéia da AATR? Vamos montar um curso, um programa de formação. Quem sabe você pode levar os diversos conteúdos do Direito, não é? O Direito Civil, o Direito Penal, o Direito Agrário, o Direito Ambiental, o Direito Previdenciário, todos os interesses dos trabalhadores, permitindo que o cidadão possa atuar onde não há advogado. Então o curso foi pensado para isso. Para democratizar o Direito, que é desencastelar o saber jurídico, tirá-lo dos muros das universidades, dos salões dos tribunais, e mostrar ao cidadão que

ele, lendo, ele conseguindo ler um Código Civil, ler um Código Penal, interpretar uma CLT, ele consegue ter uma atuação cidadã. Eles aprenderam a fazer um *habeas corpus*. Qualquer cidadão pode fazer. Eles não sabiam disso. Hoje eles entendem, acreditam que pode haver uma redução de violência policial, de abuso de autoridade, quando eles se apresentam como tendo passado por essa capacitação.

Irohìn – Quantas pessoas estão sendo treinadas no programa?

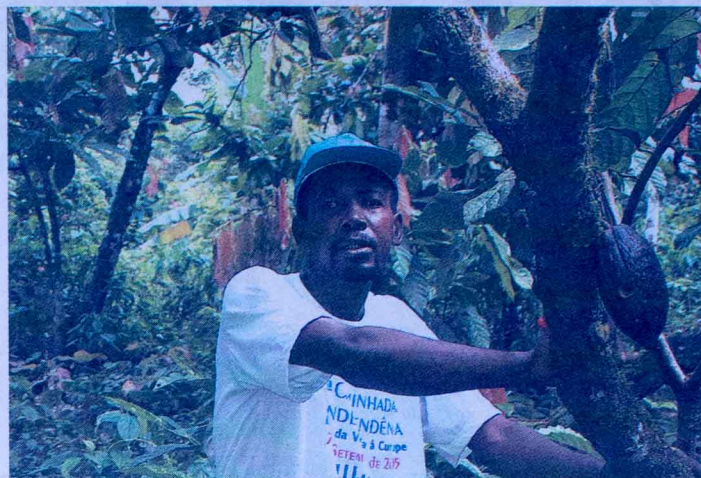
GN – Na comunidade Dom Helder Câmara foram cinco, da própria comunidade. E no município vizinho à Dom Helder Câmara, em Dom Pedro, teve um movimento interessante. No início, os moradores de Dom Pedro tinham medo dos sem-terra. A biblioteca organizada no acampamento fez com que houvesse a aproximação da comunidade com o assentamento através dos jovens, e depois os adultos perceberam que naquele assentamento tinha uma associação que conquistava coisas. Conseguiu recuperar a energia elétrica do assentamento, montar uma creche, ter uma biblioteca. Então os adultos do município procuraram a assessoria dos sem-terra para montar uma associação de moradores. E também dessa base social foram mais três juristas leigos capacitados. São cinco pessoas da Dom Helder e três do município de Dom Pedro nessa turma que concluiu o curso agora.

Irohìn – A possibilidade da parceria vem mostrar que, por exemplo, a reforma agrária não é uma coisa do movimento em defesa dos trabalhadores rurais, não é uma coisa do Incra, é uma preocupação de todos, é um tema que deve interessar a toda a sociedade. Você vê dessa maneira?

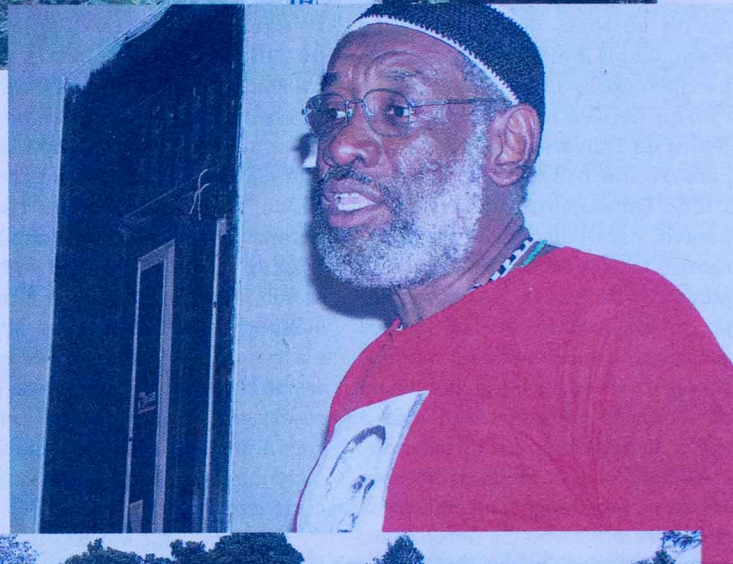
GN – Sim, vejo, e inclusive achei muito interessante quando alguns movimentos sociais, no tempo da resistência, quando havia uma dificuldade de a sociedade brasileira entender o que era reforma agrária, alguns movimentos sociais tinham uma frase que era uma bandeira, uma palavra de ordem, que era assim: "Reforma agrária: essa luta é nossa". Aí, com o tempo, com a percepção de que sozinhos, como movimento social enfrentando uma série de questões, seria di-

ficil fazer avançar a concepção de reforma agrária para a cidadania, para a produção de alimentos, alimentos orgânicos, para o comércio justo, então os próprios movimen-

tos sociais fizeram uma releitura da bandeira: "Reforma agrária: essa luta é de todos." Aí se deu essa transição de "essa luta é nossa" para "essa luta é de toda a sociedade".



Fotos: Fernando Gomes



Empenhados em combater a vassoura-de-bruxa, fungo que ameaça os cacaueiros, Joilson, Moacir e demais assentados não descuidam dos valores culturais que sustentam a identidade negra



No sentido horário: Renata, Gustavo, Diógenes Clarence (Administração), Lino Vaz Moniz (cientista político e mestre em Educação), Manoel (Economia), Jailson (Economia) e Marco Paulo Varela (Ciência Política).

A nova Lei de Estrangeiros e os estudantes africanos no Brasil

Gustavo Freitas Amora*

Renata da Silva Nóbrega**

No dia 27 de setembro, estudantes africanos de Cabo Verde e Moçambique e alguns estudantes e pesquisadores brasileiros, reuniram-se no Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília para discutir o anteprojeto da nova Lei de Estrangeiros do Brasil, disponível para consulta pública durante o mês de setembro no site do Ministério da Justiça. Há muito tempo, os movimentos sociais ligados aos migrantes reivindicam mudanças na atual legislação, elaborada no período dos governos militares e cheia de restrições aos direitos dos migrantes, vistos ainda como uma ameaça à segurança nacional. A expectativa em torno do anteprojeto era grande, pois se imaginava que finalmente teríamos uma legislação atualizada, que incorporasse os princípios internacionais de direitos humanos. A questão do tráfico internacional de seres humanos é uma das inovações do anteprojeto. No geral, houve pouca modificação. O princípio da segurança nacional foi substituído pelo de "interesses nacionais" e a restrição aos direitos políticos dos estrangeiros foi mantida. Em alguns pontos houve até um retrocesso, como é o caso da proibição de manifestações públicas de estrangeiros contrárias a um terceiro país, inexistente na legislação anterior.

Num contexto global em que as migrações internacionais são motivadas por questões econômicas, violência, perseguição política, guerras, desastres ambientais,

o anteprojeto da nova Lei de Estrangeiros incentiva a migração qualificada (profissionais especializados e investidores) e trata de forma discriminatória os migrantes "irregulares" ou "indocumentados" que não se enquadram na categoria de "refugiados". Além disso, o anteprojeto sequer menciona a criação de mecanismos de combate à xenofobia e de promoção à diversidade cultural, como se o racismo e a xenofobia não fossem constantes no cotidiano de migrantes, principalmente daqueles que pertencem a grupos étnicos e raciais tradicionalmente discriminados, como os africanos.

O caso "Iyke Morris" demonstra a arbitrariedade no tratamento de estrangeiros e a violência a que estão expostos os africanos no Brasil. Em 2003, após chegar ao Brasil a bordo de um navio chinês, o cidadão de Serra Leoa Iyke Morris teve seu pedido de refúgio negado. Iyke foi preso e enviado ilegalmente ao presídio Ary Franco no Rio de Janeiro, como um criminoso. Diante dessa situação, o advogado Humberto Adami e o Movimento Negro Unificado (MNU) iniciaram uma grande campanha política e jurídica que conseguiu libertar Iyke.

Os estudantes africanos reunidos no CCN-UnB ilustraram com exemplos as dificuldades enfrentadas no Brasil. As restrições aos direitos políticos foram as mais enfatizadas. Antes mesmo de entrar no Brasil, são alertados por au-

toridades de seus países de origem de que não devem se "intrometer" em questões políticas daqui. A vida na universidade é marcada por essas restrições. Não são poucos os casos em que alunos estrangeiros silenciam casos de racismo e outros tipos de abusos sofridos no Brasil por medo de represálias. Em alguns casos, universidade e embaixadas pressionam para a retirada das queixas e ameaçam o aluno "causador de problemas" com a suspensão de bolsa ou mesmo o cancelamento da matrícula. A censura política prejudica o crescimento do aluno porque limita sua liberdade de expressar posições e questionamentos.

Além de não garantir o direito à participação política de estrangeiros em assuntos nacionais (em alguns países, estrangeiros têm direito ao voto e também podem ser candidatos em eleições internas), a legislação brasileira incorpora uma noção de "política" que se restringe ao voto. Ainda que alguns países permitam que seus cidadãos em solo estrangeiro votem em eleições dos países de origem, a legislação brasileira não permite que esses se organizem politicamente, em partidos, sindicatos e outros tipos de organização política. Ou seja, basta votar.

A restrição ao exercício de atividade remunerada aos portadores de visto de estudante foi outra queixa apresentada. Atualmente, os estágios oferecidos exigem a inscrição do aluno no PIS/PASEP

para o recolhimento de INSS. Como o visto de estudante não oferece essa possibilidade, muitos deles perdem valiosas oportunidades de estágio. A vida universitária fica restrita ao ambiente acadêmico, sem possibilidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Os alunos ainda se queixaram de atrasos no pagamento das bolsas de manutenção e da ameaça constante de suspensão das bolsas e dos auxílios-alimentação.

Dentre as propostas apresentadas na discussão, está a supressão do Artigo 119º, que trata da participação política de estrangeiros no Brasil. Para a denúncia de casos de racismo e xenofobia, os estudantes sugeriram a criação de uma Ouvidoria, capaz de encaminhar os casos relatados às instâncias responsáveis. Os estudantes declararam ainda apoio à proposta de que os benefícios concedidos aos cidadãos portugueses sejam estendidos a todos os cidadãos origem africana, já que o discurso da atual política externa do Brasil é o de aproximação com a África e essa é uma boa oportunidade em torná-la uma prática. Propuseram, assim, uma legislação migratória voltada para a valorização da diversidade e que combata os casos de xenofobia e racismo.

*Cientista político, coordenador-adjunto do Centro de Convivência Negra/UnB

**Bacharel em Relações Internacionais

O caso dos refugiados: apoio do Brasil é considerado insuficiente

Bianca Melo*

Eles fugiram de seus países para não morrer. Foram afastados de suas famílias, amigos, escola, trabalho, e perseguidos por brigarem contra o regime autoritário dos seus países de origem. Os refugiados, que chegam ao Brasil todos os dias, têm aqui uma nova luta: a da sobrevivência com poucos recursos e quase nenhuma ajuda do governo brasileiro. O angolano Fernando Ngury é um deles, mas, ao invés de sofrer sozinho ou em guetos, juntou coragem para integrar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (Cedhur), atualmente presidido por ele.

A entidade, antiga Associação de Refugiados Africanos no Brasil (Arab), foi fundada em Belo Horizonte há cinco anos e tem como principal objetivo garantir o acesso dos refugiados ao mercado de trabalho e as condições mínimas para que eles possam ter uma vida auto-sustentável no País. "O Cedhur bate-se por um refúgio digno e humano em favor de todos os refugiados. Defendemos que os refugiados devem ser objeto da atenção do estado em razão da sua condição de fragilidade", acredita Ngury.

Conforme explica o dirigente do Cedhur, os africanos, caso sejam reconhecidos como refugiados pelo governo brasileiro, conseguem carteira de identificação e carteira de trabalho. "É apenas isso e na sequência vêm a luta pela sobrevivência e o desespero pela falta de alimentos, de moradia e de segurança", relata. Ao saírem de seus países, muitas vezes, eles nem sabem para onde estão indo. "O importante é permanecer vivo e ter a possi-

bilidade de retomar a vida negada e seqüestrada em seu país."

A situação dos refugiados no Brasil é regida pela lei 9.474/98. "A lei regulamentou a entrada e permanência de refugiados em território nacional, mas não instituiu programas que garantissem a esses refugiados a retomada de suas vidas", observa Ngury.

Estudos — As universidades, aos poucos, vão despertando para o problema. De acordo com Ngury, as universidades de Juiz de Fora (MG),

UFMG (MG) e a Universidade Federal Fluminense (RJ) já estão atentas. Na UFMG, existe um programa para receber alunos refugiados desde 1999. "Oferecemos no mínimo uma vaga por curso a cada semestre", revela o diretor-adjunto de Relações Internacionais da Universidade, professor Maurício Freire Garcia.

Atualmente são 22 estudantes refugiados, que entraram na universidade sem vestibular e têm acesso aos mesmos direitos dos alunos carentes da UFMG: moradia universi-

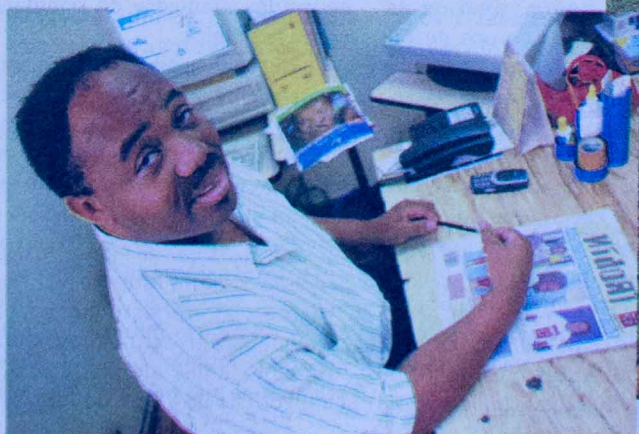
tária, alimentação e creche para os que têm família.

Fernando Ngury concluiu na UFMG o curso de direito iniciado em Angola. Atualmente, ele é aluno da Pós-Graduação em Políticas Públicas pelo Departamento de Ciência política da Universidade. "O Brasil é uma terra de imensos desafios ao crescimento intelectual, político e humano. Para mim, o Brasil é uma escola para a vida pública", declara.

* Jornalista/BH



Ibrahima Gaye



Fernando Ngury



Cipriano

Fotos: Pedro Vilela

Foto: Folha de Pernambuco



"A gente quer mesmo é viver...."

Ana Paula Maravalho*
Rivane Arantes**

Esta é a história de três jovens brasileiros. Eli, Fábio e Alexandre nasceram pobres, e durante boa parte de suas vidas viveram nas ruas do Recife, desafiando a "lei da cidade". Do encontro com a Comunidade dos Pequenos Profetas – ONG que, há 23 anos, trabalha com crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social e pessoal no Recife –, nasceu o desejo de ser gente, ser "normal", ocupando as ruas com seus corpos, suas idéias, aspirando a grandes sonhos. Com o apoio da ONG, abandonaram as ruas da cidade, fixaram residência e conseguiram trabalho – na realidade, sub-empregos, apenas suficientes para seu sustento e das famílias que começavam a constituir: companhia, filhos. Alexandre, mais conhecido como "Bibite", alçou um voo mais alto, realizando a façanha de ser também artista, integrando o grupo de RAP "Recife Marginal". As letras do grupo, de sua autoria, falam da realidade destes e de milhares de outros jovens brasileiros: "A gente quer viver, a gente que é da rua quer sobreviver/liberdade a gente tem, violência de montão/queremos uma escola pronta pra educação/sair da vida errada no caminho da canção/com muita esperança no futuro da nação".

O iminente lançamento do primeiro CD do grupo "Recife Marginal" coroa um trabalho de persistência, esperança e cidadania para Bibite e seus companheiros. Mas, infelizmente, o conto de fadas acaba aqui.

Na madrugada do dia 12 de agosto de 2005, Eli Carlos dos Santos, Fábio Leite de Farias e Alexan-

dre José da Silva, o Bibite, três jovens brasileiros, foram sumariamente executados em Casa Amarela, um dos bairros mais pobres do Recife.

Ninguém sabe ao certo como o crime aconteceu, uma vez que não há testemunhas, embora as características do evento forneçam elementos para a reconstrução dessa triste história: a forma como os corpos foram deixados e a insinuação expressa de furto, através de objetos convenientemente deixados junto às vítimas, apontam para mais uma ação de um dos inúmeros grupos de extermínio que atuam em Pernambuco, com a participação de policiais. A foto publicada num jornal de grande circulação do Estado revela: os três jovens eram negros.

A gente quer viver, a gente quer viver, a gente que é da rua quer sobreviver". O refrão da música permanece como um incômodo protesto dos três jovens, antes de serem cumprida mais uma sentença de morte contra a população negra. Os três foram perseguidos, encurralados numa calçada, imobilizados e, como num ritual há muito conhecido pelo povo negro, tiveram as mãos amarradas, os corpos despidos, foram obrigados a se ajoelhar para, covardemente, serem assassinados. As imagens dos corpos inertes estampadas num jornal de grande circulação do Estado indicam que foram três os executores do crime. O fato chamou a atenção dos próprios agentes policiais. Segundo eles, "(...) os três foram executados juntos um do outro, exatamente na mesma posição, sem chance de reagir".

A experiência dos jovens negros e o testemunho da CPP atestam que esse não foi um ato isolado de criminalidade comum. A cor das vítimas não deixa dúvidas quanto à preferência racial nesse tipo de crime. Tanto em chacinas de repercussão nacional (Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Nova Iguaçu), quanto nos crimes anônimos que semanalmente recheiam a coluna policial dos jornais em Pernambuco, torna-se evidente que a população negra é o alvo das ações de grupos de extermínio. Numa equação já denunciada através de inúmeras pesquisas; racismo, desigualdade social, ausência de políticas públicas e impunidade conjugam-se perversamente, resultando na falência do sistema de segurança e justiça em relação à população negra. Esta relação não é anódina: distorções como a "presunção de culpabilidade" em relação aos negros resultam em ações que promovem a eliminação pura e simples dos suspeitos, com total infringência aos direitos constitucionais e direitos humanos. Ações que, de tão regulares e banalizadas, denunciam um genocídio silencioso da população negra brasileira.

Não por acaso, todos os indicadores que expressam a precarização da vida no Brasil registram que são os negros e negras que dão corpo aos piores índices. Foram eles que até 2004² compunham 65% da população dos pobres e 70% da população considerada indigente (a que vive com renda per capita de até 1/4 do salário-mínimo); são eles que representam 73% dos jovens brasileiros analfabetos³; são eles,

ainda, as maiores vítimas da criminalidade violenta. Aliás, são precisamente esses indicadores de violência que registram o total alcance desse projeto. As taxas de homicídios de jovens entre 1993 e 2002 saltaram da cifra de 20,3 para 54,7 por 100 mil habitantes, enquanto que o crescimento dessa criminalidade entre a população geral foi de 20,3 para 28,4⁴. Nesse contexto, não é exagero dizer que é mais seguro ser branco no Brasil: a proporção de vítimas de homicídios entre a população jovem negra é 65,3% superior à branca (em PE esta taxa ultrapassou 300%). Tais dados foram confirmados pelo Ministério da Saúde que, em 2004, registrou taxas de assassinatos entre adolescentes brancos idêntica à média nacional (61,7%), enquanto que entre os adolescentes negros, chegou-se a 67,3%.

Essa triste realidade que escancara a cor da violência nos indica o que ainda não temos coragem de admitir. Somos um país em guerra, admiramos sua arquitetura, e assistimos, inertes, ao genocídio de toda uma população – a de negros e negras. Até quando? Alguma coisa na história de Eli, Fábio e "Bibite" grita para que tenhamos a coragem de nos desacostumarmos com o comum e de ouvir o que esses jovens quiseram dizer:.... A gente quer viver, a gente quer viver, a gente que é da rua quer sobreviver...

*Ana Paula Maravalho – mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Paris X, França, Bela em Direito e articuladora do Observatório Negro.

****Rivane Arantes – advogada do Programa dhINTERNACIONAL (uma parceria entre o MNDH/NE e o GAJOP⁶) e especialista em Direitos Humanos pela UFPB.**

¹ Trecho da música Cidade Movimentada, elaborada por "Bibite", "Orelha" e Huelkey Anderson do Grupo de RAP Recife Marginal.

² Insuficiência de Renda: pobreza e indigência. Atlas Racial Brasileiro mostra

que em 2004, 65% dos pobres e 70% dos indigentes são negros.

³ Fonte: Artigo "Desigualdade social, violência e jovens no Brasil", de Enid Rocha e Luseni Aquino (IPEA - Diretoria de Estudos Sociais), com base na PNAD 2002,

IBGE.

⁴ Mapa da Violência IV da UNESCO.

⁵ MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos e GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares.



O impacto da Lei 10.639 para o desenvolvimento nacional

Jeruse Romão*

Em tempos atuais, parece-nos cada vez mais difícil vislumbrar medidas sociais arrojadas. Rende-se o mundo para o debate do desenvolvimento econômico, como se as políticas sociais e de reparação de desigualdades não estivessem atreladas a esse campo.

No campo educacional, especialmente nas ações de promoção da igualdade racial, investe-se na implementação da Lei 10.639 de 2003, que, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina a obrigatoriedade de conteúdos relacionados à história da África e à cultura afro-brasileira.

Precisamos trazer ao debate, especialmente com os resistentes, o quanto a implementação da lei e, em consequência, seus estimados resultados poderão influir nos índices de desenvolvimento econômico do país.

Sabemos que a população negra brasileira – somando-se pardos e pretos – constitui-se na maioria da população. Se a maioria está respondendo por patamares inferiores à média adequada para o desenvolvimento social, evidentemente, os indicadores de desenvolvimento do país refletem agudamente este quadro.

Os negros e as negras, embora alguns números demonstrem crescimento de acesso e permanência na escola, ainda são aqueles (as) com menor número de anos de es-

tudos, com maior percentual de analfabetismo e repetência escolar, considerando ainda que são aqueles (as) com menor percentual de acesso ao ensino superior.

Estudos recentes demonstram que países que investiram no acesso e permanência da educação de suas populações apontaram expressivos índices de crescimento econômico, como também ampliaram em formação no ensino superior o número de pesquisadores. Ou seja, o desenvolvimento científico do país tornou as sociedades analisadas pelas pesquisas menos dependentes.

Esse lógica está dada. Não é à toa que o Movimento Negro articula a implementação da lei à necessidade de investimentos orçamentários significativos, bem como investimento na formação dos educadores e na melhoria das escolas públicas. Todas essas ações são determinantes para o sucesso da lei que, se eficientemente implementada, alterará os indicadores sociais da educação dos negros e da sociedade brasileira.

Assim sendo, a Lei 10.639-03 necessita ser articulada à melhoria da escola e da qualidade de vida da população brasileira. As políticas educacionais para os negros necessitam ser amplamente assumidas pelo Plano Nacional de Educação e pelo FUNDEB, programas, inclusive, criados com esse princípio e pressuposto, qual seja, o de melhorar os indicadores educacionais

e a qualidade de educação do brasileiro.

Carecem, contudo, como insistimos, de estarem articuladas com o argumento da melhoria da educação brasileira para se evitar vexames semelhantes ao do censo escolar "mostre sua raça, declare sua cor", que não foi precedido de ações prévias de sensibilização e justificação, nesse contexto, terminou por ampliar a resistência dos educadores para com a necessidade de políticas educacionais para os negros.

O que é um contra-senso. Nós sabemos que os recursos públicos serão sempre melhor aplicados quando a necessidade de sua demanda for compreendida. Boicotar o censo, como fizeram os educadores e gestores brasileiros, significou inclusive desperdício de recurso público. Significou, ainda, ignorar o direito que os negros brasileiros têm de serem beneficiados por políticas específicas financiadas pelo Estado e pelas instituições de governo.

Não sou economista. Sou pedagoga. Mas não é difícil dar pitaco sobre economia em tempos atuais. Assim como não é difícil intuir por quais caminhos o tal propalado desenvolvimento econômico efetivamente promoverá impacto na população e não só no mundo do grande capital, do qual estamos todos fora.

A Lei 10.639, além de promover movimentos no campo da

identidade, dos direitos culturais e do conhecimento, provocará, se compreendida como uma política de promoção da igualdade social, alteração nos indicadores sociais brasileiros. Está dado que políticas universalistas pouco alteram a realidade da população negra brasileira. Políticas afirmativas e específicas é que serão o investimento da próxima década.

E voltando à antiga tecla, os orçamentos dos municípios, dos estados e do governo federal precisam explicitar esse desejo de desenvolvimento. De outro modo, tudo não passará de boas intenções. E nós sabemos que, de boas intenções... Ou poderíamos dizer melhor, aos moldes de Agostinho dos Santos, quando enfatiza que não basta sermos puros, é preciso que a pureza esteja dentro de nós. Nesse sentido, não basta os bem-intencionados discursos do governo. Nós temos que estar dentro de suas metas. Nós temos que estar dentro do projeto de desenvolvimento econômico deste país, do contrário a intenção manifesta é a de que sejamos, para todo o sempre, os pobres que justificam os faraônicos recursos de combate à pobreza.

*Pedagoga. Mestre em educação. Consultora do CEERT(SP) e membro do Conselho Nacional Contra a Discriminação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.



PMs de Salvador criam Núcleo de Religião de matriz africana

Hamilton Vieira*

Salvador, ou a Bahia, viveu um dia histórico em 27 de agosto passado, quando no auditório do Colégio da Polícia Militar (PM), localizado no bairro dos Dendzeiros, soldados e funcionários civis dessa corporação realizaram a solenidade oficial de implantação do Núcleo de Religiões de Matriz Africana da Polícia Militar da Bahia (Nafro). A primeira entidade do gênero em todo o Brasil.

Esteve presente à solenidade o coronel Antônio Jorge Santana (por sinal negro), comandante geral da PM na Bahia, o que expressou apoio legal à entidade que nascia. E ainda representantes de tradicionais terreiros baianos, como a ialorixá Stella Azevedo dos Santos, Mãe Stella de Oxóssi, atual sarcedotisa do Ilê Axé Opô Afonjá, de nação Keto, e da ebomi Margarida Ajikutu, do Ilê Ya Nassô Oká (Keto), mais conhecido pelos baianos como Casa Branca.

Os policiais militares, masculinos e femininos, trajando roupas brancas, em reverência a Oxalá, por ser o orixá maior, iniciaram a solenidade por volta das 15 horas, entoando cânticos e percutindo toques em homenagem às principais nações de candomblé que existem nos terreiros baianos: Cabloco, Angola, Jeje, Keto e Ijexá, sendo este um dos momentos mais emocionantes do evento.

No final da solenidade, repre-



Foto: Rejane Carneiro - A Tarde

sentantes de tradicionais terreiros baianos e membros da PM, que colaboraram para a criação do Nafro, foram agraciados com o diploma Laburabre, que em iorubá significa "grande amigo". A popular artista Claudete Macedo, cantora de rádio nos anos 50 e 60, e ainda hoje em atividade, entoou uma canção ressaltando a força e a luta do negro para se impor em uma sociedade hostil e racista.

O soldado PM, Albino Apolinário dos Santos, coordenador de imprensa da nova instituição, informou ainda que a Nafro foi procurado por uma policial civil de Salvador e por um marinho interessado em criar entidades semelhantes em suas respectivas corporações. Ele informou ainda que em novembro, pela passagem do Dia Nacio-

nal da Consciência Negra (20 de novembro), a entidade recém-fundada promoverá seminário para discutir questões ligadas ao negro brasileiro.

Relação de conflito

A PM Baiana deve estabelecer uma relação mais respeitosa e humana em sua atuação nos bairros populares de Salvador e de toda a Bahia, onde a população é de maioria negra, evitando assassinar, muitas vezes, adolescentes e jovens negros.

Historicamente, a PM sempre perseguiu as religiões de matriz africana, prendendo pais e mães-santo (melhor seria orixá), confiscando objetos sagrados dos cultos.

A Igreja Católica contribuiu com o processo de marginalização das re-

ligiões afro-brasileiras. Atualmente setores evangélicos pentecostais têm desencadeado uma verdadeira campanha contra as religiões de matriz africana em programas de TV, rádio e em seus jornais e revistas.

Essas foram algumas denúncias feitas durante a mesa redonda "A Relação do Aparelho de Segurança Pública e as Religiões de Matriz Africana no Passado e no Presente", após a solenidade que implantou oficialmente o NRMAPM. A mesa foi composta pela makota Valdina Pinto, do Terreiro Tanuri Junçara;

de Nação Angola. Makota é o equivalente nos candomblés de Nação Keto a ekede. Fizeram ainda parte da mesa o professor Jaime Sodré, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e doutorando em História da Arte (UFBa.), Ordep Serra, professor da Antropologia da UFBa. e ogã da Casa Branca, e o professor Gilson Magno, da Universidade Católica de Salvador (UCSal.).

Valdina Pinto, ao falar da importância do Nafro, disse que os policiais da nova instituição devem fazer um trabalho educativo junto aos colegas PMs. "É importante que vocês conscientizem seus amigos de farda de que chegou o momento da PM estabelecer uma relação mais honrosa e não agressiva nas rondas realizadas nos bairros populares de Salvador e de toda a Bahia.

Devem ser evitadas as agressões físicas, que, muitas vezes, tem levado à morte adolescentes e jovens", denunciou a makota.

No passado a PM baiana prendia, espancava, humilhava líderes de terreiros de candomblés, confiscava objetos sagrados dos cultos e os levavam para o Museu de Medicina Legal Nina Rodrigues, atualmente Estácio de Lima, e os colocavam junto a armas apreendidas, drogas, fetos com deformações genéticas. A fala é do professor Ordep Serra ao analisar a relação dos aparelhos de repressão policial do Brasil colônia à atual república com as religiões de matriz africana: "A capoeira, o samba e outras manifestações negras também sofreram discriminação e perseguições violentas por parte de órgãos de segurança ligados ao Estado brasileiro," pontuou Serra.

Ressarcimento aos terreiros

O professor Jaime Sodré destacou as várias formas de como o poder público no Brasil e a religião católica contribuíram para a marginalização das religiões afro-brasileiras: No passado, a Igreja Católica demonizou o candomblé, hoje o Estado focaliza essa religião para gerar dividendos financeiros para as empresas de turismo", disse Sodré.

No final de seu pronunciamento, o doutorando em História da Arte sugeriu ao "povo de santo" (melhor seria de orixá) que está na hora de se exigir dos poderes públicos baianos a restituição do dinheiro, com juros e correção monetária, pago aos cofres públicos para se realizar festas publicas. Até 1975, os terreiros de candomblé da Bahia, tinham que pedir licença às delegacias para realizar as festas e pagavam uma taxa por isso.

O professor Gilson Magno criticou a aproximação dos candomblés com a Igreja Católica. Para ele

a alta cúpula do catolicismo não pretende estabelecer uma relação ecumênica com as religiões de matriz africana. "As religiões monoteístas, como o catolicismo, têm uma visão negativa das religiões de matriz africana. A Igreja Católica vê o candomblé como uma expressão de fé ingênua, primitiva e bárbara que deve ser cristianizada. Onde está o respeito pelas religiões dos orixás."

A secretária de Educação do Município de Salvador, Olívia Santana, ressaltou que chegou o momento de o policial negro se identificar com o seu irmão negro: O "policial negro, no exercício da sua profissão, encara o jovem negro como bandido e é preciso mudar essa cultura. É preciso que o policial negro pense duas vezes antes de criminalizar e atirar no seu irmão negro", disse Olívia Santana.

*Jornalista(BA)



ENCONTRO DE CONSOLIDAÇÃO DO NÚCLEO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

PROJETO: EKO ÌMÓ*

"A RELAÇÃO DO APARELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA E AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO PASSADO E NO PRESENTE"

MAKOTA VERDINA

PROF. JAIME SODRÉ

PROF. ORDEP SERRA

PROF. GILSON MAGNO

DATA: 27/08/2005

HORA: 14:00

LOCAL: Auditório do Colégio da Polícia Militar - Bonfim

MAIORES INFORMAÇÕES:

(0xx71) 3116-6318

3117-4401 / 3117-4410

8853-9727 / 8831-6486

OBJETIVO DA NAFRO

O Núcleo das Religiões de Matriz Africana na Bahia tem os seguintes objetivos:

1. Proteger e manter as tradições das religiões de matriz africana.
2. Defender as religiões de matriz africana contra quaisquer tipos de intolerância religiosa.
3. Combater as práticas que objetivam desmerecer, mediante comentários pejorativos, os policiais e servidores civis da PM adeptos de religião de matriz africana em razão da sua crença.
4. Promover a difusão do conhecimento dos fundamentos das religiões de matriz africana no âmbito da Polícia Militar da Bahia (PMB).
5. Propiciar o acompanhamento religioso dos policiais militares e seus familiares.
6. Acompanhar policiais militares dependentes químicos e psíquicos.
7. Garantir o exercício das práticas religiosas dos policiais militares e servidores civis da PM adeptos de religião de matriz africana.
8. Lutar contra quaisquer formas de preconceito dentro e fora da PMB.

CONGRESSO CRISTAO

A criação da Nafro foi uma reação ao I Congresso da Polícia Militar da Bahia, tendo como tema "A Paz", ocorrido em 30 de junho desse ano. O principal articulador da nova entidade, sargento Eurico Alcântara dos Santos, ao tomar conhecimento do evento, através de um folder, constatou que para fazer parte do Congresso foram convocados apenas policiais adeptos do catolicismo, evangélicos e espíritas, mais uma vez o "povo de santo" foi rechaçado. Indignado, o sargento Eurico procurou um sargento, um dos organizadores do Congresso, e questionou o porquê da exclusão dos PMs adeptos do candomblé. O policial argumentou não haver na PM uma representação das religiões de matriz africana, por isso não fez o convite.

O sargento Eurico dos Santos solicitou então uma audiência com o comandante geral da PM na Bahia, coronel Antônio Jorge Santana, informando que iria criar o Núcleo de Religiões de Matriz Africana, tendo recebido apoio imediato do chefe da PM. Com isso, os religiosos PMs das religiões de matriz africanas puderam participar do Congresso. Foi feita uma palestra sobre a relação das religiões de matriz africana com a paz.

Segundo o sargento Eurico dos Santos, a reação da platéia evangélica, católica e espírita presente ao evento foi de respeito. "Até agora, demonstram ter compreendido a proposta do Nafro. Espero que essa relação amistosa continue", disse o sargento Eurico.

No dia 4 de julho, foi formalmente criado o Nafro por um grupo de sete policiais militares e, no dia 11 desse mesmo mês foi realizada a primeira assembleia geral da entidade, quando foi aprovado o estatuto e eleita uma coordenação geral provisória, que ficou responsável pela implantação da organização. O Nafro, ainda não tem sede própria, seus membros se reúnem no Batalhão dos Dendezeiros, onde funciona o Colégio da PMB.



O Ministério Público do Trabalho cumpre sua parte: vai a campo combater a discriminação contra negros e mulheres

Nathalie Beghin*

Recentemente, em abril de 2005, o Ministério Público do Trabalho – MPT lançou, em Brasília, um programa voltado para o combate às desigualdades raciais e de gênero no mundo do trabalho. Tal iniciativa, inédita no país, foi batizada por esse *Parquet* de “Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos”. Seu mentor é o Vice-Procurador do MPT e coordenador da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Desigualdade no Trabalho (Coordigualdade), órgão vinculado à Procuradoria Geral do Trabalho.

As evidências dos números

Foi a conjugação de diversos fatores que contribui para que o MPT desse mais um passo no sentido de derrubar as barreiras que, cotidianamente, negros e mulheres enfrentam no mundo do trabalho.

Destaque-se, entre eles, os dados oficiais. Com efeito, os indicadores e as análises produzidos por instituições, tais como, o IBGE e o IPEA, não deixam qualquer dúvida quanto à discriminação praticada no mercado de trabalho. Com relação, por exemplo, aos trabalhadores negros, os mesmos encontram-se, sistematicamente, em situação de desvantagem em relação aos brancos: maiores chances de estarem desempregados, salários sempre menores e condições de inserção mais precárias. A título de

ilustração¹, segundo dados da Pnad/IBGE para 2003, a taxa de desemprego entre os brancos maiores de 16 anos é de 8,7%; entre os negros esta relação é bem maior: de 10,7%. A situação se agrava entre as mulheres negras que apresentam uma taxa de desemprego duas vezes superior à dos homens brancos: 13,7% e 6,9%, respectivamente. A informalidade também afeta proporcionalmente mais os negros do que os brancos: enquanto 42,0% dos brancos têm carteira assinada ou são funcionários públicos, entre os negros este percentual é de 31,4%. Ou seja, menos de um terço dos trabalhadores negros tem acesso a direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário, adicional de férias, seguro desemprego, FGTS e diversos benefícios previdenciários. Registre-se, novamente, a precariedade da inserção da trabalhadora negra: somente uma em cada quatro possui algum vínculo formal de trabalho. Ao se compararem os rendimentos médios de negros e brancos por hora trabalhada, observa-se que os brancos, em geral, ganham o dobro do que o negro. Os dados também ilustram a dupla desigualdade que afeta a mulher negra, isto é, a de gênero e a de raça: com efeito, as mulheres negras dispõem de rendimentos mensais, em média, equivalentes à metade do que as brancas e, aproximadamente, 60% menores do que os dos homens brancos.

É bem verdade que parte dessas desigualdades se explica pelos diferenciais de educação: em geral, os negros têm menor escolaridade do que os brancos. Mas, isso não é tudo: a discriminação racial é responsável por boa parte dessas desigualdades. Isto é claramente revelado, por exemplo, por mais um estudo realizado pela Diretoria de Estudos Sociais do Ipea² no qual se compararam, para o ano de 2003, os rendimentos de negros e brancos em condições semelhantes de participação no mercado de trabalho (isto é, cotejam-se os rendimentos recebidos com jornada de 40 horas semanais de trabalhadores com idade de 16 a 65 anos, com mesmo nível de educação, mesma forma de inserção no mercado de trabalho, habitando na mesma região e trabalhando no mesmo setor de atividade econômica). Tal estudo mostra que, efetivamente, metade das desigualdades nos rendimentos de negros e brancos é explicada pelas desigualdades educacionais: nestes casos, os negros ganham menos porque possuem menor escolaridade e qualificação. Mas, o que o Ipea também mostra é que a outra metade da diferença dos rendimentos entre negros e brancos (53%) deve-se, exclusivamente, à discriminação racial produzida no mundo do trabalho. Isso, porque, em tese, trata-se de trabalhadores que não apresentam qualquer diferença em termos de idade, escolaridade, locali-

zação ou setor onde trabalham. O que os distingue é a cor da pele. Nestes casos, os negros, apesar de serem semelhantes aos brancos, ganham menos somente porque são negros. As mulheres negras, por seu turno, sofrem da dupla discriminação, de raça e de gênero: cerca de dois terços (63%) da diferença entre seus rendimentos e o dos homens brancos se explicam pelo racismo e pelo sexismo.

Ou seja, os resultados do estudo realizado pelo Ipea confirmam, mais uma vez, o que muitos já sabem há bastante tempo: as distâncias que separam negros de brancos no mundo do trabalho são resultado não somente de desigualdades produzidas no passado, mas, também, de preconceitos e estereótipos ainda presentes e que reforçam comportamentos discriminatórios.

As iniciativas da sociedade civil

Um outro fato relevante para a elaboração do Programa do MPT diz respeito a iniciativas oriundas da sociedade civil, podendo-se destacar a atuação da Federação Nacional dos Advogados (Fenadv) e do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara). Em finais de dezembro de 2003, ambas instituições apresentaram ao MPT, em todas as regiões do país, representações, isto é, denúncias, sobre desigualdades raciais no mercado de trabalho, re-

querendo a instauração de inquéritos civis públicos.

A atuação do Ministério Público do Trabalho

Diante das evidências dos números e das demandas da sociedade, o Ministério Público do Trabalho resolveu intervir. Como guardião da Constituição Federal de 1988, que tem como fundamento da República a promoção do bem estar dos brasileiros, sem preconceitos de origem, raça ou cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, o MPT tem o dever de promover a igualdade de oportunidades de todos visando resguardar o pleno exercício da cidadania. Neste sentido, por meio da Coordigualdade, o MPT elaborou, em parceria com o Ipea, uma primeira proposta do Programa visando à ampliação da participação de negros e de mulheres nos diferentes espaços do mercado de trabalho, de onde vêm historicamente sendo excluídos. Tal proposta foi amplamente discutida com diversas instituições, internacionais, governamentais e não governamentais, podendo-se mencionar, a OIT, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Observatório Social, o Ceert, o Dieese, a Educafro, o IBGE, a Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas – Anamatra e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT.

A partir das sugestões apresentadas pelas diversas instituições consultadas, preparou-se o desenho final do Programa de Promoção de

Igualdade de Oportunidade para Todos que tem como objetivo atuar, extrajudicial ou judicialmente, no combate às discriminações racial e de gênero, buscando a inserção isonômica desses grupos de trabalhadores no mercado de trabalho. O Programa é implementado em diversas etapas sendo que, na primeira, o MPT convoca as principais empresas de um determinado setor de atividade econômica para que prestem informações sobre seus trabalhadores, tais como sexo, raça/cor, escolaridade, tempo de serviço, cargos de chefia, remuneração, dentre outras consideradas relevantes.

De posse dessas informações fornecidas pelas empresas é construído um "perfil das desigualdades" em cada organização que abrange, especialmente, três âmbitos: (i) a contratação, que é dimensionada pela participação de negros e de mulheres no total de empregados da empresa; (ii) a ascensão, que é analisada por meio da presença de negros e de mulheres nos cargos de direção da empresa; e, (iii) os diferenciais de remuneração entre homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras.

Na etapa seguinte, o MPT convoca cada empresa para prestar depoimento. Neste momento, inquire-se, a partir dos próprios dados encaminhados pelas empresas, sobre as desigualdades de gênero e de raça ali encontradas e o que a organização vem fazendo para combatê-las.

A etapa final do processo consiste em propor às empresas um Termo de Ajustamento de Conduta – Tac no qual as mesmas se comprometem, voluntariamente, a cum-

prir, num determinado período, metas para cada um dos três âmbitos acima mencionados. Com a implantação de metas busca-se promover uma maior admissão de negros e de mulheres, quando for o caso, entre os empregados das empresas; aproximar as médias salariais de negros e brancos e de homens e mulheres; e, aumentar a presença de negros e de mulheres nos postos de comando das corporações. No caso de não haver acordo, as empresas são acionadas judicialmente. Faz-se mister ressaltar que o MPT vem envidando esforços para valorizar muito mais o processo de contestação das desigualdades de gênero e de raça observadas do que o caminho judicial. Ou seja, o objetivo principal não é o de impetrar ações contra as empresas, mas, sim, o de contribuir para que as mesmas se comprometam a atuar no combate às desigualdades que contribuem para produzir e reproduzir.

O Ministério Público do Trabalho iniciou um projeto piloto junto aos bancos privados do Distrito Federal e, recentemente, estendeu a iniciativa para o setor bancário dos demais estados da Federação, por meio das Procuradorias Regionais do Trabalho. Gradativamente, o Programa deverá atingir todos os setores da economia. Os bancos se negaram a firmar os Tacs alegando que não têm qualquer responsabilidade com a discriminação racial ocorrida no passado, que não praticam qualquer tipo de discriminação e que já vêm implementando medidas que contribuem para encurtar as distâncias que separam negros de brancos e homens de mulheres. Segundo seus representan-

tes, essas medidas requerem tempo para começarem a apresentar resultados. Diante de tal atitude, conforme previsto no Programa, a partir de setembro de 2005, o Ministério Público do Trabalho irá ajuizar ações civis públicas contra os bancos do Distrito Federal.

O comportamento dos bancos não é de se estranhar: é essencialmente por isso que é tão difícil combater o racismo e o sexismo no Brasil, pois ele é sistematicamente negado, ou, na melhor das hipóteses, reconhece-se sua presença, mas, responsabiliza-se a história ou a outrem pela sua existência. Nesse sentido, a iniciativa do MPT é fundamental, pois obriga a sociedade a acertar as contas com sua hipocrisia. Trata-se de uma importante contribuição em direção à efetiva democracia racial e de gênero no país. Ao mesmo tempo em que se alia aos que denunciam o mito da igualdade de oportunidades, põe em marcha medidas inovadoras que deverão, junto com a intervenção do Poder Judiciário, encurtar as inaceitáveis distâncias que ainda separam negros de brancos e homens de mulheres.

**Pesquisadora da Diretoria de Estudos Sociais – Disoc do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.*

¹ *A esse respeito, consultar o capítulo sobre Igualdade Racial do periódico "Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise", Nº 11. Ipea, Brasília, no prelo.*

² *A esse respeito, consultar estudo realizado por Leonardo Rangel a partir de metodologia anteriormente aplicada por Sergei Soares. Leonardo Rangel: "Nota sobre rendimentos e desigualdade racial, em 2003". Brasília, Disoc/Ipea, julho de 2005.*



Receba o Ìrohìn em casa!

**Peça sua assinatura gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra.
Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF
Ou para irohin@terra.com.br**



Primeiro pré-vestibular para negros do Brasil comemora 13 anos de resistência

Jamile Menezes Santos*

"Estamos saindo da adolescência e entrando na maturidade". A avaliação é de Silvio Humberto Cunha, Diretor Executivo do Instituto Steve Biko, que nasceu há 13 anos com o objetivo de ser apenas um cursinho pré-vestibular para estudantes negros. Hoje, com mais de 600 alunos já ingressos na Universidade, é tido como um centro cultural de referência para a comunidade negra de baixa renda de Salvador. O Instituto celebrou, em julho, seu 13º aniversário com o V Festival de Cultura, Arte e Ciência, evento anual de iniciativa dos próprios alunos que objetiva reunir pais, ex-alunos, professores e a sociedade em geral para discutir o meio artístico, cultural e científico em que vivem os jovens negros da cidade. O Festival marcou o lançamento da Campanha "Para onde iremos?", que tem o intuito de refletir sobre o futuro da entidade.

Em 31 de julho de 1992, um grupo de amigos negros universitários teve a idéia de criar um curso pré-vestibular que pudesse atender à população negra. Com a ajuda financeira de outros profissionais negros e da própria comunidade, foram desenvolvidos projetos que possibilitassem a inserção dos estudantes com o pagamento de uma taxa simbólica (R\$39,00), voltada para o custeio da estrutura, do material didático e dos professores. Estes são todos negros e em sua parte ex-alunos, "que trabalham mais pela militância do que pelo retorno financeiro em si", diz Jucy Silva, Diretora Pedagógica do Instituto. Apesar de estar inclusa atualmente no Projeto Diversidade na Universidade do Governo Federal, a Biko, como é chamada, se mantém basicamente por meio de doações da comunidade, sócio-contribuintes, simpatizantes da causa, ex-alunos e empresas pri-

vadas, "o que tem dificultado muitas das atividades", completa Jucy.

PIONEIRISMO - O Instituto Steve Biko é uma iniciativa autônoma, sem vínculo partidário, e foi o primeiro pré-vestibular do país voltado só para negros. Apostando na educação e na conscientização como os meios mais eficientes para se atingir a reparação racial afirmativa, a entidade tem sido referência nacional na área. Ao longo desses anos, tem viabilizado o ingresso da juventude negra na Universidade, aliado à reconstrução de seu orgulho e de sua identidade étnica. "Dando continuidade ao que os movimentos pós-abolicionistas têm feito, o Movimento Biko veio pra durar. Estamos ampliando os sonhos das famílias negras e incluindo a Universidade nestes sonhos", diz Cunha. Além do pré-vestibular, o Instituto conta com outros projetos de preparação de seus alunos para o acesso às Universidades Públicas, a exemplo dos programas de fomento à Ciência e à Tecnologia (OGUNTEC), de Formação Profissional (Projeto Bikoagiliza) e de desenvolvimento da Cidadania e Consciência Negra (CCN), este, sem dúvida, um projeto que diferencia a Biko de qualquer outra instituição.

"A arma mais potente do opressor, é a mente do oprimido". A frase de Steve Biko estampa as camisas dos 375 alunos que freqüentam regularmente os cursos do Instituto, e lhes dão a certeza de que, para eles, não basta estudar para o vestibular. "A Steve Biko transforma a luta armada em uma luta intelectualizada. Quem não estiver com a informação, não tem arma alguma em mãos.", diz o professor de Redação, Ivo Ferreira, há 10 anos na Biko. É também através da disciplina de formação política CCN que os alunos têm

a oportunidade de expor suas vivências e trabalhar sua auto-estima de forma a se reconhecerem enquanto cidadãos comprometidos com sua comunidade e com sua ancestralidade negra. "Tenho uma fase antes e depois da Biko, pois ela me fez ver que sou negra, bela e sou capaz. Eu posso chegar lá", se orgulha a aluna Maria Rosa Oliveira, que tentará o curso de Produção Cultural na Universidade Federal da Bahia (UFBA) este ano.

De acordo com a Diretora de Ação Social Carmem Flores, além de trabalhar as dificuldades do caminho até a Universidade como qualquer outro cursinho, na Biko é preciso instrumentalizar os alunos, que chegam com problemas financeiros e estruturais, prejudiciais ao bom desenvolvimento. "No pré-vestibular nós temos que desconstruir o sentimento de inferioridade e incompetência que os alunos trazem, consequência direta do racismo", diz. Também faz parte da ação do Instituto a contratação dos próprios alunos em seus quadros, tanto profissionais já graduados quanto em formação, como assistentes. "Nosso trabalho é direcionado para que o aluno eleve sua auto-estima, volte e multiplique o que ele aprendeu na instituição dentro de sua comunidade. A gente não quer só que eles entrem na Universidade, mas que transformem a produção de conhecimento e levem para lá a discussão racial e a luta de seu povo", assegura Carmem.

"Para onde ir?" - Com a obtenção do Prêmio Nacional de Direitos Humanos dado pelo Ministério da Justiça em 1999 - também a primeira entidade do Movimento Negro a ganhar este prêmio -, além de premiações entre a própria comunidade, o Instituto demonstra o res-

peito e o reconhecimento adquirido em sua história. Hoje, a Biko influencia em nível nacional a criação de novos Quilombos Educacionais, capacitando professores e disseminando a idéia da educação com consciência étnica. A Campanha "Para onde iremos?" será iniciada ainda este ano com a realização de projetos como a confecção do manual "Como vencemos o vestibular?", voltado para a negritude, com depoimentos vitoriosos de negros brasileiros de sucesso e dicas de como fazer um bom vestibular.

Além do manual, a entidade pretende angariar apoio junto à comunidade e à sociedade para a aquisição de uma sede própria, o que será o primeiro projeto de Indira Lucia Nascimento, ex-aluna da instituição formada em Administração com Marketing. Realização também para os três jovens que farão toda a graduação nos Estados Unidos, em uma das mais conceituadas Universidades para negros do mundo. "Essa iniciativa faz parte dos planos da Biko de ampliar suas conexões com os outros espaços da diáspora africana", diz o Diretor Silvio Humberto. Leonardo Sérgio Sales Vieira, Daniel Santana e Rogério Caldas foram os frutos da parceria entre a Steve Biko e a Morehouse College (Universidade que formou o líder negro norte-americano Martin Luther King Jr.), onde se formarão nos próximos anos em Psicologia, Engenharia Elétrica e Ciências Políticas, respectivamente.

O V Festival de Arte, Cultura e Ciência do Instituto Steve Biko mostrou a Salvador a beleza, atitude e acima de tudo a garra destes jovens "bikudos" e "bikudas" que fazem uma juventude negra firme no presente, confiante no futuro e sem vergonha do seu passado.

DEPOIMENTOS:



Wilkens Santos – História/Universidade Estadual da Bahia

"A Biko abre mentes negras. Hoje curso História e estou fazendo uma nova história na minha vida."



Robenilson Barreto – Psicologia/Unifacs

"Se não fosse a Steve Biko, eu não estaria na Universidade. Tenho agora uma nova visão de um mundo negro e minha psicologia será voltada para isso. Estou liberto."

Cosma Sueli – História/Universidade Católica do Salvador

"Não aprendi somente Matemática, Física e Química. Me descobri como negra para mim e para a minha comunidade."



Prof. Hugo Silva Santos – Matemática(ex-aluno)

"A Biko me deu ferramentas e mostrou que sou capaz. Hoje sou referência para meus alunos."



George Oliveira – Economia/Universidade Federal da Bahia

"Não sou apenas mais um negro na Universidade. Na Biko elevei minha auto-estima e me diferenciei dos outros."

Eduardo Silva Neto – Análise de Sistemas/Universidade Estadual da Bahia

"Sou um aluno e cidadão diferente, quero tentar construir uma nova ciência exata que abranja o meu povo negro."



Prof. Renato dos Santos – Geografia Humana(ex-aluno)

"Sou este professor hoje por causa da Biko. Aqui, encontrei meu semelhante dando aula, o que me estimulou a ser como ele."

Dra. Florentina Silva – Profª Literatura Brasileira/Universidade Federal da Bahia

"Steve Biko é um marco para a compreensão da educação universitária como um direito nosso que devemos exercer. A partir de agora devemos ir para além da Universidade, para os espaços que geram renda e prestígio e incluir nossa comunidade."

Kenya Melo – Engenharia Química/Universidade Federal da Bahia

"Eu sempre achei muito difícil de passar, enquanto mulher e negra. A Biko me deu armas para enfrentar e chegar à Universidade."



Luciane Reis – Publicidade e Propaganda/UCSAL

"A Steve Biko acreditou em mim antes mesmo que eu tivesse de mim a imagem que tenho hoje. Lá me conheci e aprendi a ser uma negra segura e resolvida."



Ivana Conceição – Medicina/Escola Latino-Americana de Medicina em Cuba

"Na Biko reforcei minha consciência. Agora estou levando a discussão racial para minha faculdade e quando voltar, vou retribuir a minha comunidade."



Prof. Henrique Martins – Geografia Física(ex-aluno)

"A Biko mostrou os caminhos e me deu referência para ser como meus professores. Eles diziam que se eles conseguiram, nós também podíamos. Hoje, passo o mesmo para meus alunos."



Antônio Carlos "Vovô" – Presidente do Bloco Ilê Aiyê

"A Steve Biko é uma alternativa competente para diminuir a desigualdade, tanto que a idéia conquistou o povo negro de Salvador e do Brasil."



Lazzo Matumbi – Cantor

"A Biko torna a Universidade mais digna. Cuidando de nossos irmãos, nós discutimos não só o nosso problema mas o de toda a humanidade."



Luiza Bairros – Socióloga e Assessora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD)

"A Steve Biko é a possibilidade de extensão da juventude negra, criando-se novos atores sociais que redefinam a forma de como nos reconhecemos enquanto negros nessa sociedade racista".

**Jamile Menezes Santos é estudante de Jornalismo da Faculdade de Salvador*

Programa de Preparação para a Universidade

- Projeto OGUNTEC: Programa de reforço nas áreas científica e tecnológica;
- Núcleo de Estudantes André Rebouças (NECTAR): Grupo de ex-alunos universitários que prestam auxílio na área das Ciências;
- Estação Digital do Pelourinho: Projeto político-pedagógico de alfabetização digital;
- Projeto POMPA: Portas e Mentes Abertas: Promove a entrada de jovens negros universitários em carreiras no setor público e no terceiro setor;
- Programa de Intercâmbio Estudantil: Programa que leva os estudantes universitários, oriundos do instituto a um intercambio com estudantes de outros países da diáspora africana;
- Cidadania e Consciência Negra: Programa de resgate da auto-estima e da ancestralidade dos alunos;
- Projeto Bikoagiliza: Programa de Formação Profissional de jovens negros;

DADOS DO INSTITUTO

INSTITUTO CULTURAL BENEFICENTE STEVE BIKO

Endereço: Rua do Paço, no 04, Largo do Carmo / Pelourinho.

CEP: 40.025-280, Salvador - Bahia - Brasil

Telefone: (71) - 3241 8708 FAX: (71) - 3241 8708



Igualdade racial e participação democrática

Rebeca Oliveira Duarte*

A Prefeitura da Cidade do Recife, através do prefeito João Paulo, do PT, instituiu recentemente a Diretoria de Promoção da Igualdade Racial. Apesar de ser instância do poder executivo, está ligada diretamente aos processos participativos em que constam como protagonistas os segmentos do movimento negro mediante o controle social, o que nos exige uma necessária avaliação sobre o que representa a criação da Diretoria para o movimento negro e para o próprio conceito de participação democrática.

A diretoria, antes de tudo, deve ser observada como conquista do movimento negro porque se trata de exigência antiga; porque em março desse ano, impulsionadas/os pelo processo Marcha Zumbi+10, entidades e militantes negras/os entregaram em audiência um documento ao prefeito, no qual exigimos dentre outros direitos a implantação de uma secretaria específica; porque, ainda, entramos em um necessário e saudável embate político com o governo municipal na Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, em que, não conseguindo firmar o propósito da secretaria, negociamos a criação de uma instância do executivo para tratar da questão racial.

Conquistada essa demanda, a administração municipal demonstrou compromisso com o movimento negro ao nomear como diretor uma pessoa vinda dos movimentos sociais. O diretor, Lindivaldo Júnior, que

também se apresenta como Júnior de Ogum, trabalhou como educador social e animador cultural, atuou em movimento popular, no MNU e atualmente integra a Rede Religiões Afro-brasileiras e Saúde; já desenvolvia ações na Prefeitura como coordenador do Núcleo da Cultura Afro Brasileira, na primeira gestão do Prefeito João Paulo.

Júnior de Ogum traz como proposta para a Diretoria "fortalecer a participação popular e o controle social (...) como forma de perseguir a perspectiva da construção de um governo radicalmente democrático", construindo como metas a articulação junto à sociedade civil organizada para a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e a realização, em parceria com a Diretoria de Orçamento Participativo, de capacitação das/os delegadas/os da temática de Negras e Negros; projeta realizar programas de divulgação das ações de promoção da igualdade racial no município, partindo do próprio sistema administrativo com a coordenação e fortalecimento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (ver quadro); propõe-se a desenvolver capacitações, cursos e oficinas voltados para a intervenção qualificada das lideranças negras do município e cursos e capacitações nas áreas de desenvolvimento econômico e geração de renda para mulheres negras em parceria com a Coordenadoria da Mulher; e, com o lançamento públi-

co do documento resultante da 1ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial do Recife, espera ainda socializar em todas as Regiões Político-Administrativas (RPA's) as exigências da população negra para a igualdade racial na cidade do Recife, dentre outras ações.

Sem dúvida, para uma sociedade crescida sob o mito da "democracia racial" - mito de berço pernambucano, diga-se de passagem -, trata-se de uma grande conquista. Criado o espaço, devemos verificar nossa real possibilidade em interrelacionar a representação com a participação, prevendo na Diretoria uma possibilidade de comunicação entre os diversos modos de presença do movimento negro, da sociedade civil organizada e as representações políticas que sejam legitimadas pela própria participação, não nos restringindo apenas aos processos eleitorais.

As conquistas, porém, todas elas, só serão duradouras se não forem estanques, dependendo indeterminadamente da nossa análise política e da permanência de nossas lutas para que não se transformem em meras concessões dos poderes políticos - ainda hegemonicamente brancos e masculinos.

A análise do significado da conquista das diretorias, coordenadorias e secretarias em vários lugares do país necessita ainda ser integrada a uma análise conjuntural. O declarado Ano de Promoção da Igualdade Racial está

se aproximando do momento crucial de balanço e avaliação, principalmente por conta dos campos políticos que se formaram a respeito do atual governo federal dentro do movimento negro. Somos insistentemente levados/os a considerar que a ampliação de vagas e cargos para quadros negros - homens e mulheres vindas/os do movimento social negro, principalmente - seria um avanço que por si só significaria a implementação da participação racial democrática. No entanto, não existe avanço em qualquer ação que se considere suficiente por si só; alheia à compreensão maior do que significa uma democracia radical e uma verdadeira transformação social, com vistas à justiça social e a políticas de Estado contra as desigualdades raciais e de gênero, estaremos condenadas/os a ter "avanços" limitados aos mandatos de partidos e gestões políticas específicas. Portanto, condenadas/os permanentemente a conviver com o retrocesso latente.

Ainda mais, diante da profunda crise das instituições políticas temos de enfrentar um desafio imenso: manter a autonomia de movimento social e a capacidade crítica de pensar o Brasil integradamente, posicionando-nos diante da conjuntura, como sujeitos de um projeto político nacional pela igualdade e pela justiça social.

*Advogada do Observatório Negro e mestrandia em Ciência Política da UFPE.

RACISMO INSTITUCIONAL - O Programa de Combate ao Racismo Institucional - PCRI - é desenvolvido pelo PNUD em articulação com setores governamentais, órgãos públicos e a sociedade civil organizada visando a desenvolver o enfrentamento das desigualdades raciais. São dois componentes inter-relacionados: um apóia as ações de promoção da igualdade racial em âmbito municipal, como nos estados da Bahia e em Pernambuco, e o outro desenvolve um estudo de caso especial sobre como o racismo institucional pode ser abordado em relação aos indicadores de saúde.

Em Pernambuco, o PCRI é desenvolvido junto ao Ministério Público Estadual de Pernambuco e da Prefeitura da Cidade do Recife, que atuam como agências implementadoras do componente municipal do PCRI, ainda sendo constituído um Comitê Consultivo com a participação de diversos setores sociais, dentre agentes públicos e representantes da sociedade civil e do movimento negro.

Na Prefeitura da Cidade do Recife, o projeto piloto busca analisar toda a normativa regulamentadora da administração pública, investigando a existência de dispositivos discriminatórios e propondo não só a revogação como a elaboração de dispositivos anti-discriminatórios para serem trabalhados junto aos servidores públicos de âmbito municipal. No Ministério Público, as ações visam a diagnosticar as demandas por políticas em saúde e educação nas comunidades quilombolas, consistindo na fundamentação de termos de ajustamento de condutas por parte dos poderes locais.

O objetivo geral do Programa é "fortalecer a capacidade do setor público na prevenção do racismo institucional e a participação das organizações da sociedade civil no debate da agenda de políticas públicas, visando a promover a igualdade racial".



Katrina: desastre negro, gafe do império

Marcio André dos Santos*

Ainda que nos dias atuais o avanço tecnológico seja capaz de prever desastres e acidentes naturais com meses de antecedência, poucos imaginariam que o furacão Katrina pudesse trazer tanta destruição e desgraça ao sul dos Estados Unidos. A maior potência econômica e bélica do mundo está posta sob os olhos aturcidos de todos, especialmente de seus próprios compatriotas. O número de mortos aumenta a cada dia e, como em um filme de terror, corpos bóiam em meio às ruas alagadas e sujas. O cenário é de guerra. A população tenta abrigar-se em locais seguros, aguardando a chegada de alimentos, remédios, água. Como se não bastasse o desastre em si, estupros e roubos disseminam-se em meio ao caos.

O sul dos Estados Unidos é, historicamente, uma região que sempre acumulou desvantagens em relação ao norte industrializado e rico. As famosas *plantations* do século 19 se desenvolveram mais intensamente na região sul, com a utilização maciça de mão-de-obra escrava. A região também foi palco de inúmeros conflitos raciais. Foi ali também o terreno propício para o aparecimento de uma das mais virulentas organizações racistas que se tem notícia: a Ku Klux Klan, também conhecida como "Império Invisível do Sul". Segregação racial somado com enforcamentos de negros, assassinatos, linchamentos e uma incontável quantidade de atrocidades tiveram no sul dos EUA suas manifestações mais grotescas. Devido a esta atmosfera de conflitos raciais abertos, importantes líderes negros projetaram-se mundo afora

a partir dali, tendo a frente o reverendo Martin Luther King. Da mesma forma, manifestações históricas, como a campanha pelos direitos civis, foram impulsionadas a partir daquele contexto.

Os estados do Mississippi, Alabama, Geórgia e Flórida concentram expressiva população negra, cuja imensa maioria amarga péssimos indicadores sociais em comparação ao padrão norte-americano branco. O Katrina atingiu exatamente esta região, especialmente a cidade de Nova Orleans, conhecida pela tradição cultural de matrizes africanas e um dos berços do melhor jazz e blues feitos nos Estados Unidos.

Indícios de Omissão ou Tratamento Racista?

Não há mais dúvidas de que o governo de George W. Bush subestimou o poder destrutivo do Katrina. Já havia informações mais do que suficientes para que a cidade fosse devidamente evacuada ou pelo menos equipes de emergência estivessem a postos a fim de prestar os primeiros atendimentos às vítimas. Por outro lado, a geografia de Nova Orleans, fundada em terreno pouco seguro e com alta frequência de tempestades e furacões contribuiu ainda mais para o desastre. Sem contar o planejamento inadequado dos projetos no Rio Mississippi, instalando indústrias petrolíferas e diques com a finalidade de evitar inundações, provocando o impedimento de depósitos de sedimentos e fazendo com a região ficasse abaixo do nível do mar.

As imagens do desastre veiculadas pela imprensa internacional mostram milhares de pessoas ab-

solutamente desorientadas, em busca de refúgio seguro. Destas, a imensa maioria é composta de negros e imigrantes pobres, refletindo a composição racial das cidades atingidas. Parte da população branca com poder aquisitivo elevado conseguiu se livrar do Katrina, de carro, dias antes do furacão se abater com toda força na região. Enquanto isso, o restante da população ficou entregue à própria sorte.

A demora no atendimento às vítimas do Katrina não tem o menor sentido. Uma das teses mais fortemente sustentadas é aquela que aponta para o caráter racista no tratamento dado à população pela administração Bush. Afinal, para que se preocupar com uma região economicamente pouco relevante e, além do mais, de expressiva população negra? Para que se preocupar com uma região que nas últimas eleições presidenciais optou em não votar na reeleição de Bush, dando preferência para o democrata Al Gore?

A ineficiência e a apatia expressas na assistência às vítimas também pode ser explicado devido à alta concentração de recursos materiais e de pessoal nos esforços da Guerra do Iraque. Caminhões, suprimentos, pessoal qualificado e toda sorte de infra-estrutura necessária para minimizar o sofrimento de milhares de pessoas foram direcionados para a guerra do Iraque e outros conflitos encampados pelo Império a fim de manter a soberania mundial. A Guarda Nacional, força criada exatamente com o propósito de intervir internamente, estava bem mais concentrada em prestar auxílio às ocupa-

ções militares americanas no Oriente Médio e na Ásia do que salvar vidas no sul. Seguindo uma lógica de tratamento padrão de governos conservadores, Bush deu ordens para que a Guarda Nacional atirasse para matar em quem insistisse em saquear supermercados e pequenos comércios. Possivelmente, o propósito era aproveitar o ensejo e se livrar de alguns pé rapados negros condenados à miséria da sociedade afluyente americana. Nestes casos, o racismo não se manifesta somente como uma ideologia, é sim enquanto uma prática interventiva, operacional.

A passagem do Katrina expõe de forma nítida a radiografia da sociedade norte-americana atual. Por detrás da fachada de superpotência esconde-se uma realidade ainda marcada pelas desigualdades raciais entre brancos e negros. A maior ironia deste episódio é que a tradição americana de "intervenção" com o propósito de ajudar países mais pobres em situações de emergência humanitária, revela que o Império precisa antes cuidar de suas próprias demandas internas.

Naturalmente que ninguém em sã consciência desejaria que uma catástrofe se abatesse em país algum, mesmo que este seja os EUA. O Katrina traz à tona fragilidades de tal proporção que o mais pertinaz dos críticos duvidaria: afinal, o que explica o desdém do *stablishment* branco pelas populações negras do sul?

*Marcio André dos Santos é mestrando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Diáspora

Paris, Nova Orleans, Maranhão: **devastação e morte**

Renata da Silva Nóbrega*

Três incêndios em Paris, entre abril e agosto deste ano, mataram 48 pessoas, a maioria delas era de imigrantes africanos. Muitos deles estavam em situação migratória regularizada no país, aguardando a transferência para apartamentos subsidiados pelo governo. Dois dos incêndios aconteceram em menos de uma semana. Apesar das coincidências entre os incêndios – ocorreram durante a noite, na mesma região e os prédios atingidos eram habitados por imigrantes africanos – a hipótese de atentado terrorista nem foi considerada, como seria previsível num caso de eventos dessa natureza envolvendo pessoas brancas. Como lembrou Koldo, em artigo divulgado no site www.rebellion.org¹, dessa vez, os terroristas mais prováveis não seriam negros, árabes ou latinos, mas brancos motivados pelo racismo e pela xenofobia. Mas não precisamos da hipótese de atentado xenófobo para colocar em xeque a vulnerabilidade dos migrantes africanos na França. Há indícios de que os incêndios foram acidentais. A questão é: até que ponto podemos considerar acidentes incêndios em prédios velhos, com instalações elétricas improvisadas, sem água, com botijões de gás mal posicionados, superlotados, sem extintores de incêndio? A administração de Paris admitiu que sabia das condições deterioradas dos edifícios ocupados por migrantes africanos. Também

admitiu que não consegue suprir a demanda por habitação na região metropolitana de Paris. Até agora, a única medida tomada foi a expulsão de migrantes que ocupavam irregularmente alguns prédios da capital francesa, sem garantir outro local para eles.

O furacão Katrina, que atingiu o sul dos Estados Unidos, expôs um lado pouco conhecido deste país. Os sobreviventes – maioria negra – se amontoavam nos ginásios esportivos, sem comida ou água potável. Nas cidades alagadas, moradores que não conseguiram ou não quiseram sair de suas casas, saqueavam supermercados em busca de comida. A polícia tinha ordem de atirar para matar em quem desafiasse suas ordens. [Aliás, a mesma ordem de atirar para matar que a polícia de Londres tinha quando assassinou o brasileiro Jean Charles, confundido com um terrorista islâmico. Theotonio dos Santos² lembra que nenhum anglo-saxão seria assassinado daquela maneira, apesar da existência do IRA provar que existem terroristas brancos.]

Os jornais não cansaram de comparar a destruição das cidades atingidas pelo Katrina com a situação caótica das cidades do Terceiro Mundo. Mas não há contradição entre a opulência dos EUA e a marginalização sistemática da po-

pulação negra. Nos EUA, há 37 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, sendo que uma em cada quatro é negra e apenas 8,6% são brancas. Em Nova Orleans, uma das cidades mais devastadas, pelo menos um terço dos moradores não tinha carro, elemento necessário para a evacuação da cidade. Os índices de pobreza estão entre os mais altos dos EUA e a população que se enquadrava nos critérios do governo para receber benefícios sociais ainda não tinham sido contempladas. Earl Hutchinson³ diz que Nova Orleans não precisava esperar pelo furacão para um desastre acontecer: a tragédia já estava presente numa cidade dividida entre brancos de classe média e negros pobres. O Katrina só acrescentou mais elementos a essa situação.

No Maranhão, quatorze pessoas, na maioria, adolescentes e crianças negras, morreram num acidente de barco, no começo de setembro. O mar estava agitado e uma onda grande virou a embarcação, segundo sobreviventes. O barco de pesca, autorizado a levar apenas dois tripulantes, tinha mais de trinta pessoas e era utilizado para fazer transporte irregular de pessoas. Há suspeitas de que o "mestre" do barco estivesse embriagado. O acidente aconteceu durante a madrugada

e o socorro só chegou pela manhã. A Capitania dos Portos do Maranhão, responsável pela fiscalização das embarcações, só foi informada do acidente por meio da imprensa e demorou a chegar ao local do acidente.

Apesar da intervenção de acidentados naturais ou do acaso, esses três episódios são tragédias anunciadas que revelam a extensão do racismo e a vulnerabilidade a que estão submetidas as populações negras. Os negros e negras ao redor do mundo, frutos da diáspora, estão longe de figurar entre as prioridades dos governos, mesmo em situações de emergência.

*Bacharel em Relações internacionais / UnB

¹ KOLDO. "Arde Paris". 31 de agosto de 2005.

<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=19512>

² SANTOS, Theotonio dos Santos. "La muerte de Jean Charles Y la guerra contra el terrorismo".

<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=18899>

³ HUTCHINSON, Earl Ofari. "Playing the Katrina race card".

<http://www.blacknews.com/pr/racecard101.html>



16/Nov./2005

MARCHA ZUMBI + 10

BRASÍLIA, 16 DE NOVEMBRO DE 2005 - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
CONCENTRAÇÃO A PARTIR DE 9 HORAS NA CATEDRAL METROPOLITANA
CONTRA O RACISMO, PELO DIREITO À VIDA



Relator especial para formas contemporâneas de racismo visita o Brasil

Edna Roland*

Realizou-se no período de 17 a 26 de outubro a visita ao Brasil de Doudou Diène, Relator Especial das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Racismo. A confirmação de encontro com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva levou à ampliação da visita por mais um dia.

O Relator Especial escolheu vir ao Brasil neste momento de recrudescimento do racismo no contexto mundial porque quis conhecer as especificidades do racismo brasileiro, considerando que a grande diversidade étnica e cultural aqui existente foi estruturada pela história do racismo, da mesma forma que em todos os países das Américas.

A sua visita foi pensada com base em três perguntas que fez a todas as pessoas que integraram a sua agenda: a) há racismo no Brasil?; b) quais são as formas de manifestação e expressão do racismo no Brasil?; 3) quais são as respostas e soluções a serem dadas?

Doudou Diène visitou Brasília, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo e encontrou-se com diversas autoridades e um grande número de representantes de organizações da sociedade civil, comunidades e religiões, incluindo Afrodescendentes, Povos Indígenas, Bolivianos, Paraguaio, Japoneses, Ciganos, religiões afro-brasileiras, católicos, protestantes, budistas, judeus, muçulmanos e representantes da mídia.

Em Brasília, além do Presidente da República, encontrou-se com o Ministro da Justiça, as Ministras titulares da SEPPIR e Políticas para Mulheres, Presidentes do STF e do Senado, Secretário de

Direitos Humanos, Sub-Procurador para Discriminação no Mercado de Trabalho, Presidentes da Fundação Cultural Palmares e da FUNAI, Representante e outros funcionários do PNUD, Relator Nacional para o Direito Humano à Alimentação, Terra e Água. Da sociedade civil, compareceram o CIMI, o Instituto de Migrações e Direitos Humanos e o EnegreSer, bem como o líder de uma comunidade quilombola cuja vida está sendo ameaçada por grileiros de terra.

Em Salvador, Doudou encontrou-se com o governador, o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, o Prefeito, o Secretário Municipal de Reparação, representantes da Campanha Reaja ou Será Morto (contra o assassinato de jovens negros), dos Terreiros Casa Branca, Cobre, Ilê Axé Apofonjá, Oxumaré, Bate Folha, quilombos, das organizações negras Ilê Aiyê, Olodum, Niger Okan, UNEGRO, Fórum Estadual de Mulheres Negras, Steve Biko e Aganju bem como organizações ligadas à questão agrária e a Reitora da UEBA.

Em Recife, o Relator esteve com o Governador, o Secretário de Direitos Humanos, Coordenador Regional da Polícia Federal, o Promotor Estadual e a coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Racismo do Ministério Público, representante do Centro de Estudos Ciganos, organizações negras, representantes de Povos indígenas e de migrantes africanos. Visitou a aldeia Xukuru em Pesqueira.

No Rio de Janeiro, encontrou-se com o Secretário Estadual de Direitos Humanos, com Abdias do Nas-

cimento, o Diretor da Divisão de Projetos Sociais da Rede Globo, intelectuais e organizações negras CEAP, Criola, CEMUFP, Eleeko, Observatório Afrobrasileiro, IPDH, IARA, GRUMIN, jornalistas da COJIRA, e esteve na favela da Maré.

Em São Paulo, encontrou-se com o Secretário Estadual de Justiça e Direitos Humanos, o Coordenador da Comissão Municipal de Direitos Humanos, a Presidente da Conselho da Comunidade Negra, representantes da Associação Brasileira de Cultura Japonesa, a Pastoral do Migrante, representantes Bolivianos e Paraguaio, o Grupo de Diálogo Interreligioso liderado pelo INTECAB, representante do Grupo de Experts encarregado do acompanhamento de Durban, intelectuais e diversas organizações negras CEERT, Educafro, Fala Preta!, Geledés, Instituto do Negro Padre Batista, MNU, Soweto.

Em entrevista coletiva concedida à imprensa em São Paulo no dia 25/10, o Relator Especial informou que para a primeira pergunta recebeu dois tipos de respostas: enquanto dentre os dirigentes, sobretudo nas regiões, mas também no governo federal, alguns relativizam a importância do racismo, todas as comunidades expressaram com grande emoção a profundidade do racismo no Brasil.

A partir das suas reflexões preliminares, o Relator Especial concluiu que a discriminação racial se constitui no pilar ideológico de construção do hemisfério ocidental: uma construção ideológica muito profunda que não se expressa apenas através de manifestações materiais e

concretas, tais como nos indicadores sociais, econômicos, educacionais. Ele considera que uma das mais importantes manifestações é a invisibilidade das comunidades afetadas pelo racismo: o mundo das ruas, um mundo caloroso e diverso não se expressa nos espaços de poder. Para Doudou Diène, o impacto do racismo sobre os aspectos culturais e sobre a identidade dos indivíduos é muito intenso no Brasil: *quando os indivíduos se recusam a reconhecer o que são, é porque a ferida do racismo é muito profunda*, afirmou.

O Relator observou a intensidade do racismo brasileiro ao verificar que a vitalidade cultural de uma cidade como Salvador não se traduz numa redução do racismo. Pelo contrário, ele constatou que o fator cultural é usado como alibi, para mascarar o racismo.

Doudou Diène destacou também como as identidades indígenas foram profundamente marcadas pela discriminação e apontou para a ausência de legitimidade da FUNAI, apesar da possível boa intenção com que foi criada.

Ao questionar um representante da Rede Globo pelo fato de que as imagens na mídia não correspondem ao que ele vê nas ruas, recebeu a resposta: **contratamos as pessoas de acordo com o seu talento e as suas competências**

**Membro do Grupo de Experts Eminentes das Nações Unidas encarregado do acompanhamento da implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban.*

Movimento Negro virtu@l: os nós da rede!

Rosane Borges*

Um dia destes, seremos surpreendid@s por projetos de ação afirmativa virtuais, por reserva de cotas via internet e, ante tal hipótese, hesitamos entre compreendê-la como promessa ou ameaça. Exageros à parte, é inegável o fato de que as trocas e encaminhamentos políticos dos movimentos negros acontecem em grande medida na *web*, nomeadamente nas listas virtuais.

Era de se esperar que, num mundo trançado pelos fios da rede, a migração das instituições e sujeitos políticos para esse novo espaço, o da internet, seja uma realidade irreversível, pois, assim como o ar que a gente respira, a inscrição no espaço virtual é condição vital para quem deseja obter visibilidade e legitimidade social. A sociedade do conhecimento e da informação, etiqueta atribuída aos nossos tempos, vem reajustando e acomodando os sujeitos sociais na rede sob pena de eles serem ofuscados pelo brilho da *sociedade transparente*, pela

profusão de eventos e ações, ocasionada pelo aperfeiçoamento da técnica.

Inegavelmente, o esfuziante aparecimento dos recursos tecnológicos e suas infinitas possibilidades são um dos marcos fundantes da contemporaneidade. A nossa comunicação caminhou do gesto à palavra e, com a palavra, dos suportes da mídia primária (corpo) aos suportes da mídia secundária (impressos), que aumentaram a possibilidade da comunicação à distância. Chegamos à mídia terciária, que abole definitivamente os limites espaciais, eliminando a distância da comunicação.

Os movimentos negros, sendo parte da história social, caminham de acordo com os desdobramentos das formas de comunicar: do correio nagô, passando pelas calorosas assembléias in *praesentia*, pelas passeatas, pelos boletins impressos, chegam à era virtual, onde tudo (ou quase tudo) é engolido pela

rede, pela *world wide web*, a famosa *www*.

Claro está que todas estas formas de comunicação e ação não são excludentes, tampouco seguem uma escala temporal, mas coexistem. Com elas, melhoramos nossa performance, dinamizamos nossos trabalhos, agilizamos as trocas, abolimos, como é próprio da rede, as distâncias, trabalhamos com as respostas *on-line*, em tempo real. O desafio que se impõe vai além: como fazer do espaço virtual, com suas listas de discussão e outras ferramentas, um *locus* importante de "artefazimento" da política racial? Como fazer da *web*, efetivamente, mais uma frente que não se encerre no cumprimento da lógica social "estou conectad@, login existo." A despeito da importância da *web* para a circulação de informação, faz-se imperioso que a comunicação seja um nexo importante para o fecundo debate político, capaz de superar os espaços da rede e se

estender para as diversas esferas de maneira conseqüente.

Se por um lado, a vertiginosa gama de informações transmitidas via *web* nos torna partícipes das ações dos nossos pares, por outro ela exige que canalizemos a enxurrada de informações para que o virtual o seja no sentido etimológico do termo: aquilo que tem potência para ser. Se o espaço virtual, avenida sobre a qual transitamos, for traduzido a partir do sentido correto e vulgar que imprimimos a ele (irreal, inexistente) corremos o sério risco de fazer dos nossos suportes de comunicação na rede um anti-vírus para as novas formas de solidão política, sem vinculação com os espaços físicos de onde um dia nos constituímos e dos quais, às vezes, parecemos nos apartar. Finquemos raízes. Retro@limentação para tod@s nós!

*Jornalista, diretora de Comunicação e Pesquisa do Instituto Kuanza, pesquisadora Capes.

STJ investe na integração racial

Como o "Tribunal da Cidadania", o Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotou várias medidas para se aproximar das demandas da população. Uma das mais recentes é a assinatura de um convênio com a Universidade de Brasília que vai garantir vagas de estágio para cotistas negros da entidade. A idéia do convênio, que deve ser assinado até o fim do ano, surgiu em 2004, durante o I Seminário "A Justiça e a Promoção da Igualdade Racial", promovido pelo STJ, quando o editor do jornal Irohin, Edson Cardoso, perguntou quais eram as políticas de integração racial do Tribunal. A idéia é que sejam distribuídas 40 bolsas de estágio em áreas como Direito, Biblioteconomia, História, Comunicação e outros. O número de bolsas pode crescer dependendo do sucesso do projeto.

Segundo o responsável pelo convênio na UnB, Jaques Jesus, assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas e coordenador do Centro de Convivência Negra da UnB, a conversa com o STJ já vem se desenvolvendo há algum tempo. "Os cotistas geralmente são carentes e precisam desse tipo de apoio. Além disso, ter trabalhado no STJ é uma grande referência", declara Jaques. Atualmente a universidade tem em torno de 600 alunos cotistas.

Além do convênio, uma parceria entre a Presidência do STJ, representada pela Ouvidoria-Geral, a Assessoria de Comunicação Social do STJ, por meio do Núcleo Cultural, e a Secretaria de Recursos Humanos do STJ está desenvolvendo o programa "Diversidade e Convivência". A iniciativa visa aumentar a interação com os servidores da Casa a fim de conscientizá-los das diversas identidades e realidades socioculturais do país, com discussões sobre diferenças de gênero, etnia, origem, classe social e orientação sexual, entre outras.

O STJ irá também sediar a segunda edição do seminário "A Justiça e a Promoção da Igualdade Racial", no próximo dia 24 de novembro. O evento é organizado pelo STJ e já conta com o apoio do Conselho da Justiça Federal, da Universidade de Brasília, do Jornal Irohin, da Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural - Afrobrás, e do Instituto da Advocacia Racial e Ambiental - Iara, e discutirá, entre outros temas, o surgimento de novos atores no campo jurídico brasileiro a partir da implantação do sistema de cotas nas universidades públicas, a atuação do Ministério Público no combate aos crimes de racismo, a violência contra a comunidade negra e a trajetória da Marcha Zumbi + 10.

PARA SABER MAIS: Centro de Convivência Negra da UnB > (61) 3307-3971 - Núcleo Cultural do STJ > Humberto Costa > (61) 3319-8326 - Fabrício Azevedo (61) 3319-8090

Democracia racial, ética e responsabilidade

Carlos Henrique Romão de Siqueira*

Nos anos de 1990 a ideologia da democracia racial tomou fôlego novamente. Depois de décadas de ataque por parte tanto do movimento negro quanto de intelectuais como Abdias do Nascimento ou Florestan Fernandes, essa idéia foi retomada com um objetivo muito nítido: amenizar e até mesmo barrar a radicalização da crítica ao racismo brasileiro. Essa idéia havia sido abandonada, não apenas porque é historicamente insustentável e sociologicamente inconsistente. Foi deixada de lado sobretudo porque, no campo da política acadêmica, ela tem a mesma estrutura do revisionismo do holocausto: se falar em democracia racial em relação a população negra, escravizada e explorada por quatrocentos anos, pode ser interpretado como uma manobra defensiva ou de má-fé, falar em democracia racial conhecendo o destino da população indígena no Brasil é equivalente a negar o holocausto.

O revival da ideologia da democracia racial deve muito ao Seminário Multiculturalismo e Racismo, organizado pela Secretaria de Direitos Humanos em 1995, na Universidade de Brasília. Nesse evento, ilustres porta-vozes da academia branca tomaram assento para reabilitar a ideologia da democracia racial. Pelo menos dois intelectuais de destaque, o cientista político Fábio Wanderley Reis (UFMG) e o antropólogo Roberto DaMatta, defenderam os ideais da democracia racial como orientação para as relações raciais no Brasil.

À mesma conclusão chegou o sociólogo Jessé Souza (UnB), organizador do evento, que reconheceria na democracia racial "nosso mito fundador".

Houve desdobramentos dessa tendência de leitura da democracia racial no ano 2000, durante as 'comemorações' dos 500 anos do Brasil, e dos 100 anos do nascimento do patrono da idéia, Gilberto Freyre. Embora, um antropólogo, Hermano Vianna, sem muito sucesso, tenha tentado convencer o mundo de que Freyre nunca escreveu a tal expressão.

No entanto, mais recentemente, novas declarações têm comprovado que a ideologia da democracia racial continua gozando de vitalidade, pelo menos no meio acadêmico. Em seu livro mais recente (*A persistência da raça*, Civilização Brasileira: 2005) o antropólogo Peter Fry chama de ortodoxos os que rejeitam a democracia racial, e a defende também como um ideal a ser perseguido.

O que os autores que defendem a democracia racial tentam enfatizar é: em primeiro lugar, que a democracia racial é uma meta a ser alcançada e por isso, como valor, como mito, ela deve ser cultivada; em segundo lugar, em decorrência do cultivo do mito, aspira-se que as diferenças fenotípicas, as diferenças da corporalidade, em algum momento não tenham mais nenhum significado social relevante.

A primeira vista, essa parece ser uma agenda anti-racista pertinente, que luta pela universalidade e pelo fim dos preconceitos.

Contudo, o que está em jogo são concepções de história, e uma disputa pela hegemonia da representação do racismo. Por isso, o fato de que essa agenda está sendo disseminada a partir de uma instituição tão segregada como a universidade brasileira, deixa marcas flagrantes nesse discurso.

A desvantagem mais visível do cultivo do mito da democracia racial – aquele que afirma que no Brasil as diferentes raças vivem de maneira harmônica – é a barreira que impõe ao diagnóstico do racismo e à intervenção sobre seus efeitos. Embora nem o mito da democracia racial consiga ocultar o fato de que o corpo docente do Departamento de Antropologia do qual Peter Fry faz parte é tão branco quanto o mais branco Departamento de Antropologia de uma universidade da África do Sul no período mais segregacionista do Apartheid.

Os autores que sugerem o cultivo do mito da democracia racial, o fazem como meio de colocar a discussão em termos que lhes favorecem. Porque a discussão sobre o racismo no Brasil deverá passar necessariamente por uma discussão sobre ética e sobre responsabilidades. Existem assassinatos e torturas a serem assumidos. Existem bens, valores e propriedades a serem restituídas. Existem nomes e documentos a serem resgatados do pó. Existem memórias a serem reativadas e reconectadas. Há um pedido histórico de desculpa a ser enunciado e uma concessão de perdão a

ser recebida. Antes disso, toda discussão sobre se queremos ou não ser uma democracia racial é uma aposta na irresponsabilidade, na possibilidade de que poderemos viver numa sociedade não-racista sem um debate duro, doloroso e radical sobre quem fez o que, com quem e por quê. A democracia racial aposta numa espécie de anistia geral e irrestrita, onde ninguém assume nenhuma responsabilidade.

Do mesmo modo funciona a fantasia intelectualista de que um dia nenhum corpo tenha mais significado. Pensar assim é como afirmar que nós, os brancos, só deixaremos de ser racistas quando os corpos forem neutros. Investir nessa fantasia também significa evitar o questionamento ético e a responsabilidade, além de apontar para uma desumanização e dessensibilização, típicos de uma epistemologia eurocêntrica.

Portanto, o que os intelectuais brancos tentam ao reabilitar a ideologia da democracia racial nesse momento agudo, é impor seus termos à discussão sobre o racismo no Brasil. Porque a sua radicalização levará inevitavelmente a uma discussão sobre ética, onde tanto a população negra, quanto a indígena e a branca deverão discutir abertamente sobre responsabilidades do passado e aos projetos para o futuro.

* Doutorando do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC – Universidade de Brasília.



“Como vencer a ignorância? Com o saber, com o conhecimento”.

Daniela Giovana*

Nascida no Rio de Janeiro e radicada em Minas Gerais desde criança, Leda Maria Martins é uma intelectual de alma multifacetada, como ela mesma se define. Pós-doutora em Teorias da Performance pela Universidade de Nova York, se prepara agora para lançar seu sexto livro, *Performances do tempo espiralar*. Professora, escritora, poeta, mãe e rainha da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da região do Jatobá, em Belo Horizonte. Nesta entrevista, Leda conta ao jornal *Irohìn* um pouco sobre sua trajetória marcada por muita luta e acima de tudo pela busca do conhecimento.

Irohìn- Quais os caminhos que você já trilhou em sua carreira universitária?

Leda Martins- A primeira em que lecionei foi nos Estados Unidos. Quando fiz o mestrado, eu tinha uma bolsa da Universidade de Bloomington e, como parte da bolsa, tinha que lecionar. Depois voltei para o Brasil e fui convidada a implementar o curso de Letras na Universidade Federal de Ouro Preto, assumindo todos os cargos possíveis. Dirigi o Instituto de Arte e Cultura de Ouro Preto e depois vim para a UFMG onde estou desde 1993.

Irohìn- Você tem uma trajetória marcada por questões como a indígena, teatro, poesia, literatura, pesquisa e transita pelo debate sobre patrimônio cultural. Como você percebe e avalia esse caminho tão diversificado. Isso é revelador de uma alma inquieta?

Leda Martins- Não. Isso na minha vida é muito natural. Eu nunca vejo isso como algo de extraordinário, na minha vida isso foi sempre muito natural. Eu sempre estive ligada às artes, às manifestações culturais, desde muito criança. Eu venho de uma família que sempre esteve ligada às artes e às tradições culturais afro-descendentes. Não é uma alma inquieta, é uma alma multifacetada. Muito serena em re-

lação a esses lugares todos dos quais eu participo. Eu não faço distinção, o meu universo sempre foi esse.

Irohìn- Fale um pouco da sua relação com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. O que significa para você essa coroação como rainha, dando continuidade a um legado que veio da sua mãe.

Leda Martins- Isso é muito difícil de expressar, porque vou assumir a coroa de Nossa Senhora das Mercês que minha mãe portou com muito amor e dignidade durante 14 anos. Para mim é um misto de tristeza pela morte dela, ao mesmo tempo tem algo assim que não tem como explicar, que talvez seja para mim a maior herança que uma mãe pode deixar para uma filha, essa coroa que hoje a Irmandade me convidou a receber para continuar no lugar da minha mãe. É uma emoção muito grande porque o falecimento dela ainda está muito recente. Ela foi uma pessoa extremamente carismática, sábia, uma grande

Foto: Pedro Vilela



líder espiritual. A morte da minha mãe foi um baque muito grande para muita gente e para mim em particular. Tenho um amor muito grande por essa irmandade. Eu só espero estar aos pés da minha mãe e poder cumprir com dignidade essa herança. Fora do reino eu sempre enfrentei muito preconceito, que de um

modo geral os negros sempre enfrentam, mas todo mundo falava que nada parecia me atingir porque eu era muito ativa e me chamavam de metida. Mas a altivez era porque na verdade eu era uma princesa dentro ou fora da Irmandade. Para a construção de parte de minha identidade e sobrevivência psicológica, ser princesa do reinado foi fundamental em minha vida. Eu nunca fiz concessões, nunca abri mão de nenhum princípio meu. Isso vem da minha formação de primeiro saber que eu era uma congadeira discípula de Nossa Senhora do Rosário e de ser uma princesa. As nossas referências identitárias são importantes para a formação de nossos filhos, para nós afro-descenden-

tes, para nossa formação cultural, todo esse legado que vem dos nossos ancestrais africanos, porque em nosso país ainda se privilegia apenas o legado vindo da tradição europeia ocidental. Toda a tradição dos negros e dos povos indígenas só recentemente está sendo reconhecida como civilizatória.

Irohìn- E o livro *Afrografias da Memória*? Conte sobre o convite que você recebeu do capitão João Lopes.

Leda Martins- Eu tenho seis ou sete livros publicados e tenho um público diferenciado. Mas este livro atinge as mais diversas pessoas, das mais diversas áreas, dos mais diversos lugares do mundo. O nosso capitão-mor, que faleceu no ano passado, teve uma crise de pneumonia e ficou muito doente. Eu fui um dia visitá-lo e ele virou para mim e disse que até aquela data muitos pesquisadores o haviam procurado para ele contar o saber da Irmandade e ele nunca quis. Só que ao sentir que poderia morrer, ele percebeu que muito das coisas que ele sabia, ele não tinha passado. Então ele falou assim, 'pois agora eu quero escrever', apontou para mim e disse 'eu quero escrever e quero que você escreva'. Para mim foi um choque. Como você passa toda uma tradição, toda uma textualidade oral para um livro? Aquela experiência foi muito desafiadora. Fiz uma pesquisa nas fontes orais entrevistando as pessoas

mais velhas da Irmandade e juntei a uma pesquisa que fiz nos registros escritos. O interessante do livro é que consegui fazer um cruzamento dos dados orais com os poucos registros escritos, mapeando toda a história da região chegando ao séc XVIII. O que é belo no livro, e nas culturas africanas e indígenas, é a presença de um saber que se inscreve pelo corpo e pela voz, que são outros tipos de registros, outras grafias que se dão pela textualidade oral e pelo corpo. É a voz do corpo. As pessoas me dizem que lêem o livro como se elas estivessem ouvindo uma história.

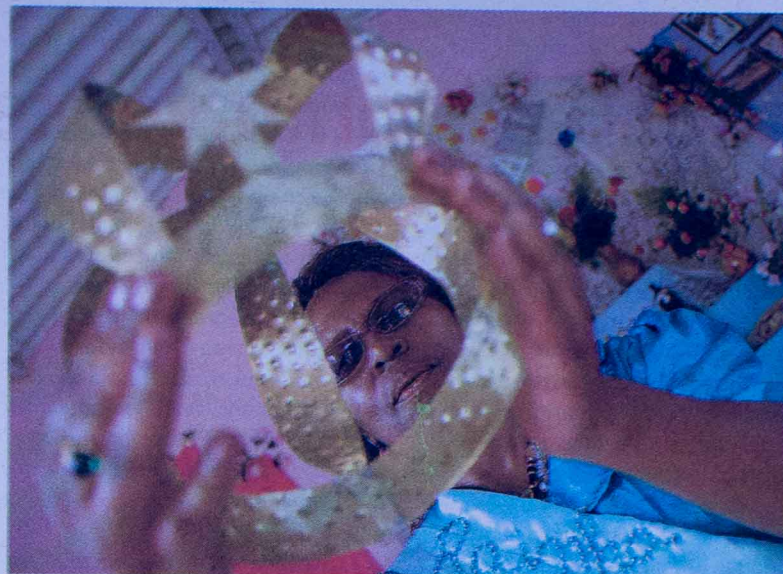
Ìrohìn- O que fica deste V Encontro Internacional de Performances? Por que o tema "Performances e Raízes: práticas indígenas contemporâneas e mobilizações comunitárias"?

Leda Martins- O encontro gerou tantos galhos. Houve algo fenomenal. Nós conseguimos trazer a Belo Horizonte representantes indígenas de todas as três Américas e também da Nova Zelândia. Só do Brasil trouxemos mais de 12 etnias. Os representantes dos povos indígenas que estiveram aqui ficaram impressionados com a possibilidade de se conhecerem uns aos outros. Foram 10 dias de encontros entre 'parentes' como eles falam. A questão indígena não é de agora, é de 500 anos, remete às três Américas e é algo que diz respeito a todos, assim como as questões afro-descendentes porque envolve tudo:

educação, saúde, terra, religião. Enfim, envolve o direito dos povos decidirem o seu próprio destino. Essas questões não se resolvem com um evento. Não. São necessárias muitas gotas de orvalho, mas todas as gotas fazem a diferença.

Ìrohìn- O teatro negro no Brasil ainda é uma cena que vive à sombra? Como que a gente pode pensar esse teatro negro dentro de uma cultura que é afro-brasileira?

Leda Martins- Tivemos em Salvador em maio o primeiro *Encontro Nacional de Performance Negra*. Nesse encontro relacionamos 49 grupos diferentes. O teatro negro está vivíssimo nesse país. Estamos no momento de nos conhecermos e mapear todos esses grupos. Tivemos representantes de 19 estados brasileiros, portanto, temos um longo trabalho pela frente porque esses grupos têm os mais diferentes perfis e linguagens e enfrentam as mais diversas dificuldades. Entregamos a Carta de Salvador para o ministro Gilberto Gil e colocamos para ele que essa é uma questão que não é só de governo, mas é uma questão de Estado. Ela independe da boa vontade do governo e deve ser institucional, uma política de Estado. Eu não acho mais que o teatro negro seja uma cena em sombras. Mas é claro que ele ainda precisa de muito mais visibilidade. E o fascinante é que mesmo com todas as dificuldades, esses grupos estão fazendo teatro, estão fazendo dan-



ça, fazendo performances e muitos deles criando uma linguagem performática muito ligada à estética afro-descendente. A nossa potencialidade de criação de linguagens vai do mais tradicional ao mais experimental e é isso que precisamos nos conscientizar. É uma questão de re-significação, de pensar na verdade não em uma, mas em várias linguagens que têm como inscrição, como marca peculiar às matrizes africanas.

Ìrohìn- Você é alguém que está inserida dentro da universidade. O que você pensa sobre a questão das cotas para estudantes negros? E o ensino da história africana nas escolas?

Leda Martins- Sobre as cotas eu sou totalmente favorável, porque penso como o professor José Jorge da UnB. As cotas já existem, só que hoje 99% são para os brancos. Num país multicultural como o Brasil, você olha o perfil dos estudantes das universidades brasileiras e não vê a diversidade étnica brasileira representada dentro da universidade pública. Então, as cotas já existem, nós só temos que tornar as cotas mais democráticas, ou seja, criar mecanismos de inclusão das várias etnias que formam o país. Não tem o que discutir tem que se fazer. Sobre a história de África, acho isso essencial. A minha geração cresceu aprendendo a história européia, maravilhosa. Agora, por-

que também não aprender a história das outras culturas, dos outros povos, das outras civilizações que tiveram papel importantíssimo no território latino-americano e, em particular, quando falamos de Brasil. Isso demorou demais. Só o conhecimento pode romper com as barreiras dos pré-conceitos, dos mal-ditos, dos mal-entendidos e da ignorância. Acho que muito do pré-conceito, da discriminação é fruto da ignorância. Como vencer a ignorância? Com o saber, com o conhecimento. Trazer a história de África, como parte do conhecimento de nós mesmos, da nossa formação, só nos fará bem.

Ìrohìn- A universidade está aberta para dar voz e reconhecer a presença do negro? É difícil abrir caminhos dentro da universidade que conduzam ao reconhecimento da cultura negra?

Leda Martins- São duas questões diferentes. O que você tem hoje nas universidades brasileiras é uma coisa muito interessante que são professores negros, ainda que em um número mínimo. E também, tão importante quanto isso, você tem intelectuais negros publicando, escrevendo e refletindo sobre sua história. Não acho que isso deva ser exclusividade do intelectual negro, mas fazia falta a contribuição desses intelectuais, publicando, se aliando a outros pesquisadores de qualquer cor, de qualquer tonalidade.



de. Não é a cor que me interessa, mas a seriedade da reflexão que se faz sobre os negros, sobre os índios, por exemplo, para justamente vencer a barreira da ignorância. Desde a minha tese de doutorado tenho trabalhado com as culturas afro-descendentes. Já orientei teses e dissertações em literaturas africanas e em todos os cursos que leciono, sempre incluo um filme, uma peça, um texto que nos remetam a essas outras possibilidades de construções estéticas. E assim, creio que muita gente tem feito isso no Brasil, mas isso ainda é mínimo, porque a própria inclusão dessas temáticas no repertório das universidades brasileiras é uma discussão muito passiva no Brasil, ainda é recente. Tudo isso se alia ao que você está me perguntando, cotas, história de África, as questões afro-descendentes, tudo isso é uma longa trajetória. Ainda temos muito a fazer. Não acho que existam guetos

do saber, só negro pode aprender cultura negra. Não. O saber é para todos. É a inclusão desses saberes distintos dos saberes europeus que nós precisamos fazer nas escolas. Para todos os lugares: no teatro, no cinema, na poesia, na televisão em todos os âmbitos. Dar visibilidade também a grandes pensadores que, independente de terem como objeto a cultura negra ou não, também são negros e isso é maravilhoso. O saber não tem território e o que eu demandando é isso. A democratização do conhecimento é uma grande responsabilidade da universidade pública brasileira.

Ìrohìn- E sua inserção na poesia?

Leda Martins- Antes de tudo eu nasci poeta. Tudo o que eu faço é com poesia. Primeiro eu sou poeta. Todo o meu olhar, para tudo, é um olhar poético. Não há um lugar,

um momento em minha vida em que a poesia não esteja. Onde estou, a poesia também está.

Ìrohìn- Como você percebe o negro hoje dentro da sociedade brasileira, dentro desse imaginário e cenário nacional. Ele já conseguiu se impor enquanto personagem visível dentro da nossa sociedade?

Leda Martins- Suas perguntas mostram que estamos a caminho. Acho que estamos a caminho de perceber que a salvação da espécie humana depende do reconhecimento do outro, do reconhecimento da diversidade, da alteridade. Mas não só o reconhecimento, mas do partilhar essa alteridade, essa diversidade. Temos trabalhado muito no Brasil, mas temos muito ainda que fazer em relação aos povos e culturas excluídas. As lutas não podem ser territo-

rializadas. Somos todos nós partilhando os desafios, as lutas de todos os outros. Da maneira que penso é assim. Para que nós possamos um dia, quiçá, e eu espero que sim, senão não estaria nessa luta, construirmos realmente um mundo em que a diversidade seja o maior elogio que a gente possa dar a um país. Não como existe hoje no Brasil em que a gente canta a diversidade em alguns lugares, mas a gente não a vê representada em outros.

Livros da escritora:

"Afrografias da Memória" (Ed. Perspectiva/Mazza), "Os dias anônimos" (Ed. Sette Letras), "A cena em sombras" (Ed. Perspectiva), "O moderno teatro de Qorpo-Santo" (Ed. UFMG), além de poesias publicadas em espanhol, inglês, francês e japonês.

* Jornalista e mestrandia em História pela UFMG



Bakulo – Os bem lembrados

Fernanda Felisberto*

Toda sexta-feira, no Rio de Janeiro, o "Jornal do Brasil" publica a revista Programa, um guia semanal da diversão do carioca. A primeira editoria se chama "Falando Nisso", assinada pelo colunista Renato Lemos. Em geral, esta coluna se dedica a comentar a matéria de capa. Há um tempo atrás, Renato Lemos abriu seu texto com informações sobre o espetáculo *Nó*, da coreógrafa Deborah Colker, com a seguinte frase: "Não vi mas já gostei". Seu comentário me chamou a atenção e, tenho que confessar, até provocou minha indignação, já que neste momento minha memória foi acionada, tentei lembrar rapidamente de algum evento cultural, produzido por negras e negros no Brasil, que já saísse do forno com esta pompa e legitimidade, asseguradas pela

mídia. Não lembrei de nenhum!

Relembrei este episódio, porque no último dia 02 de setembro estreou no Rio de Janeiro, no teatro Nelson Rodrigues, *Bakulo – Os bem lembrados*, da Cia. dos Comuns e o sentimento que tive, quando sai de casa, foi exatamente o mesmo relatado por este senhor, em sua coluna: "Ainda não vi, mas já sei que é bom". Esta certeza tem a ver com o respeito e a convicção que tenho no trabalho de Hilton Cobra, carinhosamente chamado Cobrinha, que conheço há bons anos, desde a época em que era diretor do Centro Cultural José Bonifácio, além de alguns dos atores da companhia, que acompanho silenciosamente, como boa espectadora, em seus mais diversos trabalhos.

Em *Bakulo – Os bem lembra-*

dos, a companhia encerra a trilogia sobre ancestralidade africana, que iniciou em 2001 com a *Roda do Mundo*, que tinha como tema as estratégias que a cultura afro utiliza por séculos para sobreviver, sem perder a identidade. O segundo espetáculo, em 2003, *Candaces – A reconstrução do fogo*, centrou seu foco na figura feminina como herdeira e responsável dos valores ancestrais de nossa cultura. Este espetáculo foi indicado a quatro categorias do Prêmio Shell em 2003, vencendo na categoria de melhor música.

A Cia. dos Comuns completou quatro anos no dia 21 de julho de 2005, este grupo é a confirmação de que um trabalho contínuo, com uma equipe comprometida com informação para formar cidadãos, ten-

do como ferramenta a arte, é absolutamente possível. A companhia tem, também, como marca o dinamismo, suas tarefas não se limitam aos espetáculos: workshops, seminários e oficinas de capacitação nas mais diversas linguagens culturais e teatrais, fazem parte da rotina deste grupo de profissionais negros, atrizes, atores, técnicos e administradores, além de um diálogo estreito, com outras companhias negras de teatro.

A confirmação de que é possível aliar militância anti-racista à prática artístico-cultural, está traduzida em *Bakulo – Os bem lembrados*. O título do espetáculo é de origem bantu e significa os bons ancestrais, os poderosos, os que irradiam boas energias. Com um texto infinitamente mais maduro que as

montagens anteriores, a Cia dos Comuns, discute a herança africana no Brasil e a situação da população afro-brasileira no processo de globalização, o grupo elaborou o roteiro a partir das reflexões do Geógrafo Milton Santos, contidas em seus livros *Por uma outra globalização* (2000) e *O país distorcido* (2002) além de Glauber Rocha que é lembrado em diversos momentos da montagem.

A proposta de realização de um documentário para uma TV a cabo, por Ernesto, personagem de Hilton Cobra, com a sua sequência de cenas que são entremeadas pelas histórias que circundam o diretor de TV, é o eixo da peça, acrescido da linguagem cinematográfica. É com este gancho que se abordam os temas da exclusão social, inclusão digital, papel da TV e a manipulação de informações além da situação política atual do país, que não fugiu ao crivo do grupo, tudo isto sarcasticamente trabalhado durante o espetáculo, sem nenhuma metáfora, tudo absolutamente direto e inquietante. A questão racial que está na pauta no país, em vários momentos de forma bem distorcida, é colocada no centro do espetáculo, academia e acadêmicos são chamados à responsabilidade sobre a exclusão do negro em seus espaços de discussão e a legítima inclusão dos mesmos como eternos *objetos de estudo*.

A montagem tem de linearidade as sequências das cenas do documentário que será rodado para a TV a cabo, mas o tempo todo é fragmentada por textos, que os atores lêem, um misto de desabafo e chamamento da platéia para as questões ali levantadas, os textos são todos muito fortes e contundentes, compostos a partir das reflexões do grande mentor deste espetáculo, Milton Santos. Vale a pena destacar mais um pensamento de nosso geógrafo, diante das manifestações da margem da nossa sociedade em relação aos centros de poder, para ele estava começando no país o "Período Popular da História". Na realidade, o que a Cia. dos Comuns faz durante o espetáculo é exatamente apontar alternativas populares de mudança. Não tenho dúvida de que o processo de tomada de consciência não é apropriado por

todos de forma homogênea, mas considero que arte e educação têm um papel fundamental para provocar as mudanças. Encerro meu texto, reproduzindo um fragmento do espetáculo que considero magistral e que traduz um anseio que não é só da Cia dos Comuns e de Milton Santos, mas é de todos nós que já nos apropriamos de um outro olhar e, parafraseando os mentores do espetáculo, já não estamos mais rindo, mas sim rangendo os dentes:

"Nós temos uma arma contra esse mal. Um botão. Somente um botão. Ah se 180 milhões de brasileiros desligassem por um dia seus aparelhos! Aí não veríamos mais informações manipuladas. Não veríamos a oposição com o rosto único, o do neto do senador. Poderíamos descobrir a quem interessa derubar governos. Poderíamos perceber se querem acabar com a corrupção ou ter seu monopólio. (...) Ah se os 180 milhões de brasileiros desligassem essa televisão que nós temos! Desligassem de suas cabeças... Aí, sim, talvez pudéssemos pensar. Pensar melhor o Brasil..."

O desafio já está lançado, confio plenamente neste tipo de arte-militância, até porque nós, negras e negros brasileiros, comprometidos com as questões relacionadas às desigualdades raciais em nosso país e na diáspora afriacana, há muito tempo que entretenimento também faz parte da nossa formação.

Serviço:

Elenco: Cridemar Aquino, Débora de Almeida, Fábio Negret, Gustavo Melo, Hilton Cobra, Rodrigo dos Santos, Tatiana Tibúrcio, Valéria Mona, Vania Massari. E os **músicos:** Alanzinho Rocha, Frida Maurine, Gláucia Brum, Rocino.

Teatro: Teatro Nelson Rodrigues

Endereço: Av. Chile 230 - Centro - Rio de Janeiro

Quando: De 5ª a domingo

Horário: 19:30

Preço: R\$ 10,00



Fotos: Ierê Ferreira



35

ESPETÁCULO



Mostra de Dança de Origem Africana em Pelotas (RS)

Diony Soares*

A Cia. de Dança Afro Daniel Amaro em parceria com o Clube Cultural Fica Aí realiza nos próximos dias 3, 4 e 5 de novembro a 2ª Mostra de Teatro e Dança de Origem Africana da cidade de Pelotas (RS). A atividade, que integra a programação do mês da Consciência Negra do Clube Fica Aí, aconteceu pela primeira vez em 2004, com o objetivo de dar visibilidade aos artistas que trabalham com a cultura afro na cidade. O sucesso foi tanto que o projeto cresceu e abriu a possibilidade de inscrição para grupos de dança afro de todo o país. O Clube Fica Aí foi fundado em 1921 sendo mantido ininterruptamente até os dias atuais exclusivamente por associados afro-descendentes.

"A nossa intenção é deixar registrado na memória de Pelotas, a palavra, o gesto e os movimentos que são característicos do povo negro que construiu esta cidade", enfatiza o coreógrafo Daniel Amaro, 32 anos, informando que a Cia da Dança Daniel Amaro nasceu em 1999, tem quatro espetáculos montados e conta atualmente com 25 componentes, entre 12 e 27 anos,

quase todos oriundos da periferia da cidade.

Daniel ingressou no mundo das artes cênicas juntamente com o seu irmão mais velho, Luís Eduardo Pereira Amaro, o Mano Amaro, 38 anos. Os coreógrafos são filhos da dona Maria da Conceição Pereira Amaro, a Dona Maria, a principal liderança feminina e comunitária ligada a religiosidade de matriz africana em Pelotas.

A Cia de Dança Daniel Amaro é a única em Pelotas a possuir sede própria. Fica na Vila Castilho, ao lado do Centro de Umbanda Caboclo João das Matas, dirigido pela Dona Maria, há 36 anos.

A trajetória dos irmãos Amaro na dança começou ainda na infância ao som dos atabaques da terreira da mãe deles. Já no início da adolescência, a dupla ficou conhecida na cidade por suas performances de *funk* e *break*. A iniciação de ambos na dança afro aconteceu em 1988. "Naquela época, eu e o Mano decidimos que queríamos viver da dança", lembra Daniel.

Passaram-se 17 anos e a decisão continua abençoada. Mano

Amaro mora há oito anos na Europa (Bélgica) onde vive exclusivamente da dança afro. Antes de adquirir cidadania belga, Mano ministrou aulas em Pelotas, Porto Alegre e Salvador. Já a trajetória de Daniel inclui passagens por academias de dança de Pelotas, Florianópolis, Montevideu e Buenos Aires.

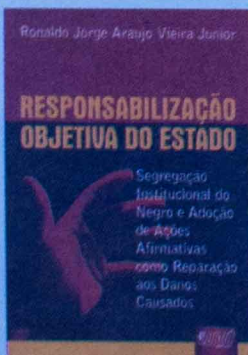
A Cia de Dança Daniel Amaro foi a representante de Pelotas no 1º Fórum Nacional de Performance Negra, uma promoção da Cia dos Comuns, dirigida pelo coreógrafo Hilton Cobra, e do Bando de Teatro Olodum, que reuniu, entre 30 de maio e 1º de junho deste ano, 44 companhias em Salvador (BA).

Aliás, foi a repercussão do Fórum e os laços criados entre os seus participantes que empolgaram Daniel Amaro para convidar companhias de todo o país para apresentarem-se em Pelotas. Em agosto, a Cia Daniel Amaro esteve no Rio de Janeiro a convite da Cia Aérea de Dança, do coreógrafo João Carlos Ramos. A Cia Aérea e a também carioca Cia Étnica, coreografada por Carmem Luz, já confirmaram presença na Mostra em Pelotas.

Comunidade – Além de espetáculos em vários municípios da região Sul do Rio Grande do Sul, a Cia de Dança Daniel Amaro desenvolve projeto voluntário com 80 crianças da Vila Castilho. O projeto inclui aulas de capoeira e dança afro. Já a responsável na Cia pelas aulas de dança clássica e dança contemporânea é a professora Janaína Jorge, graduada em Artes pela Universidade de Cruz Alta. Janaína é filha do inesquecível cantor consagrado por várias décadas como puxador de samba no carnaval pelotense, Neomar Paiva Jorge, o Tuca, falecido aos 55 anos, em maio do ano passado.

Racismo – "Somos um grupo de artes cênicas que trabalha com a cultura afro-brasileira. Mesmo tendo grande apoio da mídia, muita gente não nos aceita. Negros da vila apresentando um espetáculo com qualidade e se destacando? Isso incomoda muita gente em Pelotas", denuncia Daniel Amaro.

*Diony Maria é jornalista e especialista em Antropologia Social (RS).



Reparações: a responsabilidade do Estado

Lançado em Brasília, no dia 20 de setembro, o livro "Responsabilização objetiva do Estado – segregação institucional do negro e adoção de ações afirmativas como reparação aos danos causados", de Ronaldo Jorge Araújo Vieira Júnior (Edit. Juruá, Curitiba, 2005. 247p.).

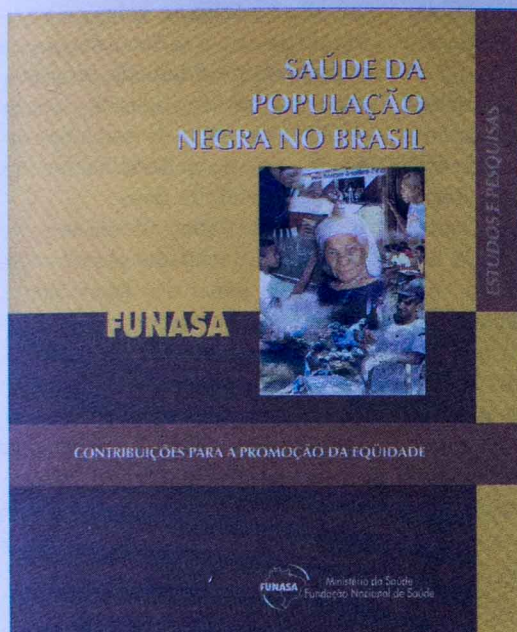
O autor é consultor legislativo do Senado Federal e mestre em Direito pela Universidade de Brasília. O livro tem como base a dissertação de mestrado defendida pelo autor no final de 2004 e sustenta, a partir da análise da legislação do período imperial e do início da República, a tese da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro pela segregação institucional do negro e defende a adoção compulsória de ações afirmativas como espécie mais adequada de reparação pelos danos.

O autor conclui afirmando que "Mais do que o simples pagamento de uma indenização pecuniária que direciona erroneamente o instituto da responsabilidade civil do Estado para uma perspectiva civilista, a adoção compulsória de políticas públicas específicas em benefício dos negros tem a nítida vantagem de proporcionar condições para o desmonte, mediante processos educativos e de comunicação, do estigma de inferioridade que carrega a população negra no Brasil e, dessa forma, contribuir efetivamente para a instituição de uma sociedade mais igualitária, multicultural e democrática, em que seja reconhecida a existência de diversas culturas e a elas seja conferido o mesmo grau de importância" (p.224).



O preconceito dos doutores

Juliana Cézar Nunes*



O Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), acaba de lançar uma publicação que já nasce como um marco na área de saúde pública. Trata-se de um conjunto de estudos e pesquisas intitulado: "Saúde da População Negra no Brasil - Contribuições para a Promoção da Equidade". No prefácio, o presidente da Funasa, Valdi Camarcio Bezerra, afirma que a publicação é apenas o início do desafio de promover uma política de saúde voltada para "as diferenças e diversidades étnico-raciais".

O tamanho desse desafio fica bem claro nas páginas seguintes. Até mesmo quem reluta em admitir que existe preconceito racial no Brasil terá dificuldades para permanecer nessa posição depois de tomar conhecimento das estatísticas apresentadas. Muito mais que um livro, a publicação editada pela Funasa é um projeto que envolveu diversos pesquisadores - 17 com textos publicados no livro.

Uma das sementes mais preci-

osas deste projeto está na monografia sobre a situação de saúde da população negra de autoria da bióloga, Fernanda Lopes. Há duas edições do Ìrohin, a pesquisadora adiantou alguns dados do seu estudo e do próprio livro agora lançado.

Fernanda coordena o componente Saúde do Programa de Combate ao Racismo Institucional - uma parceria entre o Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), o Fundo das Nações Uni-

das para o Desenvolvimento. No próprio estudo, ela fala em vulnerabilidade e dá as pistas para quem deseja entender a exclusão racial no sistema de saúde brasileiro.

"Indígenas, negros e brancos ocupam lugares desiguais nas redes sociais e trazem consigo experiências também desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer", lembra Fernanda Lopes, que embasa parte do seu estudo na pesquisa nacional sobre Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil, realizada pela Fundação Perseu Abramo e Instituto Rosa Luxemburgo Stufting em 2003.

Esse levantamento revelou que 3% da população brasileira já se perceberam discriminados nos serviços de saúde. Entre as pessoas negras que referiram discriminação, 68% foram discriminadas no hospital, 26% nos postos de saúde e 6% em outros serviços não especificados. Em sua maioria, o agente da discriminação discriminador foi o médico.

O tratamento dispensado pe-

los doutores do balcão à sala de parto é capaz de produzir consequências graves. Um estudo feito em 1996 mostra que as mulheres negras apresentaram menores chances de receber informações sobre os sinais do parto, alimentação saudável durante a gravidez e sobre a importância do aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida do bebê. Quatro anos depois, a situação permaneceu inalterada.

No ano 2000, 8,9% das mulheres que deram à luz na região Norte do país não realizaram consultas de pré-natal contra 6,5% das brancas, o que implica 36% menos de chance de acesso a este tipo de assistência. No Sudeste e Sul, a proporção de negras que não tiveram acesso aos cuidados durante a gravidez foi o dobro das brancas.

As desigualdades não se restringem à gestação. Entre 1977 e 1993, enquanto o índice de mortalidade infantil de brancos menores de um ano diminui 43% no mesmo período, a redução da mortalidade infantil negra alcançou um patamar menor, ou seja, apenas 25%.

A causa de todas essas diferenças pode ser expressa em duas palavras: racismo institucional. O médico que não busca entender o universo e a história de uma família negra faz parte de uma organização até hoje incapaz de promover um serviço de saúde adequado. É o mesmo doutor que ao ver uma mulher negra no consultório repassa um conjunto menor de informações por estar "certo" do baixo nível de entendimento da paciente. Em vez de mudar a linguagem e entender a vulnerabilidade daquela mulher, ele silencia.

Para mudar esse quadro, a publicação da Funasa aponta diversos caminhos. Cita inclusive experiências internacionais de países como África do Sul, Estados Unidos e Ca-

nadá. Ao final de cada artigo, os pesquisadores relacionam uma série de sugestões aos gestores. Entre elas, a inclusão do quesito raça/cor entre as informações essenciais dos atendimentos realizados no SUS, levantamento epidemiológicos e atestados de óbito.

Os autores do livro também pedem a orientação e formação continuada dos profissionais de saúde para lidar com as questões raciais e a ampliação do programa Saúde da Família para áreas com grande concentração de população negra, em situação de pobreza e comunidades quilombolas. Eles ainda reivindicam a criação e manutenção de serviços de Disque-Saúde para recebimento de denúncias sobre de práticas discriminatórias no SUS.

No último artigo da publicação, as pesquisadoras Marta de Oliveira da Silva e Nataly Damasceno de Figueiredo contam o que a sociedade civil já está fazendo e como pode contribuir com as ações de governo. A partir da década de 90, surgiram e se consolidaram centros de estudos e projetos voltados para a temática saúde versus raça. Também foi nessa época que o Movimento Negro conseguiu se articular para atuar nessa área.

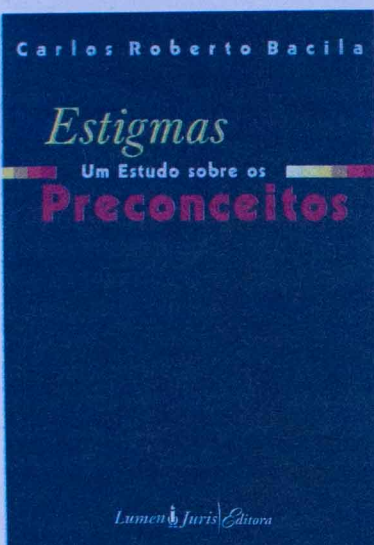
Destaque para o trabalho de entidades como Gelédes (Instituto da Mulher Negra) - protagonista da portaria que tornou obrigatória a introdução do quesito cor no Sistema de Informação da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, Câmara Técnica Saúde da Mulher Negra, o Criola, do Rio de Janeiro, e a Organização Fala Preta, de São Paulo. Parceiros e exemplos para quem se preocupa em retirar o preconceito racial dos indicadores decisivos para vida e morte de crianças, mulheres e homens negros.

*Jornalista/DF



Estigma: generalizações ocultam as diferenças

Ana Luiza Pinheiro Flauzina*



André Petry, em artigo intitulado *A Justiça e a vergonha*, publicado na edição da revista "Veja" de 21 de setembro do corrente, trata do descompasso do sistema penal brasileiro no trato com os cidadãos. De um lado, figuras como Maluf e Roberto Jefferson, que se apossam de milhões e servem apenas como fachada simbólica de uma criminalização do colarinho branco que nunca ocorre efetivamente, de outro, mulheres negras condenadas a meses de prisão por furtar produtos alimentícios básicos para suas famílias. Essa é a cara desgastada da Justiça brasileira, em especial do sistema penal, que tem na seletividade uma de suas características estruturais. Apesar desse pano de fundo tangível e palpável em que racismo, classismo, sexismo e outras discriminações operam e se retroalimentam, a leitura de alguns autores nos demonstra que, na retórica acadêmica distanciada da vida, há ainda muito espaço para abstrações.

É possível detectar um fator comum que atravessa todas as discriminações, para que, encontran-

do esse ponto convergente desenvolvamos um projeto comum para superação de todas elas? Essa é a inquietação ousada que Carlos Roberto Bacila oferece ao leitor no início de seu *Estigmas: um estudo sobre os preconceitos*, livro baseado em sua tese de doutorado, defendida e aprovada na Universidade Federal do Paraná. (Editora Lumen Juris, Rio, 2005. 239p.)

Para trilhar esse terreno arenoso (para se dizer o mínimo) o autor faz um recorte em seu estudo atentando para os estigmas que recaem sobre a mulher, o pobre, a "raça não predominante" e a religião. Insiste, entretanto, sempre em ressaltar que "... o que se procura com esta enunciação fundamental de quatro estigmas é justamente a possibilidade de um tratamento universal para qualquer tipo de estigma, incluindo-se entre estes, aqueles estigmas que ainda estão por vir". É isso mesmo. A idéia é percorrer os tempos mais remotos e alcançar um futuro ainda não revelado, na expectativa de se explicar a operacionalidade dos vários tipos de discriminações. Além disso, apesar de não ficar bem explicitado em sua introdução, a leitura privilegia o uso e a reprodução que o sistema penal faz dos estigmas.

No corpo do texto, toda a fundamentação de sua análise gira em torno da existência de meta-regras que podem ser entendidas como "mecanismos constituídos de regras, princípios e atitudes subjetivas que influenciam o operador do direito no momento de aplicação da regra jurídica". Ou seja, o autor chama a atenção para o fato de que os estigmas consolidados socialmente determinam, em grande medida, as decisões e seleções que atravessam todo o sistema jurídico, em especial no âmbito penal, tornan-

do os estigmatizados mais vulneráveis à criminalização. Certo, até aí estamos de acordo.

O problema aparece quando o autor indeciso entre fazer um estudo histórico ou criminológico acaba por não realizar qualquer deles. Em seu capítulo 3, *Origem caótica de Todos os Estigmas*, Bacila nos apresenta uma história em suspenso das discriminações, forçando uma generalização que por vezes naturaliza os papéis sociais de determinando grupos. A busca das "origens" e a comparação apresentada com a realidade contemporânea acabam com qualquer especificidade de processos que, sabemos, foram se sofisticando e apresentam-se materialmente distintos em toda parte.

Assim, surgem constatações no mínimo problemáticas em relação ao "início" do processo de estigmatizações. O autor toma como referência uma corrente teórica que defende a perspectiva de que os "povos mais primitivos e errantes" (assim classificados no estudo), eram comunidades igualitárias. Divididos entre um período idílico e a atualidade, a propriedade privada aparece como a grande vilã da história. Na sequência de sua explanação, a mulher em função de seu instinto maternal e sobrecarga com atividades domésticas, foi perigosamente se instalando no espaço privado enquanto o homem governava o espaço público, o que iniciou todo um processo de inferiorização do gênero feminino. Para a "raça não predominante", categoria cunhada pelo autor que não merece qualquer nota de esclarecimento de alcance e significado, a questão está na submissão de uma tribo por outra e a desqualificação dos indivíduos de agrupamentos derrotados. Já no

que diz respeito ao pobre, o estigma surge com a sedentarização e o monopólio da atividade intelectual por pequenos grupos. A partir de então, para além do trabalho realizado, alguém poderia nascer rico ou desprovido de bens.

Explicitadas as "origens dos estigmas", o trabalho se volta para o sistema penal e a forma como, contemporaneamente, os preconceitos servem de guia para sua atuação. Nessa parte do trabalho, apesar das acepções equivocadas que generalizam tanto o surgimento como o manejo dos estigmas, o autor mostra mais segurança. Bacila sinaliza, então, para uma perspectiva que se filia à Criminologia Crítica, enxergando o sistema penal sob a ótica da seletividade. Dessa maneira, observa como esse aparato acaba por assumir e, ao mesmo tempo, reproduzir as estigmatizações socialmente referendadas. A mulher, tida como não violenta, é mantida fora do sistema em sua passividade, enquanto os pobres e negros, tidos como perigosos, são seu alvo preferencial.

Ainda para sustentar seu argumento, sinaliza para a atuação de alguns atores integrantes do sistema penal: polícia, Ministério Público, Judiciário e advogados, advertindo para a influência das meta-regras nas diversas modalidades de intervenção. Entende, assim, que o delito não é estranho ao Direito, mas sim as estigmatizações, que impedem a aplicação de um Direito igualitário.

Por fim, Bacila tenta dar pistas de superação dos processos de estigmatização, atentando principalmente para a atividade policial e a necessidade de se reverem as perspectivas de criminalização. Nesse ponto, quando menos se espera num estudo que opta por abor-

dar as discriminações em suspenso, tornando a realidade brasileira tangencial e explicativa ao argumento desenvolvido, encontramos uma crítica contundente endereçada à criminalização do racismo. O questionamento não se dirige, entretanto, aos limites do sistema penal para a solução desse tipo de conflito, mas ao fato do enunciado não englobar os demais tipos de discriminações. Citando o art. 20 da Lei 7.716/89, que pune a prática da discriminação racial, Bacila alerta: "Entretanto, ao enumerar a Lei as hipóteses de algumas condutas preconceituosas puníveis,

deixou de prever aquelas discriminações de sexo, pobreza, estado civil, aspectos físicos e outras, fato que ensejou, com razão, agudas críticas doutrinárias".

Pronto, agora já sabemos com quem estamos tratando: mais uma das almas sensíveis que militam pelo fim das discriminações, mas não enxergam as vulnerabilidades específicas de determinados grupos. A tentativa de generalizar o estudo dos estigmas, dessa maneira, se converte numa manobra que iguala a todos em qualquer tempo e lugar, não somente na agressão que represen-

tam aos direitos humanos, mas em seus efeitos específicos. O processo de criminalização violento de Rosimeire Rosa de Jesus, negra, 33 anos, presa desde 20 de agosto de 2004 por roubar uma ducha elétrica de um supermercado, apontado por André Petry em seu já mencionado artigo, não merece qualquer nota de distinção num país como o nosso. Discriminação é discriminação e ponto final. Não há processo histórico que dê conta ou justifique proteção de direitos para segmentos mais vulneráveis. O alvo estar em se abafar as diferenças para se atingir uma receita comum

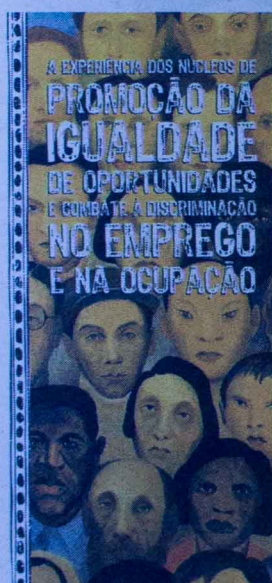
para todos os nossos males. Vá explicar isso a Rosimeire...

Assim, o estudo de Carlos Roberto Bacila, que ao final recua em suas pretensões reconhecendo que o tema investigado é inesgotável, sendo os quatro estigmas elencados apenas exemplificativos, pouco contribui, mesmo para um campo conservador como o do Direito. A vasta bibliografia e a inquestionável erudição do autor, não compensam o esforço de leitura de um vôo tão raso, sobre um tema que carrega tamanha complexidade.

*Advogada, mestrandia em Direito e ativista do EnegreSer/UnB.

Para saber o que não está sendo feito

Eustáquio Lawa*



Resultado de estudo patrocinado pela OIT e Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, realizado em 2003, sobre atuação dos Núcleos de Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Emprego e na Ocupação, o livro é dividido em três partes: na primeira, são apresentados um histórico sobre o surgimento dos núcleos no âmbito do programa Brasil, Gênero e Raça e alguns dados sobre seu desempenho em anos anteriores; na segunda, a experiência dessas organizações é mostrada por meio do perfil institucional,

recursos utilizados e formas de atuação das unidades do Rio de Janeiro, Fortaleza, Natal, Florianópolis e Campo Grande, com dados tabulados de ações junto a empresas e tipos de reclamação; e, da terceira, constam recomendações elaboradas por uma das autoras do livro para melhorar a atuação dos núcleos. No final há um anexo contendo excertos de legislação e formulários para reclamação, notificação, termos de ajuste de conduta e outras informações relativas às questões tratadas ao longo do trabalho.

Avaliação

A obra apresenta limitações típicas de uma publicação chaparreira: elaborada pela OIT, agência da ONU - cujo corpo técnico cuida dos interesses dos países "centrais" junto aos governos dos países-membros -, já começa com odes ao Presidente da República e ao Ministro do Trabalho de plantão.

A edição apresenta falhas gráficas e de revisão que chegam a incomodar. Assim, atenção, eventual leitor: o sumário-índice não possui numeração de página e os subtítulos não são destacados; cada assunto tem que ser garimpado página por página. O texto, meio insofrito, discorre sobre a pretensa efetividade das ações desenvolvidas no âmbito

do Ministério do Trabalho no combate à discriminação no mercado de trabalho desde a criação do Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação - GTDEO, em 96 (alguém aí ainda se lembra dele?). Os poucos atendimentos realizados pelos núcleos entre 2001 e 2003, pouco mais de 10.900 por ano, referem-se majoritariamente a ações em favor das Pessoas Portadoras de Deficiência - PPDs, 87% - segundo o estudo, "em razão da legislação, que obriga as empresas a adotar cotas em favor desse segmento" -; seguem-se os atendimentos relativos a Estado de Saúde, 3,6%, Cidadania, 2,6%, Gênero, 2,3%, HIV/AIDS, 1,4% e, finalmente, Raça/Cor, 0,25%. Isso mesmo! 0,25%!! hehehe, que bom, pelos dados apresentados pela OIT, no Brasil, praticamente não há discriminação racial no mercado de trabalho! Os percentuaizinhos restantes correspondem a ações referentes a Idade, Assédio Sexual, Obesidade e Outros.

Então, não vale a pena ler o livro? Para quem opera nessa área, é bom dar uma lida, até mesmo para saber o que não está sendo feito.

Conta aí uma coisa. Esse Alexim não é um carinha da OIT que a ENAP pôs para assessorar meu

grupo na elaboração de trabalho sobre Geração de Emprego e Renda, no curso de Gestor em 96? É? Ôô, Alexim, em nove anos este seu cabide de emprego já podia ter gerado uma política consistente de geração de emprego e renda, né não?

Livros

Autores e áreas de atuação:

João Carlos Alexim - Ciência Política: formação profissional, emprego e relações do trabalho;
Paola Cappellin - Sociologia: ensino e pesquisa da UFRJ;
Carla Lettieri - Relações internacionais: sociologia e antropologia, PUC/MG e UFRJ;

Título:

A Experiência dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação no Emprego e na Ocupação

Publicação: Organização Internacional do Trabalho - OIT

Nº de páginas: 252

Distribuição: Escritório da OIT no Brasil - Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, CEP 70800-400, Fone (61) 2106-4600

Disponível em meio eletrônico: - www.oit.org

39



RESENHA

J. Cunha, natural de Salvador-Ba, é artista plástico de rara sensibilidade para os valores da cultura afro-brasileira e trabalha com multimídia desde 1966. É também o autor da logomarca da Marcha Zumbi dos Palmares + 10.

Poema

Lourdes Teodoro*

trago-vos rubis, águas-marinhas e esmeraldas,
orquídeas, papoulas, cantos de juritis,
bebi nas taças de xangô, de oxum, de ibejis:
cá estou humilde ao vosso peito:
que me envolvais, acalenteis a mágoa,
me perdoeis, que me acomodeis o jeito.

orquídeas, papoulas, cantos de juritis,
é toda de amor a urna que vos trago;
vem de longe: riachos, grandes rios, muitos sóis
transpus ao vento e aqui chegando imploro vosso afago.

bebi nas taças de xangô, de oxum, de ibejis:
confio em vosso senso de justiça.
nas nascentes em que lavo minha face
giram em ciranda mil meninas tristes.

cá estou humilde em vosso peito:
venho buscar consolo e alegria,
que distribuo pelo mundo afora,
pros deserdados desse amor sem dia.

que me envolvais, perdoeis, acomodeis o jeito:
é na altivez da montanha, na fonte primeira
das águas mais limpas que me perfume e enfeito
pra sonhar ser vossa, inteira em vosso leito.

O poema foi extraído do livro *Canções do mais belo incesto e poemas antigos*, editado pela autora, em Brasília, em 1996. Lourdes Teodoro, ensaísta e poeta, é doutora em Literatura Comparada e, entre outros trabalhos, publicou *Água marinha ou tempo sem palavra* (1978) e *Paysage en Attente* (1995).



POESIA
& ARTE

